



CAMILA SILVA
JEFFERSON TELES MARTINS
LUCIANA DA COSTA DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORES)

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA CIVIL FARROUPILHA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL

100
anos
1920-2020

CAMILA SILVA
JEFFERSON TELES MARTINS
LUCIANA DA COSTA DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORES)

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA CIVIL FARROUPILHA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL



Organizadores: Camila Silva, Jefferson Teles Martins e Luciana da Costa de Oliveira

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luís Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração e Capa: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

Ilustrações da Capa: Guilherme Litran, Carga de cavalaria Farroupilha, 1893, acervo do Museu Júlio de Castilhos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e memória da Guerra Civil Farroupilha [recurso eletrônico] / organizado por Camila Silva, Jefferson Teles Martins, Luciana da Costa de Oliveira. – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

Modo de acesso: <https://www.ihgrgs.org.br/ebooks.html>
ISBN: 978-65-86542-04-2

1. História do Rio Grande do Sul. 2. Revolução Farroupilha.
I. Silva, Camila. II. Martins, Jefferson Teles. III. Oliveira, Luciana da Costa de. IV. Título.

CDU 94(816.5)

Bibliotecária responsável: Marcela Kröeff Neves (CRB 10/2084)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

APRESENTAÇÃO

Começaremos a apresentação dessa obra prestando uma homenagem. Dentre as tantas vidas ceifadas e abreviadas pela pandemia no novo Corona Vírus, uma delas foi a de Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos. Historiadora que se dedicou ao estudo da história regional, sobretudo à cultura açoriana, igualmente debruçou-se e problematizou questões sobre a Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Sempre preocupada com a atualidade da Farroupilha, Eloisa fez a palestra de abertura do evento *História e Memória da Guerra Civil Farroupilha* no ano de 2020 e que agora o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publica os textos apresentados.

Ao iniciar sua fala, Eloisa indagou aos participantes: *qual a atual logomarca do governo do Estado do Rio Grande do Sul?* Entre estupefatos e duvidosos com a pergunta, o silêncio foi por ela mesma quebrado: *Novas façanhas!* Daquele momento em diante, Eloisa costurou a história da Farroupilha com linhas do passado e do presente. A ela não interessava, apenas, contar fatos e narrar episódios. Sua preocupação estava na atualidade do conflito. Nas suas memórias, seus patrimônios e apagamentos. Ao intitular sua palestra como *A Revolução Farroupilha 185 anos depois: o que ficou? Como ficou?* fez um convite à reflexão. Um convite à desconstrução de saberes entronizados e nunca problematizados. Um convite, por fim, a desacomodar-se e buscar na Farroupilha novos temas e abordagens.

Na tessitura entre fatos do passado e questões do presente, Eloisa também perguntou aos participantes o porquê de somente se falar em Farroupilha ao longo da *Semana Farroupilha*. Por que não uma agenda, onde temas como monumentos, acervos e arquivos, por exemplo pudessem ser explorados o ano inteiro? Se tal prática fosse efetivada, isto é, se o evento histórico não fosse apenas uma data comemorativa, mas um momento de reflexão e problematizações, todos teríamos um entendimento maior sobre o conflito e suas permanências. E para isso, a Educação Patrimonial teria papel central.

O texto de Eloisa, infelizmente, ficou inacabado. A Covid-19 não permitiu que ela o finalizasse. Não permitiu, também, novos encontros e debates. Não permitiu o desenrolar de tantas ideias que ainda estavam por serem ditas, escritas e pesquisadas. Não permitiu, por fim, um último abraço. Fica registrado aqui nosso carinho e gratidão a essa grande mulher, professora e pesquisadora que marcou a trajetória de muitos de seus alunos. Eloisa presente!

*

O evento *História e Memória da Guerra Civil Farroupilha*, idealizado pela historiadora Camila Silva, cumpre papel de grande relevância no contexto historiográfico sul-rio-grandense. Ao objetivar discussões através de abordagens atuais, novos conhecimentos puderam ser construídos ao longo dos quatro dias de evento. Promovido pelo GT Acervos: História, Memória e Patrimônio da ANPUH-RS, em parceria com o Programa de Pós-Graduação e Graduação em História da Unisinos, o evento contou com um amplo e relevante grupo de temas e pesquisadores. Analisando diferentes vieses, foram apresentadas questões acerca da historiografia farroupilha, do patrimônio e da arte, da educação, das trajetórias negras e dos acervos e arquivos. Os textos aqui publicados, portanto, contemplam essa diversidade temática.

O presente e-book, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assinala, também, o interesse dessa instituição pelas problemáticas farroupilhas e a atualização de seus saberes.

No capítulo “Da escrita da história da Farroupilha ao batismo do Palácio Piratini: entre a presentificação do passado e a interpretação da história”, os autores Fabrício Antônio Antunes Soares e Pâmela Cristina de Lima argumentam que o “batismo” do palácio do governo do estado do Rio Grande do Sul com o nome “Piratini” foi uma forma de presentificar o passado farroupilha. Segundo os autores, a presentificação do passado pressupõe que o passado está materialmente

presente, portanto, o sentido cultural do passado vai além do historiográfico. Através da análise de artigo de Moysés Vellinho, mostram que dar a denominação da república separatista ao palácio do governo do estado foi, também, uma forma de reforçar a tese de que os farroupilhas não eram separatistas, mas sim defensores do ideário federativo e republicano e sempre visaram a unidade nacional.

Em “‘Agora só se fala em pacificação’: O IHGRGS e as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha em meio às crises políticas entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas (1935)”, Jefferson Teles Martins analisa as tensões e divergências políticas entre o governo estadual e o governo federal no contexto das comemorações do centenário farroupilha, tendo como fio condutor a atuação do IHGRGS.

No capítulo “O centenário da guerra civil farroupilha nas páginas dos jornais porto-alegrenses”, Camila Silva examina como os jornais representaram a comemoração do centenário da guerra farroupilha, em 1935, dando destaque à “Grande Exposição”. Por meio dos jornais, a autora analisa os usos simbólicos que líderes políticos, como o governador Flores da Cunha e o presidente Getúlio Vargas, fizeram daquelas comemorações.

Em “Historiografia e ensino no sesquicentenário da revolução farroupilha: uma relação possível(?)”, Glauce Stumpf analisa a historiografia sobre a farroupilha nas décadas de 1960 e 1970, para mostrar como a comemoração do sesquicentenário, de 1985, destacou a escrita da história sobre a farroupilha e, se houve impacto no ensino escolar da farroupilha a partir das fontes do FSRF.

No capítulo seguinte, “A Farroupilha em imagens: uma agenda para as artes”, Luciana da Costa de Oliveira apresenta o conjunto de pinturas de história acerca da Guerra Civil Farroupilha encomendado a destacados artistas brasileiros durante os governos de Carlos Barbosa e Antônio Augusto Borges de Medeiros. A tônica de análise da autora é compreender

o entorno de produção dessas pinturas no contexto em que foram encomendadas e elaboradas.

No capítulo intitulado “A representação política do monumento intencional: O caso do Monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre no centenário da Revolução”, Lucia Braga Ramos, através da análise do monumento a Bento Gonçalves e seu contexto de produção nas comemorações do centenário, estuda os usos, apropriações e possibilidades que levaram a elite de 1930, do PRR e depois do PRL, a materializar seus discursos em praça pública por meio de um monumento a Bento Gonçalves.

No último capítulo “Trajetórias negras na Guerra Civil Farroupilha: as experiências de José Marianno de Mattos e Joaquim José de Mendanha”, Letícia Marques analisa a trajetória de dois indivíduos: do *mulato* José Marianno de Mattos e do *pardo* Joaquim José de Mendanha, que tiveram atuação no contexto da guerra civil farroupilha e depois dela. Neste capítulo, a autora demonstra os lugares sociais de indivíduos não-brancos no Brasil oitocentista através das classificações da época como “pardos”, “mulatos” e “morenos”, e seguindo essas trajetórias mostra como aqueles indivíduos conseguiram criar espaços de circulação naquela sociedade acionando recursos e redes de solidariedade.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Da escrita da história da Farroupilha ao batismo do Palácio Piratini: entre a presentificação do passado e a interpretação da história.....9

Fabício Antônio Antunes Soares

Pâmela Cristina de Lima

CAPÍTULO II - “Agora só se fala em pacificação”: O IHGRGS e as comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha em meio às crises políticas entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas (1935).....35

Jefferson Teles Martins

CAPÍTULO III – O centenário da guerra civil farroupilha nas páginas dos jornais porto-alegrenses.....51

Camila Silva

CAPÍTULO IV – Historiografia e ensino no sesquicentenário da revolução farroupilha: uma relação possível(?).....73

Glauce Stumpf

CAPÍTULO V – A Farroupilha em imagens: uma agenda para as artes.....103

Luciana da Costa de Oliveira

CAPÍTULO VI – A representação política do monumento intencional: O caso do monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre no centenário da revolução.....131

Luciano Braga Ramos

CAPÍTULO VII – Trajetórias negras na Guerra Civil Farroupilha: as experiências de José Marianno de Mattos e Joaquim José de Mendanha.....	165
Letícia Rosa Marques	

SOBRE OS AUTORES.....	187
------------------------------	------------

CAPÍTULO I

DA ESCRITA DA HISTÓRIA DA FARROUPILHA AO BATISMO DO PALÁCIO PIRATINI: ENTRE A PRESENTIFICAÇÃO DO PASSADO E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

Fabício Antônio Antunes Soares¹
Pâmela Cristina de Lima²

Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que for batizado será salvo. (Mar 16, 15-16)

Aqueles, pois, que acolheram a sua palavra, fizeram-se batizar. (At 2, 41)

Introdução

Esse capítulo tem como tema a presentificação da Farroupilha. Com ele, buscamos compreender a presentificação do passado da Farroupilha no batismo do Palácio Piratini.³ A fonte, para tal empreitada analítica, é o artigo do historiador Moysés Vellinho, intitulado “Batismo do Palácio”. Desse modo, o objeto de análise é a Farroupilha. A problemática que orienta a nossa argumentação é a articulação entre cultura da presença e cultura do sentido (GUMBRECHT, 2009, 2010), isto é, como entender o passado para além de sua produção enquanto sentido historiográfico, ou como o passado está imerso materialmente no presente. Assim, desenvolvemos o argumento de como o passado se faz presente no batismo do Palácio, em outras palavras, como o passado da Farroupilha está presentificado no Palácio Piratini.

1 Doutor em História (PUCRS). Membro Pesquisador do IHGRGS.

2 Professora de História.

3 O Palácio Piratini é a sede do poder executivo do Estado do Rio Grande do Sul.

Como exemplo de nossa argumentação, muitos centros tradicionalistas se encontram distribuídos ao largo do território brasileiro (e para além dele). Desde o primeiro destes centros, fundado em meados do século XX até nossos dias, muitos são os espectros a partir dos quais o passado sul-rio-grandense foi e vem sendo rememorado, revisitado e ressignificado, para além da academia, a partir de diferentes olhares a ele direcionado (NEDEL, 2005). Nestes lugares sociais, as práticas dos sujeitos e grupos tendem a voltar-se às tradições “gaúchas”, que são lembradas e dotadas de vida a partir de danças, rituais, poemas e cantos, entre tantos outros modos de fazê-lo. Por ora, interessa-nos acrescentar que os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) são um espaço onde há uma apropriação do passado diferente da historiografia moderna fundada no século XIX na Alemanha (KOSELLECK, 2013).

A busca por atribuir sentido, por um lado, e *presentificar*, por outro, será analisada na escrita da história de Moysés Vellinho, letrado sul-rio-grandense atuante no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) a partir dos anos 1940. Vellinho nasceu em Santa Maria, em 1902, e ao longo de sua vida ocupou diferentes espaços profissionais e intelectuais no Rio Grande do Sul. Atuando durante anos sob o pseudônimo de Paulo Arinos, Vellinho publicou seus textos em jornais renomados da capital sul-rio-grandense e, enquanto historiador, foi marcadamente reconhecido entre seus pares do IHGRGS, sendo chamado para palestrar em centros de ensino superior no Rio Grande do Sul RODRIGUES, 2006).

Assim, nossa hipótese é a de que Moysés Vellinho, a partir de sua escrita da história, não apenas confirmou o sentido sobre a Farroupilha predominante no IHGRGS, como também *presentificou-a*. Desse modo, para atingir o objetivo deste capítulo, dividimos o texto em três partes. Primeiramente, desenvolvemos a argumentação do teórico alemão Hans Ulrich Gumbrecht (1948) sobre *presentificação* do passado e a diferenciação entre cultura do sentido e cultura da presença. Depois, apresentamos brevemente como a Farroupilha foi

narrada (cultura do sentido) pelo IHGRGS e por Vellinho. Em seguida, analisamos como o passado foi presentificado (cultura da presença) no batismo do Palácio Piratini.

Por fim, ressaltamos o caráter em desenvolvimento da argumentação deste capítulo. Nós, seus autores, estamos em fase de apropriação/desenvolvimento da argumentação da obra gumbrechtiana, e essa é a nossa primeira reflexão publicada usando esse arcabouço teórico. Desse modo, não pretendemos ser definitivos sobre o autor e a possível vinculação de sua teoria com o tema aqui abordado. O que propomos é uma experiência de leitura.

Cultura de sentido e cultura de presença

Cotidianamente, realizamos gestos interpretativos sobre vários objetos e situações que nos cercam. Ao fazê-lo, utilizamos a linguagem. Da mesma forma como atribuímos sentido aos acontecimentos diários, às leituras que fazemos e à materialidade circundante por meio da interpretação, por outro lado, nós nos apercebemos em meio a eles, como parte integrante do mundo físico. Esta dimensão material – presença – é fundamental, sendo experimentada fisicamente. A estas relações entre presença e sentido nos ateremos agora, pensando-as a partir das reflexões de Gumbrecht (2009, 2010).

Gumbrecht (2009) articula seu argumento em três partes. A primeira seção inclui quatro proposições que vão da linguagem à presença. Na segunda seção, ele propõe um caminho de retorno à linguagem através de sete maneiras de se amalgamar presença e linguagem. Na terceira, relaciona os sete amálgamas ao horizonte heideggeriano da metáfora da linguagem como a casa do ser.⁴ Assim, ele inicia analisando a linguagem para depois achar alguma coisa que não é linguagem, a seguir regressa à linguagem a partir do prisma de algo que não é linguagem. Este algo, ele denomina presença.

4 Para o capítulo, fazemos um recorte no artigo, de modo a operacionalizá-lo para o desenvolvimento de nossa argumentação.

Para Gumbrecht (2009), quando se discorre sobre a linguagem, alude-se a alguma coisa que solicita interpretação, isto é, conferir às palavras significados especializados. Assim, o autor entende que a hermenêutica chegou a um limite. Ele pontua que nos últimos cinquenta anos a multiplicidade de filosofias derivadas do giro linguístico tornou-se um obstáculo intelectual. Assim, viver-se-ia um existencialismo linguístico que levaria, para o autor, ao lamento e à melancolia. Este histórico nas ciências humanas levou Gumbrecht (2009) a aderir ao que ele chama de crítica das metafísicas ocidentais. Quando ele menciona a palavra metafísica, procura acionar o significado mais literal da expressão: além do meramente físico. Com isso, ele quer assinalar para uma forma intelectual que admite somente uma maneira procedimental, isto é, “a de ‘ir além’ do que é considerado ser uma ‘superfície meramente física’”. Trata-se, portanto, de encontrar ‘acima ou abaixo da superfície meramente física’, aquilo que é supostamente o importante, ou seja, um significado” (GUMBRECHT, 2009, p. 12).

O distanciamento de Gumbrecht (2009) da “metafísica” consiste na experiência de que o nosso relacionamento com as coisas jamais é somente uma relação de atribuição de sentido. Portanto, à medida que se emprega a palavra “coisas”⁵, igual e ininterruptamente vivemos incorporados e cientes de uma relação espacial com elas. A partir disso, o teórico apresenta uma tipologia que propõe uma diferenciação entre culturas de sentido e culturas de presença. Uma primeira distinção é que, em uma cultura de sentido, o modo predominante de autorreferência humana obedece a delimitação do que a cultura ocidental denomina de sujeito e subjetividade. Por outro lado, em uma cultura de presença, agrega-se, além disso, a vivência material em sua autorreferência humana. Uma segunda distinção acompanha esta diferenciação inaugural, isto é, que em culturas de presença os sujeitos se avaliam como componentes do mundo de objetos, ao contrário de serem ontologi-

5 Gumbrecht (2010) refere-se à tradição cartesiana na *res extensa*.

camente afastados dele. Uma terceira é que a existência humana em uma cultura de sentido manifesta-se em frequentes experimentos de modificar o mundo – isto é, ações – que jazem fundamentadas nas interpretações das coisas e na proeminência dos desejos humanos no futuro. Este direcionamento para a transformação do mundo seria inexistente nas culturas de presença, nas quais as pessoas procurariam somente inserir seu desempenho social – ações – no que sopesam ser estruturas e regras de uma estabelecida cosmologia.

Assim, esta tipologia aclara que, no entendimento do autor, a linguagem em culturas de sentido estende-se pelas aplicações que a filosofia moderna de matriz europeia implica. Contudo, não é inequívoco quais funções a linguagem pode exercer em culturas de presença. Desenvolvida a primeira parte da argumentação de Gumbrecht (2009), passemos à segunda seção de sua argumentação, no qual ele parte para as sete amálgamas entre presença e linguagem. Aqui, para o desenvolvimento do texto, só desenvolveremos o sétimo amálgama: a linguagem, sob determinadas (e variadas) condições, pode tornar o passado tangivelmente presente.⁶ A partir disso, haveria quatro modos de presentificação do passado.

Primeiramente, a presentificação do passado por meio de textos seria, nesse caso, uma operação não universitária, circumspecta a casos em que os lugares e objetos não estariam à disposição. Logo, uma possibilidade seria reunir e colecionar objetos e ir a lugares históricos. Contudo, isso não ajuda a compreender (sentido) o passado, em outras palavras, isto só apraz uma volição de interação física com o passado que a

6 O primeiro amálgama é a linguagem, acima de todas a linguagem falada, como uma realidade física. Um segundo tipo de amálgama entre presença e linguagem está em algumas práticas básicas de filologia. Um terceiro amálgama é qualquer tipo de linguagem que é capaz de disparar uma experiência estética. Um quarto paradigma de amálgama é a experiência mística e a linguagem do misticismo. O quinto amálgama é a linguagem que se abre para o mundo das coisas. O sexto amálgama é a literatura como lugar da epifania (GUMBRECHT, 2009).

historiografia hodierna tirou de seu modelo de aprendizado.

Uma segunda forma de presentificação por meio de textos diz respeito a quando se tornam presentes coisas, corpos ou sentimentos, acionando-se e aguçando-se o âmbito da vivência, que é da esfera da cultura de presença. Assim,

Cultura de presença [...] é diferente de cultura do sentido porque não nos impõe a obrigação e a expectativa constantes de que devemos transformar o mundo por meio de nossas ações. Ao contrário, a cultura da presença nos assinala um lugar dentro de uma cosmologia estável insinuando que a passagem do tempo não será vivenciada como produtora de uma distância *vis-à-vis* com o passado. Se o tempo em culturas de presença não possui o efeito de ser um instrumento necessário de mudança, então a presentificação, ou seja, a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir (GUMBRECHT, 2009, p. 17).

Desse modo, para o autor é melhor empregar a palavra história somente para uma conexão com o passado que adota o moderno entendimento do tempo como um elemento indispensável de transformação. Por isso, Gumbrecht (2009) denomina de presentificação a presentificação do passado, e não a presentificação da história. Isso porque a presentificação da história significaria um paradoxo, porque a história/historiografia moderna faria parte da cultura do sentido.

Uma terceira forma de presentificação, para Gumbrecht (2009), seria a configuração mais simples de como a linguagem pode tornar o passado presente e situa em linguagens que indicam, mostram – por meio de fragmentos dêiticos –

coisas e espaços que aferem presença material ao passado.⁷

Segue Gumbrecht afirmando que há uma maneira fronteiriça de fazer o passado presente por meio da linguagem (quarta forma): é a ligação corpórea com papiros, manuscritos, pergaminhos ou livros antigos. Assim, “‘fronteiriço’ porque nestes casos é o meio, e não a linguagem em si, que produz o efeito de presença” (GUMBRECHT, 2009, p. 18). Dessa forma, uma idêntica série de eventos lograria abarcar os rastros fornecidos por modos e estilos linguísticos que são apreendidos como antigos sem constituírem, de tal maneira, uma distância que necessitaria de uma transposição para uma linguagem atualizada. Entretanto, não existem equívocos de que são elementos físicos de lugares passados da existência humana. Assim, não obstante, aconteceu uma presentificação.

Ao fim, isto não quer dizer que não se consigam historicizar estes elementos do passado, afora transformá-los em presença. O que vem após a ação de presentificação não mais concerne à presentificação do passado por meio da linguagem. No decorrer destes procedimentos, transita-se da presentificação do passado à interpretação da história. A narrativa da história implica que os vestígios do passado que jazem presentes foram interpretados e decompostos em conceitos.⁸

Cultura de presença e cultura de sentido, ao fim e ao cabo, se relacionam. As obras, os gestos de interpretação, a materialidade, são também parte da cultura da presença. Partindo de tais reflexões, observamos como essa tipologia gumbrechtiana auxilia na averiguação sobre a presença da Farroupilha no texto de Moysés Vellinho sobre o batismo do Palácio Piratini. Mas, antes, façamos uma parada nos lugares da história.

7 Como exemplo, Gumbrecht (2009) cita os encantamentos enquanto um gênero textual.

8 Na última parte do artigo, Gumbrecht (2009) desenvolve o conceito de presença a partir da metáfora da linguagem como a casa do ser, de Heidegger, por meio do qual pretende uma articulação entre o *dasein* e os objetos do mundo.

O(s) lugar(es) da história

Para dar conta da problemática proposta (a presença do passado na linguagem), precisamos entender como o passado (da Farroupilha) foi tratado⁹ em sua produção socialmente reconhecida, o que acaba sendo dentro dos marcos da historiografia moderna (cultura do sentido). Assim, durante muitos anos, a escrita acerca da memória e da história sul-rio-grandense se deu nos Institutos Históricos. Se a empreitada teria início, em nível nacional, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, sob os auspícios do governo imperial e de D. Pedro II, anos mais tarde frutificariam congêneres em nível regional, como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (1860) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920).¹⁰

O IHGB passou a atuar como espaço privilegiado de produção historiográfica em nível nacional e, aos poucos, foi abrangendo assuntos relacionados às mais variadas províncias, aliando a história local com a nacional. Escrever a história da “nação” implicava, além disso, a construção de um passado comum ao todo, que funcionou como um processo de

9 No período aqui analisado, entre 1920 e 1970, o tratamento do passado (socialmente reconhecido) foi produzido dentro da configuração da historiografia moderna (cultura de sentido). Claro que sabemos que a historiografia não é a única forma de lidar com o passado e que outros modos de acionar o passado (da Farroupilha) foram utilizados nesse período. Optamos, porém, pelo recorte da historiografia, pois nesse período a configuração intelectual (geral) da época (no Rio Grande do Sul) e o tratamento socialmente reconhecido do passado davam-se no IHGRGS.

10 Entre as instituições que foram importantes enquanto lugares sociais de produção de conhecimento e sociabilidade intelectual, destacamos o Partenon Literário (1868-1885). Este espaço preconizaria a escrita da história no Rio Grande do Sul, tendo em seu núcleo de atuação muitos intelectuais de renome. Os partenonistas tinham como foco central não apenas a divulgação da Província de São Pedro enquanto guerreira e defensora das fronteiras, mas também perceber a região como dotada de *homens* preocupados com a constituição de uma cultura brasileira, amarrando-se o regional ao todo. Ver: BOEIRA, 2009.

aproximação, cujo objetivo era forjar uma identidade comum a todos os brasileiros. Também, a tensão entre regional e nacional, entre fragmentação e unidade, se faria presente entre as preocupações daqueles que se dedicariam a escrever sobre o passado do país. A jovem nação independente que então engatinhava precisaria dar conta dos inúmeros conflitos ocorridos internamente, muitos de encontro a seus projetos de unificação territorial. Num contexto em que os *vecinos* americanos se tornavam repúblicas, o Brasil se mantinha a partir de um sistema monárquico, escravista e com graves fissuras entre uma e outra região (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em uma conjuntura marcada por heterogeneidades várias, manter a unidade parece ter se convertido em uma missão, cujo bastião seria o passado tornado história, em uma versão homogeneizante, aportuguesada e de tipo *magistra vitae* (GUIMARÃES, 1988).

Anos mais tarde se daria a criação de um instituto fora dos domínios do Rio de Janeiro – uma experiência inédita, ocorrida em solo sul-rio-grandense, em 1860 (BOEIRA, 2009). O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro buscou inserção na perspectiva de abordagem histórica que o IHGB possuía desde sua fundação, objetivando ser um elo entre a história e a identidade do Rio Grande do Sul e a história brasileira, escrita pelo instituto nacional. Sua criação, portanto, consistiu em uma questão de ordem política, uma vez que os *homens* da Província de São Pedro pretendiam escrever a história de sua região. O jovem instituto provincial contou com revista própria, de periodicidade trimestral, onde eram publicados ensaios de intelectuais sul-rio-grandenses. Note-se, porém, que as duas agremiações, IHGB e IHGPSP, vivenciaram momentos de impasse, pois acabaram ocorrendo tensões e disputas sobre a legitimidade de quem escreveria a “história apropriada” do passado sul-rio-grandense. Embora atuante, esta última teve duração efêmera, encerrando suas atividades ainda na década de sua fundação (BOEIRA, 2019).

No Rio Grande do Sul, a missão de escrever a história nas primeiras décadas do século XX parece ter se dado a partir da vinculação da história com a política e, posteriormente, com o folclore (CORADINI, 2003). Embora os dois vieses pareçam ter estado mesclados nas abordagens dos vários autores (SILVEIRA, 2008), não sendo nossa intenção recortar a escrita da história de maneira estática a partir de uma periodização, haveria dois momentos principais (e distintos) dentro do IHGRGS em relação aos aspectos privilegiados na escrita da história (MARTINS, 2015). Os anos que marcam o advento e a consolidação do instituto sulino (1920-40) se caracterizaram pela atuação dos intelectuais no campo político-partidário, aspecto perceptível na escrita da história destes letrados, que em sua maioria priorizavam tratar de história política e aos personagens (homens) ligados ao Estado.¹¹ A ocupação da presidência do país por Getúlio Vargas, como marco de uma nova forma de governo republicano, bem como o centenário da Farroupilha seriam os principais eventos privilegiados na historiografia em questão.

Acompanhando as mudanças das ciências sociais, os anos 1940 comportariam alterações de teor epistemológico e metodológico¹² na maneira de se perceber e escrever a história sul-rio-grandense. As noções de regional e regionalismo viariam a ser reabilitadas: não se trataria de definir a região como parte estranha, de modo que suas particularidades a afastas-

11 Evidentemente, outras questões se imbricam na realização de escritos históricos pautados nos nomes e eventos tidos como célebres, como é o caso da herança positivista/historicista. Além disso, mantinha-se o *topos* de uma “história mestra da vida”, cuja função seria pedagógica e moralizante. Ver: KOSELLECK, 2006.

12 Os anos 1940-1950 marcariam a abertura da história às chamadas ciências sociais, como a sociologia, antropologia e psicologia, por exemplo. Neste âmbito, seriam intercambiados métodos, perspectivas e abordagens, causando modificações na maneira de historiar, bem como nas relações entre o historiador e seu objeto. Além da emergência de objetos relacionados ao folclore e à vida cotidiana, as estruturas mentais também passariam a ser consideradas. Ver: NEDEL, 2005.

sem do todo; ao contrário, as especificidades viriam a ser ressaltadas e, por meio delas, seria apresentada uma versão do passado que comportasse as disparidades, tornando-as parte de uma suposta mesma história nacional (NEDEL, 2005). Isso não quer dizer, porém, que a reorientação no modo de escrever a história se daria de maneira igual em todos os casos, para todos os autores. Enquanto muitos buscaram inovar a maneira de desenvolver seu *métier* – como Manoelito de Ornellas (1948) (THESING, 2019), que valorizou a cultura popular e o Folclore a partir das permanências culturais¹³ –, outros mantiveram um viés anterior ao escrever a história, aspecto ao qual nos ateremos adiante. É o caso de Moysés Vellinho, letrado atuante no IHGRGS, cuja escrita analisamos a seguir.

A Farroupilha na cultura de sentido

Ocorrida de 1835 a 1845, a Farroupilha aconteceu num período turbulento de motins internos na região platina (GUAZZELLI, 1999). Sua explicação se liga à tensa relação entre a província, o Império e o Prata, no que concerne a fatores econômicos, políticos e sociais. O decênio comportou a fundação de um governo republicano independente e suscitou inúmeras intrigas a respeito de sua interpretação, desde a pecha de separatista, a afirmação ferrenha de seu intento integrador e as várias controvérsias sobre sua “classificação”, se revolução ou guerra civil, por exemplo (SOARES, 2016). Seja na literatura, seja na historiografia, o conflito foi tomado

13 Ornellas, letrado acima referido, teve participação direta em uma das frentes de consolidação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), fundado em 1948 a partir da criação do 35 CTG (em alusão ao ano de início da Farroupilha). Embora tenham existido disparidades em termos dos rumos do movimento, cabe perceber que sua atuação não ficou circunscrita à mídia (como rádios e jornais), tendo encontrado espaço também na escrita da história, a partir de letrados que se aproximaram do movimento e compartilharam de seus vieses na percepção do passado e do presente sul-rio-grandenses, como foi o caso de Manoelito de Ornellas. Ver: NEDEL, 2011.

como objeto desde sua ocorrência, suscitando discordâncias de interpretações. Contudo, se epopeia dos titãs do pampa (SILVA, 2010), revolução ou guerra, a Farroupilha ganharia espaço com a fundação do IHGRGS¹⁴, na construção da identidade do sul-rio-grandense enquanto brasileiro, fruto da atuação lusitana. Desse modo,

Os historiadores e romancistas, em suas páginas, revelaram o ambiente de seu presente. A escrita sobre a Farroupilha estava a serviço de um projeto intelectual e político. Estabelecia-se a organização de uma escrita no campo do imaginário, plausível de diferenciar o Rio Grande. Os últimos anos da década de 1920 assinalaram o empenho político para erguer-se à direção do país. Como numa cruzada patriótica, políticos, intelectuais convergiram para projetar o estado sulino no Brasil (SOARES, 2016, p. 169).

Se na década de 1930¹⁵ a Farroupilha estava no centro da investigação do IHGRGS, tanto pela comemoração quanto pela questão política, no momento posterior a 1945, a historiografia do IHGRGS entra nos temas da formação histórica do

14 Sobre a escrita da Farroupilha no século XIX, tanto pela historiografia como pela literatura, ver: SOARES, 2016.

15 Portanto, em 1935, Emílio Fernandes de Souza Docca publicaria *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, obra na qual se preocuparia em refutar teses que afirmavam o decênio farrapo como separatista ou, ainda, vinculado aos levantes ocorridos no Prata. A tese de brasilidade foi defendida por outros autores no cerne do IHGRGS, tendo sido legitimada como a versão mais “correta” sobre o evento. Docca visava sumariamente contrapor a *História da Grande Revolução*, vultosa obra publicada em 1933 por Alfredo Varela. Os escritos deste último, em geral, aliavam a Farroupilha ao contexto de turbulências e levantes na região platina, dissociando-o dos movimentos ocorridos em solo brasileiro. Por isso e por afirmar a suposta pretensão separatista dos farrapos, Varela receberia as farpas de Docca, que denunciaria as ideias do primeiro como “depreciadoras dos sentimentos cívicos e desdenhosas da dignidade de nossos antepassados” (DOCCA, 1935, p. 3).

Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2006). Assim, a Farroupilha faria parte agora de um longo processo da formação histórica desse estado e é nesse contexto que se inserem os estudos de Moysés Vellinho sobre a história sul-rio-grandense. Acompanhando as reorientações que aconteciam nas ciências sociais em geral, e na história em particular (NEDEL, 2005), o autor atribuiria destaque ao estudo do Rio Grande do Sul enquanto domínio lusitano. A partir dos anos 1940, Vellinho passaria a atuar no campo dos ensaios históricos com mais frequência, tendo ingressado no IHGRGS ao final da década de 1940.

Analizamos as concepções de Vellinho sobre a Farroupilha, pautado a partir da obra *Capitania d'El Rey – aspectos polêmicos da formação rio-grandense*, publicada em 1964.¹⁶ Em nossa avaliação, uma das principais preocupações do autor foi demonstrar o quão coeso teria sido o Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, desde sua ocupação e, assim, o caráter brasileiro da Farroupilha. Ele criou uma identidade ao estado sulino que significava elencar aspectos que a singularizassem e configurassem o outro – nesse caso, os habitantes da área platina, cuja ação exploradora tinha se dado por espanhóis.¹⁷ Iniciar-se-iam os jogos de contraste e oposições construídos por Vellinho entre territórios, pessoas, modos de vida e culturas de um e outro lado. Dessa forma, no cerne da Farroupilha estava o drama de fronteira (VELLINHO, 1970), entre espanhóis e portugueses, distinguido como imemorial e definidor da identidade do sul-rio-grandense.

Moysés Vellinho escreveu a história da Farroupilha a

16 Esse livro é uma coletânea de textos de Vellinho escritos na década de 1950.

17 “A intranquilidade vinha de fora: eram as eternas disputas e incidentes com os castelhanos. E diante do inimigo externo, o Rio Grande tinha que apresentar-se como um só corpo, sob um comando que se fazia respeitar. Aí está a origem dos nossos hábitos de acatamento à autoridade. O senso público de disciplina impunha-se a cada um como condição de segurança para todos. A necessidade comum da defesa foi o fator político que nos preservou da dispersão e anarquia características do Prata” (VELLINHO, 1970, p. 168).

partir da valorização dos aspectos da região, mas mantendo as oposições com o Prata e o eixo da luso-brasilidade já presentes em outros escritos.¹⁸ Por isso, afirmamos que, mesmo após a “renovação” na maneira de historiar (a segunda fase do IHGRGS, após 1945), ainda se mantiveram autores que escreveram por um viés mais ligado ao molde de interpretação nacionalista que marcou a fundação do IHGRGS. Assim sendo, segundo Rodrigues (2006, p. 156) em Vellinho a Farroupilha era considerada “como assunto encerrado”, sendo avaliado como um “movimento genuinamente brasileiro e antecipador do ideário liberal e republicano que acabaria por se impor no restante do Brasil”. Portanto, apesar da secessão temporária,

Uma coisa, com efeito, nunca foi possível erradicar do coração dos Farrapos: o sentimento de sua condição de brasileiros, condição tão marcada pela presença de uma fronteira que havia cem anos vinha sendo asperamente disputada palmo a palmo. [...] seus sentimentos de brasileiros primavam sobre quaisquer considerações de caráter ideológico (VELLINHO, 1970, p. 172).

Portanto, não se trata de negar o separatismo, mas de afirmá-lo como momentâneo e necessário, supostamente antecipando a causa republicana que estaria em voga e teria êxito, posteriormente. Percebemos que Vellinho mantém a versão canônica do IHGRGS em relação à Farroupilha em sua versão nacionalista e rememora as premissas de abasileiramento da mesma, sustentando sua validade num contexto onde isto parecia se fazer necessário.

18 Em alguns momentos de sua argumentação, em vários de seus textos, Vellinho cita *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), concordando com o referido autor em relação à sua afirmação de que a ação lusitana no Brasil foi imprescindível à “civilização” dos indivíduos que dele fazem parte. Vellinho também trata da miscigenação entre portugueses, luso-brasileiros, indígenas e escravizados africanos, aproximando-se de Freyre neste aspecto. Ver: FREYRE, 1933; VELLINHO, 1970; 1981b.

Em síntese, a partir de sua historiografia, Vellinho apresenta aos leitores e/ou pares uma ratificação do sentido da Farroupilha, já tratado de forma exaustiva por seus antecessores e congêneres de agremiação histórica. Dialogando com os pares e sustentando a premissa de uma “separação para unir” em termos do intento farrapo, Vellinho corroboraria com o sentido brasileiro da Farroupilha, apresentando seus membros como empenhados em prol de uma causa maior – o sistema republicano. Não seria, portanto, a desagregação, mas a antecipação de uma realidade que se consolidaria décadas mais tarde e, ainda, uma revolta contra as relações do centro com a periferia. Os farrapos, para Vellinho, sentiam-se brasileiros, sendo esse pertencimento a causa principal de sua revolta contra os supostos abusos do poder central.

A Farroupilha na cultura da presença: o batismo do Palácio Piratini

Em 17 de maio de 2021 o Palácio Piratini completou cem anos.¹⁹ Sede do poder executivo gaúcho, sua história começa ainda no século XIX, quando em 1896 o então presidente do estado, Júlio de Castilhos (1860-1903), ordenou que se construísse uma nova sede, pois o antigo Palácio de Barro, então sede do governo, estava em más condições, além de ser representativo do poder monárquico. Além de modernizar a estrutura pública, a construção do novo palácio representava o Brasil republicano que começava a emergir.

A pedra fundamental foi lançada em 1896 com projeto arquitetônico de Affonso Hebert. Os trabalhos para a construção do novo palácio foram lentos e, em 1908, o então presidente estadual, Carlos Barbosa (1851-1933), mandou parar as obras e decidiu por um novo projeto arquitetônico. Em 1909, o arquiteto francês Maurice Gras (1873-1954) vem ao Rio Grande do Sul e apresenta um novo projeto, que foi aprovado. Em 20

19 Disponível em: <https://bit.ly/369Lo9E>. Acesso em: 29 jun. 2021.

de setembro de 1909, foi relançada a pedra fundamental do Palácio. Apesar de um reinício animador, logo depois o ritmo da obra cai novamente em letargia, devido à Primeira Guerra Mundial. Somente no início da década de 1920 as obras retomam o fôlego. Em 1921, o local torna-se sede do governo, quando as obras do térreo são finalizadas e quando Borges de Medeiros (1863-1861) instala a sede administrativa. Apenas na década de 1970 o prédio era completado, embora melhorias prosseguissem a ser efetivadas e restauros iniciassem em alguns espaços mais antigos.²⁰

Provavelmente o momento mais marcante da nova sede tenha sido a Campanha da Legalidade em 1961, liderada por Leonel Brizola, que visava a preservação da constituição e do Estado democrático de direito. À época, o governo federal decreta o bombardeio do Palácio, o que não foi acatado pelos militares da base aérea de Canoas, fato que possibilitou a posse de João Goulart na presidência da República. O palácio, desde 1986, é considerado um patrimônio histórico e artístico gaúcho e, desde 2000, é patrimônio histórico e artístico nacional.

Contudo, o evento relativo ao prédio que interessa à problemática do capítulo é quando seu nome foi alterado de Palácio do Governo para Palácio Piratini, em 1955. Por recomendação do IHGRGS, o governador Ildo Meneghetti (1895-1980), por decreto, outorgou o nome Palácio Piratini²¹ em homenagem à primeira capital da República Rio-Grandense.

Para a escolha do nome, dentro do IHGRGS fora designado Othelo Rosa (1889-1956). Contudo, por questão de saúde, ele declinou do convite, cabendo a Moysés Vellinho a empreitada. Para dar conta da demanda, ele escreveu um pequeno ensaio histórico no jornal *Correio do Povo* em nove de julho

20 Disponível em: <https://bit.ly/3htYpQR>. Acesso em: 29 jun. 2021.

21 A palavra Piratini tem origem no tupi-guarani e significa peixe barulhento; pira: peixe, tinin: barulhento. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/piratini/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

de 1955, com o título “Batismo do Palácio”.²²

É com base nesse ensaio de Vellinho que tentamos averiguar a possibilidade levantada por Gumbrecht (2009) de presentificação do passado a partir de textos. O seu título já dá uma boa pista, pois batismo é um rito de passagem (BARNARD; SPENCER, 2005), isto é, a inserção de algo ou alguém em um novo status (GENNEP, 2011). Também, o conceito batismo (FRANCO; CAMPOS, 2004) possibilita a saída de vida profana e a entrada na vida sagrada.²³ Assim, por um lado, o prédio, ao receber o batismo – nesse caso um nome –, entra para a vida comunitária e, por outro lado, dentro da cosmologia ou da história sul rio-grandense, ao receber o nome “Piratiní”, ganha um corpo, um passado se incorpora no presente a uma materialidade que, a partir daquele momento, é a presentificação de um passado, ou seja, do passado da Farroupilha.

Em seu texto, Vellinho (1981a, p. 97) sustenta que

não vacilei em acudir à palavra de ordem, por que em verdade nunca é difícil a um homem do Rio Grande, embora colhido de surpresa, falar de assuntos que lhe estão sempre vivos no espírito

22 Este capítulo foi relançado em 1981 no livro *Aparas do tempo* que foi uma publicação póstuma, dado que Vellinho faleceu em 26 de agosto de 1980. Conforme Guilhermino César, prefaciador da obra, a organização e seleção dos textos foi feita “poucos dias antes da morte”, pelo próprio autor, que “reuniu diversos trabalhos seus, que andavam esparsos” (CESAR, 1981, p. 25). César menciona que Vellinho teria denominado a obra, mas não se alonga no sentido de explicar ao leitor os significados do nome. Particularmente, a partir de nossas leituras, compreendemos que o nome se relaciona ao fato de Vellinho ter aparado, recortado sua produção de décadas, de tempo, e elencado quais seriam os textos de maior destaque, ou com temas mais importantes, ao longo de sua trajetória.

23 Importa notar não só o aspecto teológico da definição do sagrado, mas também o significado de algo que é muito estimado, em outras palavras, a algo que se dedica, que se devota, que merece respeito absoluto além de veneração e culto (MADDOCK, 2002).

e no coração. E esta solenidade é das que dizem muito à sensibilidade de um rio-grandense.

Ora, para o autor, a história do Rio Grande do Sul está viva em seu coração e em seu espírito.²⁴ Isto é, a separação entre passado e presente feita pela moderna historiografia científica, entre subjetividade e objetividade, não foi requisito para Vellinho requerir-se ao passado do Rio Grande ou da Farroupilha. É como se estes passados estivessem presentes na sensibilidade de aprender o mundo. Podemos ver nisso uma possibilidade da não separação ontológica entre *res extensa* e *res cogito*. Também, só uma solenidade poderia ser uma forma de presentificar esse passado, ou seja, só uma celebração (KAPFER, 1983) através de uma cerimônia (RICHARDS, 1957) em ato público – o batismo – marcaria, determinaria, formalizaria (e por que não, louvaria) o passado no presente.²⁵

Adiante em seu texto, Vellinho pergunta como é possível que a sede de governo tenha ficado tanto tempo sem um nome oficial. Para ele, “se as omissões individuais se podem explicar à luz da psicologia profunda, o mesmo não acontece com as omissões coletivas e ainda menos quando praticadas ao longo de mais de uma geração” (VELLINHO, 1981a, p. 97). Ora, para Vellinho, o catecúmeno em questão – o palácio – estava ainda em uma vida profana. O autor fica perplexo diante da negligência e da falta de fé em torno dele. Ele, então, como um João Batista dos pampas, um ministro do sagrado sul-rio-grandense, propõe a boa nova aos conterrâneos com o batismo do Palácio, tanto como rito de passagem (DAMATTA, 2000, p. 23) em que a complementaridade, a interdependência

24 Não só no dele, mas no de todos os rio-grandenses.

25 Partir da historiografia para algo mais concreto, em outras palavras, na dimensão espacial, denota dois aspectos principais. Por um lado, o ato violento, em termos de ter poder para ocupar um espaço – dimensão essencial da presença (GUMBRECHT, 2010). Por outro lado, os limites da história enquanto narrativa, capaz de apontar um sentido, mas ineficiente em relação à criação de momentos de presença (GUMBRECHT, 2010), carência suprida, neste caso, pelo “batismo” do Palácio.

e a imersão em redes de relações estabelecem a plenitude da vida social, como também sob pena de excomunhão (FRANCO; CAMPOS, 2004), o batismo perdoa, absolve (a omissão coletiva de gerações), gera graça, atribui caráter e incorpora o catecúmeno e os pagãos em um só corpo presentificado.

Segue o texto, que o nome Piratini é uma denominação do IHGRGS que foi consagrada por decreto em sessão plenária da Assembleia. Para Vellinho (1981a, p. 98), Piratini é “uma denominação que reúne em si mesma todo o sonho republicano e federativo dos farrapos, é a própria síntese da história do Rio Grande nos seus ímpetos de afirmação liberal e de fidelidade à pátria maior”. Afirmar o contrário disso seria somente para aqueles que “trazem o espírito cerrado às pulsações subjacentes aos fatos históricos e que por isso mesmo não sentem [...] aquele bravio desejo de integração nacional que sempre inspirou e moveu os heróis, os claros heróis de 35” (VELLINHO, 1981a, p. 98). Ora, aqui Vellinho reemprega a versão canônica do IHGRGS sobre a Farroupilha, mas ele faz mais, vai além; quem não a entende dessa maneira, não faz isto por um erro metodológico ou gesto epistêmico, próprios à moderna historiografia. Faz isso porque não tem o espírito aberto ao palpitar do passado, em seu movimento de contração e dilatação, quem não toma o pulso do passado na vida presente. Desse modo, não podem sentir/apreender o desejo que moveu os farroupilhas, pois haveria pulsações que são subjacentes aos fatos históricos, isto é, no fundamento dos fatos históricos há uma artéria que se expande e se contrai levando vida aos fatos, e o que cabe é sentir essa pulsação com o espírito livre para vivenciar a presença do passado no presente.

Podemos observar, então, que dentro dos quatro modos de presentificação do passado analisados por Gumbrecht (2009), o texto de Vellinho faria emprego do segundo, em outras palavras, o texto traz à tona vivências de corpos, coisas e sentimentos, que não pretendem necessariamente transformar o mundo, mas achar um lugar estável dentro de uma cosmologia.

Para Vellinho, a Farroupilha fora um movimento construído sobre ideias, não padeceu de vícios localistas, sempre visou a unidade nacional. Assim, dentro da pátria brasileira “nada se pode celebrar de coração mais limpo que a pequena e breve República de Piratini” (VELLINHO, 1981a, p. 99). Por fim, o IHGRGS, convencido de tudo isso, “vive para guarda, o estudo, e o culto do nosso patrimônio histórico, tomou a liberdade de sugerir ao Governo do Estado que se desse a este Palácio uma denominação que evocasse um dos episódios mais fulgurantes dos fatos republicanos do Brasil” (VELLINHO, 1981a, p. 100). Ora, o batismo do Palácio e a presentificação do passado Farroupilha por meio dele, ao fim e ao cabo, reafirmam o Rio Grande do Sul e a Farroupilha como parte de um corpo maior, o corpo brasileiro. Assim, o batismo da sede de governo (re)coloca e (re)afirma, mesmo com aquelas omissões de várias gerações, a presença do Rio Grande do sul (desde a sua formação, desde o seu nascimento) e da Farroupilha na mesma carne, na mesma matéria, na mesma substância lusitana de todo brasileiro

Considerações Finais

Averiguamos que a oscilação entre presença e sentido e a tensão inerente a tal relação estão contidas na fonte aqui examinada, a partir de uma tentativa de presentificar o passado da Farroupilha. Dessa forma, Vellinho ratifica a brasilidade do evento, além de torná-lo presente, mensurável, tangível. Também, a presentificação do passado atinge os sujeitos a partir da experiência estética. Ao sentir, ao olhar o Palácio, adentrar em suas dependências ou ter acesso a algum ofício ou notícia que o mencione, poderá se dar, no interlocutor, um efeito de presença.

A partir do desejo de presença, do nome Piratini, aprovado pela IHGRGS e pela assembleia legislativa estadual, aconteceria uma presentificação da Farroupilha: além de ser afirmada na historiografia como genuinamente brasileira

(sentido), estaria como uma materialidade na própria sede da administração estadual (presença). A dimensão física da presença do passado sensibiliza a percepção do sujeito. Muitos dos objetos do passado estão presentes: um livro antigo, uma carta, um mapa etc. É a partir das pinturas, dos textos e das representações que aquele passado chega até a contemporaneidade. Assim, é nesse caso, por meio da linguagem, que chegam até nós os momentos de presença sobre a Farroupilha, em uma presentificação. Consideramos que no “batismo” do palácio esta dimensão esteve presente.

Ao empregar o termo batismo para se referir ao ato de denominar o Palácio Piratini, Vellinho utiliza-se da linguagem na presentificação do passado da Farroupilha. Se tomarmos a expressão nestes termos, poderemos considerar seu uso enquanto uma tentativa de demonstrar o ingresso do passado da Farroupilha no presente do batismo do Palácio Piratini, o que poderia confirmar a nossa hipótese – presentificar a Farroupilha, além de que o ritual é uma das características marcantes das culturas de presença. A linguagem, assim, favoreceria a tangibilidade de algo intangível do passado, mas agora materialmente presente através do batismo do Palácio Piratini.

Referências

BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan. Rite of passage. In: BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (Orgs.). **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**. Nova York, Taylor & Francis e-Library, 2005.

BOEIRA, Luciana Fernandes. **Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3hfb6Ac>. Acesso em: 10 maio 2021.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Uma província de peso: a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense**. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 [original: 1975], p. 64-122.

CORADINI, Odaci Luís. As missões da cultura e da política – confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 125-144. Disponível em: <https://bit.ly/2SIPLFG>. Acesso em: 17 out. 2020.

CESAR, GUILHERMINO. Prefácio. In: VELLINHO, Moysés. **Aparas do tempo**. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 9-25.

DAMATTA, Roberto. **Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade**. *Mana*, 6, vol. 1, p. 7-29, 2000.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (separata)**, Porto Alegre, Globo, ano XV, II Trimestre, 1935.

FRANCO, Renato; CAMPOS, Adalgia Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. **Varia Historia**, n.º 31, janeiro, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, 1933.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o pro-

jeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, 1988, p. 5-27. Disponível em: <https://bit.ly/3jETsax>. Acesso em: 4 dez. 2019.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da Historiografia**, 2009, n. 3, p. 10-22. Disponível em: <https://bit.ly/3wgn6pk>. Acesso em: 11 maio 2021.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.

KAPFERER, Bruce. **A Celebration of Demons: Exorcism and the Aesthetics of Healing in Sri Lanka**. Bloomington: Indiana University Press, 1983.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart et. al. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

MADDOCK, Kenneth. Sacred and profane. In: BARNARD, Alan; SPENCER, Jonathan (orgs.). **Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology**. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: regionalistas e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. Tese (Doutorado em História) – PPGH/ICH, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3yyxMBL>. Acesso em: 7 fev. 2020.

NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 193-215, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3xfuUsx>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

OS FARRAPOS. **Guerreiro Farrapo**. Caxias do Sul: ACIT, 1995.

RICHARDS, Audrey. **Chisungu: A Girl's Initiation Ceremony Among the Bemba of Northern Rhodesia**. Nova York: Grove Press, 1957.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos; NEDEL, Letícia Borges. **Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul**. Ágora, Santa Cruz do Sul, p. 161-186, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação 1925-1964**. Tese de doutorado (História) – UFRGS, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3jFjYAL>. Acesso em: 7 fev. 2020.

ROSA, Othelo Rodrigues. **Vultos da epopeia farroupilha: Escores Biográficos**. Porto Alegre: Globo, 1935.

SALDANHA, Elton. **Epopeia farroupilha**. Porto Alegre: Usa discos, 1999.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Jaisson Oliveira da. O particular: Alfredo Varela, historiador da “Grande Revolução”. In: SILVA, Jaisson Oliveira da. **A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varela**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3yeC8o2>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe de futu-**

ro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3ynUStZ>. Acesso em: 17 out. 2020.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. **Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841 – 1999).** Pontifícia Universidade Católica (PUCRS): tese de doutorado. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xhWiWS>. Acesso em: 15 jul. 2019.

THESING, Neandro. A tradição presente. In: SOARES, Fabrício A. A.; MARTINS, Jefferson Teles. **História e historiografia sul-rio-grandense.** Criciúma: EdiUnesc, 2019.

VARELA, Alfredo. **História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil.** Porto Alegre: Globo, 1933.

VELLINHO, Moysés. Balanço crítico da literatura rio-grandense. In: VELLINHO, Moysés. **Letras da Província.** Coleção Província. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 239-250.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El Rey: aspectos polêmicos da formação rio-grandense.** Coleção Província. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

VELLINHO, Moysés. Batismo do Palácio. In: VELLINHO, Moysés. **Aparas do tempo.** Porto Alegre: ERUS, 1981a, p. 97-100. [Original de 1955].

VELLINHO, Moysés. Gilberto Freyre e a Valorização do Português. In: VELLINHO, Moysés. **Aparas do tempo.** Porto Alegre: ERUS, 1981b, p. 129-140.

VELLINHO, Moysés. Othelo Rosa. In: VELLINHO, Moysés. **Aparas do tempo.** Porto Alegre: ERUS, 1981c, p. 109-116

CAPÍTULO II

“AGORA SÓ SE FALA EM PACIFICAÇÃO”: O IHGRGS E AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA EM MEIO ÀS CRISES POLÍTICAS ENTRE FLORES DA CUNHA E GETÚLIO VARGAS (1935)

Jefferson Teles Martins¹

O Centenário Farroupilha ocupou parte significativa da agenda institucional do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), durante a década de 1930. Este capítulo retoma o contexto político em que se deu a comemoração do centenário farroupilha, tendo como fio condutor a atuação do IHGRGS que fez a primeira proposta ao governo do estado para que patrocinasse o programa oficial de comemorações. Esse programa elaborado pelo Instituto, juntamente com o Museu do Estado e o Arquivo Público, idealizava inicialmente um calendário de realizações de caráter cultural. No entanto, a comemoração do centenário extrapolou a agenda cultural envolvendo outras esferas, e ganhou usos políticos no contexto da crescente tensão entre os poderes estadual e federal.

Após à transição entre a administração borgista e a de Vargas, o Instituto continuou recebendo subvenções do governo do estado e sua direção passou a apontar a necessidade de planejar as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. O ponto de partida da organização das comemorações foi a reunião de 10 de julho de 1929. Nessa ocasião, o presidente Florêncio Abreu justificou a iniciativa dizendo que o Rio Grande e o Brasil esperavam do Instituto tal atuação, pois “era o órgão legítimo da mentalidade rio-grandense” e para isso contava “com o apoio moral e material do governo

¹ Doutor em História (PUCRS). Membro efetivo do IHGRGS.

do estado”.² Nesse mesmo mês de julho, começaram as articulações políticas para a formação da Aliança Liberal. O governo do estado, sob a presidência de Getúlio Vargas, mostrava-se aberto a atender pedidos de aliados e fazer concessões, inclusive à oposição, com vistas a unificação das elites.

Da referida reunião saíram algumas propostas que sugerem que a visão geral dos sócios era de que o Instituto, apesar de receber ajuda do governo do estado, não possuía recursos para fazer frente aos gastos que seriam demandados por ocasião do centenário. Entendiam que o poder estadual deveria fazer frente a esses gastos, dotando o Instituto de maiores recursos. As propostas preliminares foram as seguintes: a) a realização de um concurso para premiar “o melhor trabalho documentado sobre o decênio farroupilha”. Florêncio Abreu ressaltou que “estava certo do interesse que ao governo do estado despertaria essa iniciativa do Instituto”³; b) elaboração, juntamente com o Museu do Estado e o Arquivo Público, de um programa oficial; c) confecção de um *memorial* para ser entregue ao presidente do estado, no sentido de expor a “exiguidade da verba com que o estado dota o Instituto”, o que não lhe permitiria “atender às grandes despesas a que será obrigado com a comemoração”.⁴

No ano de 1930, período conturbado da política gaúcha e nacional, o Instituto realizou poucas reuniões. Naquele ano, o Instituto reuniu-se apenas cinco vezes, sendo a última em 18 de julho, e só voltou a reunir-se, praticamente um ano depois, em 30 de junho de 1931. O clima “revolucionário” parece ter absorvido todo o ambiente político e intelectual. Em 1931, o Instituto retomou a agenda do centenário, sendo, para tal, constituída uma comissão composta por Francisco Rodolfo Simch, Othelo Rosa, Aurélio Porto, Darcy Azambuja e Edu-

2 Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929, p. 107v.

3 Idem.

4 Idem.

ardo Duarte, para elaborar o programa da comemoração.⁵ A continuidade da tensão política que se fazia sentir sobre a elite política e intelectual do estado pode ser percebida pela exiguidade das reuniões dos sócios do Instituto Histórico, que não se reuniram mais do que duas vezes naquele ano, em 1931, só voltando a realizar novas sessões a partir de junho de 1932. Portanto, em praticamente dois anos – 1931 e 1932 – o IHGRGS reuniu-se apenas quatro vezes.⁶ Pela ata da última reunião de 1932 sabemos que o Instituto não havia recebido, até então, a subvenção anual. Supunha-se até aquele momento que a subvenção teria cortes. Para evitar isto, Florêncio Abreu “determinou que se oficiasse ao senhor general interventor do estado solicitando ordem de integralização do pagamento da dita subvenção no corrente ano”.⁷

No plano político, as discussões se davam em torno do debate sobre a reconstitucionalização do país. Os líderes do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense consideraram importante a manutenção da FUG naquele momento. Em nível nacional, acirrou-se a disputa entre os defensores da reconstitucionalização e os adeptos da continuidade do governo provisório. No Rio Grande do Sul, sob a liderança de Raul Pilla, líder do FUG, ganhou espaço a defesa da reconstitucionalização. Em maio de 1931, o PL reunido em Congresso Geral aprovou moção exigindo o retorno ao regime constitucional. Naquele ano, São Paulo tornara-se o centro das disputas entre os “tenentes” e as forças partidárias tradicionais que defendiam a reconstitucionalização. Em novembro, reunidos em Cachoeira, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla iniciam, através da FUG, movimento de apoio aos constitucionalistas de São Paulo. No ano seguinte, depois de diversas tentativas de apaziguamento e diálogo com o gover-

5 Ata de reuniões do IHGRGS, de 30 de junho de 1931, p. 118r.

6 Em 18 de julho de 1930, 30 de junho de 1931, 22 de outubro de 1931 e 30 de junho 1932.

7 Ata de reuniões do IHGRGS, de 10 de novembro de 1932, p. 125r.

no provisório e das respostas evasivas de Vargas às exigências da FUG, Raul Pilla, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e João Batista Luzardo lançam manifesto de apoio aos paulistas, em 15 de junho de 1932. No Rio Grande do Sul, enquanto consolida-se a aliança entre Borges de Medeiros e Raul Pilla, Flores da Cunha mostra-se hesitante entre os compromissos da FUG e o apoio ao governo provisório.

Precipitado o conflito armado em 9 de julho de 1932, Flores da Cunha decidiu-se pela solidariedade ao governo provisório, enviando tropas para combater os revolucionários paulistas. Com o objetivo de atrair a atenção das tropas gaúchas e aliviar a pressão sobre os constitucionalistas, os líderes da FUG, Borges, Pilla e Luzardo, viajaram para o interior do estado e promoveram diversos levantes. Porém, esse movimento foi derrotado em 20 de setembro, em Cerro Alegre, quando Borges foi preso e exilado em Recife.

No final de 1932, novamente as regras do jogo político se alteram sensivelmente no Rio Grande do Sul. Os dois partidos tradicionais no estado, PRR e PL, ficaram afastados do poder. Flores da Cunha criou, em 16 de novembro, o Partido Republicano Liberal que reunia republicanos, liberais e dissidentes. Flores montou uma estrutura de poder baseada na repressão das oposições e no seu poder militar, configurado no aumento do efetivo da Brigada Militar que chegou a contar com 6 mil soldados, mais os corpos provisórios com 20 mil civis das milícias, além de aliados dentro do III Comando do Exército, sediado no Rio Grande do Sul. O viés autonomista da política de Flores se chocaria com a política nacional de centralização de Getúlio Vargas, constituindo-se um entrave as pretensões continuístas do último. O período que antecede e sucede as comemorações do centenário foi marcado pelo crescente antagonismo entre os governos estadual e federal, cujo ápice foi a renúncia de Flores da Cunha e seu exílio no Uruguai, em 1937.

O IHGRGS não tomava parte direta nesses acontecimentos políticos, pois tinha entre seus sócios apoiadores de Getúlio, alguns dos quais no Rio de Janeiro, em cargos federais. Porém, havia outros tantos que eram ligados ao PRR ou ao PL (unidos sob a FUG) e se opunham ao governo provisório de Getúlio Vargas, apoiado por Flores da Cunha, no contexto da Constitucionalista. Em Porto Alegre, havia um comitê oposicionista, do qual participavam perrepistas e libertadores, entre os quais, Othelo Rosa (TRINDADE, 1979, p. 110). Depois, com o afastamento e crescente competição entre Flores e Vargas, abriu-se espaço para a segunda pacificação das elites políticas no estado e aproximação dos líderes na FUG com o general Flores da Cunha.

As preparações do centenário e o contexto político

A partir de 1933, o tema da comemoração do centenário passou a dominar as discussões nas reuniões do Instituto. As primeiras iniciativas tomadas pela direção do Instituto, nesse sentido, foram as seguintes:

1. Dirigir-se ao major Alberto Bins, prefeito da capital, solicitando que no local da nova ponte da Azenha fosse levantado um arco comemorativo ao magno evento;
2. Solicitar ainda ao mesmo prefeito, a cessão de um terreno, no fim da Avenida João Pessoa ou em local apropriado, para a construção de um grande edifício que serviria de sede ao Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico e a este Instituto;
3. Solicitar ao governador: a) contribuir com a construção de um edifício em terreno cedido pela municipalidade para nele se instalar o Museu Júlio de Castilhos, Arquivo Histórico do Estado, e servir, ao mesmo tempo, de sede deste Instituto; b) providenciar para que fosse lançada, em vinte de setembro de mil novecentos

e trinta e cinco, a pedra fundamental do monumento comemorativo da epopeia farroupilha, conforme artigo oitavo, Disposições Transitórias da Constituição do Estado; c) dignar-se a destinar uma verba especial de auxílio extraordinário ao Instituto para os serviços da comemoração, auxílio este a ser prestado desde o corrente ano.⁸

A agenda institucional do IHGRGS buscava, na esteira do centenário, aumentar os recursos que o Instituto recebia das três esferas públicas. Tendo o Instituto buscado informações para receber subvenções do governo federal, o Ministério da Educação informou que isto só seria possível uma vez que o Instituto se habilitasse regularmente, “na forma do decreto número 20.35 de 31 de agosto de 1931”⁹, processo que, segundo Eduardo Duarte, demandou bastante trabalho burocrático e esforço pessoal:

Ainda nada conseguimos, de lá, respeito à solicitada subvenção. Uma via crucis. Tanta coisa exigiram, uma documentação que faria um volume, peças autenticadas, peças originais com reconhecimento de firma, um mundo de coisas, enfim, e nada até agora, e não sei até quando... *Quosque tandem, oh, senhores, abutere patientia nostra?*¹⁰

Por meio de Francisco Leonardo Truda, membro do IHGRGS, residente no Rio de Janeiro e presidente do Banco do Brasil, vieram boas notícias, quase às vésperas do centenário, “apesar de não serem tão completas” quanto desejassem, conforme informa Duarte: “resolveram dar-nos 50 contos, quantia que nos autorizará (junto ao que nos der o Estado)

8 Ata de reuniões do IHGRGS, de 7 de abril de 1933, p. 129r.

9 Ata de reuniões do IHGRGS, de 12 de setembro de 1934, p. 146v.

10 Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 14 de março de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

a fazer uma operação de crédito no Instituto de Previdência da Terra”.¹¹ E ainda, o secretário acrescentava: “A subvenção pedida ao governo central será concedida, ao que parece, desta vez. Florêncio [a esta altura, Presidente do IBGE] muito se tem empenhado”.¹² Paralelamente a isso, a direção do Instituto também encetava esforços no plano estadual para obter maiores prerrogativas orçamentárias: “à Assembleia do estado foi formulado o pedido. 100:000\$, e mais majoração do auxílio para a revista. Temos gente na estacada, e gente de valor; está toda ela bem trabalhada”.¹³ Mesmo assim, o secretário não podia assegurar que todos os esforços teriam êxito, pois, ao final, a decisão cabia ao governador: “Vamos ver se não há veto...”.¹⁴

Othelo Rosa, que fazia parte da comissão encarregada de elaborar o programa da comemoração, foi o responsável pelo parecer sobre as propostas gerais. Após discussão sobre seu relatório ficou estabelecido que:

resolve-se incluir no programa da comemoração os seguintes itens: a) realização de um Congresso de História Sul-rio-grandense a instalar-se em Porto Alegre a vinte de setembro de mil novecentos e trinta e cinco. À Comissão de História foi cometida a organização das teses, para o que lhe foi fixado o prazo de dois meses; b) edição especial comemorativa do hino da república, com a fixação da letra verdadeira do mesmo; c) organização, nesta capital, de uma exposição de documentos históricos e objetos da época, inclusive os de uso das forças em operações; d) construção

11 Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 16 de maio de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

12 Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

13 Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

14 Idem.

de uma ponte sobre o rio Piratini a fim de dar acesso à histórica vila desse nome, a cuja ponte se daria o nome de “Vinte de Setembro”; e) sugerir ao governo do estado a aquisição do prédio onde esteve instalado o governo da república, em Piratini, a fim de conservá-lo como relíquia histórica, destinando-o ao funcionamento de uma escola; f) conveniente adaptação da toponímia geográfica e urbana à glorificação dos principais vultos da grande revolução, conforme sugeriu o dr. Alfredo Varela, de modo a serem inauguradas as modificações no dia 20 de setembro de mil novecentos e trinta e cinco, para o que o Instituto se dirigirá, oportunamente, ao governo do Estado e às municipalidades.¹⁵

No plano político, o período de preparação da comemoração do centenário se deu no ambiente que tendia, de um lado, ao arrefecimento momentâneo da oposição ao governador e, de outro, à forte cooptação política praticada, simultaneamente, pelo governador Flores da Cunha e por Getúlio Vargas, com vistas a conseguir apoio dos republicanos e liberais gaúchos no embate entre o poder regional e o poder central. Foi, portanto, um ambiente propício para receber vantagens do estado e da federação, que se digladiavam em disputa pela atenção das elites políticas do estado. Já se desenhava a efêmera e nova “pacificação” do Rio Grande. Nesse contexto, interessava fortemente ao governador Flores da Cunha dar suporte ao programa de comemoração, pois podia demonstrar ao presidente Vargas a “união” dos líderes políticos gaúchos, evidenciando aparente força e respaldo como líder regional, e, por conseguinte, mobilizar a seu favor os aspectos simbólicos da Revolução Farroupilha, reatualizando o conflito entre poder regional *versus* poder central ou autonomia *versus* centralização.

15 Ata de reuniões do IHGRGS, de 25 de abril de 1933, p. 131v.

Vale destacar o apoio que o general Flores da Cunha deu à publicação da obra “A Grande Revolução”, Alfredo Varella. Em 1933, Alfredo Varella esteve no Rio Grande do Sul em visita ao interventor federal, general Flores da Cunha, enquanto eclodiam as crises políticas do período, e recebeu deste a oferta de patrocínio para a edição da obra comemorativa ao centenário farrapo. Flores da Cunha recém havia criado o Partido Republicano Libertador, constituído por dissidentes do Partido Libertador, do Partido Republicano Rio-Grandense e outros aliados. No plano estadual, o PRL iniciou seus trabalhos sob forte oposição da FUG. No plano nacional, a aliança entre Vargas e Flores – que estiveram juntos na Revolução Constitucionalista - deu sinais de fraqueza, e vieram à tona os conflitos entre ambos, relacionados a temas como centralização do poder e a autonomia dos estados. Segundo Vilma Keller, Flores da Cunha instruiu a bancada PRL na Assembleia Constituinte para que defendesse a “fórmula federativa, resistindo à centralização e ao aumento das tarifas, destinado a fortalecer a renda nacional às custas dos estados” (KELLER, 2001). A publicação da obra de Alfredo Varella apareceu como uma oportunidade de Flores da Cunha demonstrar as suas qualidades de “alto patriotismo” – do ponto de vista sul-rio-grandense – e, ao mesmo tempo, mobilizar ganhos políticos em torno da comemoração do maior evento da história gaúcha. Além disso, o conteúdo da obra de Alfredo Varella ia ao encontro da posição de Flores que, então, defendia a “fórmula federativa” como princípio de descentralização.

O livro de Varella se colocava na contramão do discurso historiográfico predominante no IHGRGS desde os anos 1920. Os historiadores dessa instituição defendiam que a Revolução Farroupilha não teve viés separatista, mas sim federalista. No livro, Varella esposava a tese de que os revoltosos de 1835 queriam a separação da província do restante do Brasil. Quando o livro veio a público, em 1935, foi como uma bomba nos círculos intelectuais do estado. Causou ampla controvérsia em jornais locais e do centro do país. Além do patrocínio

do governo do estado, o livro foi publicado, inadvertidamente, sob os auspícios do IHGRGS. A Comissão de História do Instituto publicou parecer sobre a obra, assinado por Othelo Rosa e Darcy Azambuja, desautorizando a tese separatista. Ao mesmo tempo que reconhecia o “mérito da obra”, negava “solidariedade as ideias proferidas pelo autor”.¹⁶ Esse episódio reforça a percepção de que as comemorações do centenário ganharam usos políticos pela reatualização de aspectos simbólicos da luta dos revoltosos de 1835, em especial dentro do debate político coetâneo de centralização versus autonomia, defendido respectivamente por Vargas e Flores da Cunha.

As atividades preparatórias da comemoração do centenário ganharam impulso, embora nem todos os projetos iniciais fossem levados a cabo, como o monumento sobre a ponte da Azenha. O grande marco das comemorações foi a Grande Exposição Farroupilha em setembro de 1935. Três anos antes, quando uma comissão do Instituto Histórico foi visitar o, então, Interventor Federal para apresentar o memorial do programa de comemoração que o Instituto pretendia realizar, o general Flores da Cunha reconheceu que o Instituto tinha “um programa de ordem puramente cultural”, e disse que queria “interessar na comemoração outras pessoas de notável destaque na sociedade, pensando em organizar uma exposição” que atestasse a “eficiência do trabalho” dos rio-grandenses nos “últimos cem anos de existência”.¹⁷ Para isto, então, o interventor organizaria uma comissão central, à qual estariam sujeitas diversas comissões parciais, entre elas uma comissão cultural, sob a responsabilidade do IHGRGS. Vê-se, portanto, que o IHGRGS teve o mérito de provocar o início das atividades comemorativas, mas Flores da Cunha teve a visão política de ampliar o programa inicial e envolver outros setores da vida do estado.

16 Revista do IHGRGS, n. 56, 1934, p. 267.

17 Ata de reuniões do IHGRGS, de 8 de agosto de 1933, p. 137r.

O secretário Duarte, em abril de 1935, relatava através de cartas a Souza Docca como seguiam as obras do centenário. Destacava: “os trabalhos da Grande Exposição prosseguem com grande intensidade; trabalham dia e noite. Promete coisa digna de nossa terra. Pena é que o grande monumento: a ponte da Azenha não se faça conforme projeto”.¹⁸ Emendava a previsão de que a estátua de Bento Gonçalves seria erguida no Parque da Redenção: “farão a ponte (já em obra) sem a estátua do Bento, pois que esta será levantada em uma praça, na Várzea, à entrada do majestoso pórtico da Exposição. Projeto Caringi, pois venceu a formidável torcida em favor do mesmo”.¹⁹ O monumento equestre de Bento Gonçalves feito pelo escultor Antônio Caringi foi inaugurado dia 15 de janeiro de 1936, em frente ao pórtico da exposição e hoje encontra-se na Praça Piratini.

Eduardo Duarte não deixou de atualizar o amigo Souza Docca a respeito do clima político dominante e da reaproximação dos grupos políticos do estado: “... agora só se fala em pacificação; o namoro entre os magnatas da política vai à moderna: escandaloso. Oxalá! Cheguem a um acordo; que o 1º de março de 1845 se anteceda de dez anos e a pacificação seja feita”.²⁰

Mesmo fora do estado, no Rio de Janeiro, os membros do IHGRGS se reuniam com frequência semanal para tratar das comemorações do centenário. É o que informa Souza Docca a Othelo Rosa:

A nossa gente não costuma ser esquiva, nem re-traída, na manifestação de seu culto pelo nosso passado vibrante e extraordinário – reside aí a

18 Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

19 Idem.

20 Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

minha esperança de que o primeiro centenário da cruzada farroupilha seja comemorado com a pompa, brilho e entusiasmo que merece. [...] Todas as 3^{as} feiras nos reunimos – os que constituem a Comissão executiva do Centenário – na Sociedade Sul Riograndense, tratando de cousas do velho e heroico Rio Grande.²¹

O testemunho de Souza Docca também revela as assimetrias das relações entre intelectuais e políticos, alguns mais próximos do que outros dos espaços de poder. Mesmo “humilde”, Docca se colocava como “um dos guardas fiéis desse fogo sagrado, aqui nesta bela politicolandia”, dizia ele. Essa assimetria fica mais explícita na seguinte confissão: “ainda não vi o Vargas Neto e não sei se o verei: continuo na penumbra em que sempre tenho vivido e ele iluminado pelo sol ofuscante do Catete que, como sabes, não nasce para todos...”²²

Quando chegou o 20 de setembro de 1935, as comemorações tiveram espaço em meio a desfiles da mocidade, paradas militares, discursos e exposições. Diante da assistência do governador e do presidente da República, se apresentaram em parada militar quatro mil homens do Exército e da Brigada Militar. Por esta perspectiva, o desfile militar do Exército e da Brigada, em 20 de setembro de 1935, no auge da disputa entre Vargas e Flores, era a demonstração do poder militar de ambos, Exército e Brigada, na tensão entre o poder nacional e regional. Além disso, foi realizado, ao mesmo tempo, um desfile da aeronáutica com a participação de aparelhos civis e militares. As interferências de Flores nas eleições de Santa Catarina e Rio de Janeiro precipitaram o rompimento com Vargas.

21 Carta de Souza Docca a Othelo Rosa. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Arquivo do IHGRGS.

22 Idem.

O efêmero pacto de pacificação

O movimento de pacificação política começou durante a Assembleia Constituinte estadual, com a oposição concordando em votar no general Flores para governador do estado. O processo de pacificação resultou na implantação de um governo parlamentarista no Rio Grande do Sul, baseado na fórmula jurídica desenvolvida por Raul Pilla e José Maria dos Santos. Em 17 de janeiro de 1936, Pilla, Borges e Flores assinam o acordo dando início ao governo misto entre PRL e FUG, o chamado *Modus Vivendi*. Esse modelo de governo parlamentarista criava um gabinete composto por um representante de cada partido da oposição gaúcha (PRR e PL), e presidido pelo representante do partido de Flores (PRL). A fórmula parlamentarista foi uma maneira de Flores da Cunha unir-se à oposição gaúcha (FUG) e tornar-se mais forte na luta contra o projeto nacionalista e centralizante de Getúlio Vargas. O *Modus Vivendi* foi instituído em janeiro de 1936 e terminou em outubro do mesmo ano (BELLINTANI, 2002, p. 46).

Getúlio Vargas que havia considerado inaceitável a interferência de Flores nas eleições do Rio de Janeiro começou a incentivar a dissidência dentro do PRL. Contou com o apoio de Maurício Cardoso, opositor do governador Flores da Cunha e do *Modus Vivendi* para atrair o apoio da FUG. Com o fim do *Modus Vivendi*, Flores perdeu o apoio dentro de seu próprio partido. Sob a liderança de Maurício Cardoso, a FUG também se pôs contra o governador. No ano seguinte, com a finalidade de remover Flores da Cunha do poder, considerado o último entrave à implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas dissolveu os corpos provisórios, convocou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, colocando-a à disposição do Comandante da 3ª Região Militar, sob o argumento de “combate ao comunismo”. Na prática, isso representou o esvaziamento do poder militar de Flores e de qualquer possibilidade de resistência armada regional ao poder federal. Esse decreto foi assinado por Getúlio Vargas no dia 14 de outubro de 1937. Flores da Cunha apresentou sua renúncia à Assembleia Legislativa, no dia 16.

Considerações Finais

O Instituto desde sua criação posicionou-se politicamente de forma ecumênica, portanto, não tomou posição aderindo a este ou aquele lado na disputa que ocorria entre o governo estadual e o governo federal – quando Flores da Cunha e Getúlio Vargas disputavam o apoio dos políticos gaúchos –, mas manteve-se aberto ao diálogo com as duas esferas do poder político. Em primeiro lugar, porque seus membros dividiam-se entre aqueles que estavam mais próximos à base política de Getúlio e aqueles que apoiavam Flores da Cunha. Em segundo lugar, porque o Instituto dependia das subvenções estaduais e, ao mesmo tempo, sem esposar adesão explícita ao governo estadual podia pleitear ajuda financeira da parte do governo federal. A preparação para o centenário ocorreu em meio às tensões e disputas, que ora tendiam ao acirramento, ora ao arrefecimento. Nessa configuração, os intelectuais se moviam buscando espaço para obter recursos que possibilitassem a realização do primeiro centenário farroupilha com a “pompa, brilho e entusiasmo” que a data “merecia”. Por seu turno, agentes políticos como Flores da Cunha viram na comemoração, oportunidade para demonstrar seu “patriotismo” e mobilizar os atributos simbólicos da farroupilha no contexto da disputa com o poder central.

Referências

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: Edipuc, 2002.

KELLER, Vilma. Flores da Cunha. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

LE MOS, Renato. Raul Pilla. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

NOLL, M. I. S. O processo político partidário (1928-1937). In:

TRINDADE, Helgio (org.) **Revolução de 1930 – partidos e imprensa partidária**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O Rio Grande do Sul e a política nacional: da frente oposicionista gaúcha à Revolução de 1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

Fontes:

Ata de reuniões do IHGRGS, 10 de julho de 1929, p. 107v.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 30 de junho de 1931, p. 118r.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 10 de novembro de 1932, p. 125r.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 7 de abril de 1933, p. 129r.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 12 de setembro de 1934, p. 146v.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 25 de abril de 1933, p. 131v.

Ata de reuniões do IHGRGS, de 8 de agosto de 1933, p. 137r

Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 14 de março de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 16 de maio de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Eduardo a Duarte a Souza Docca, Porto Alegre, 12 de julho de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Eduardo Duarte a Souza Docca. Porto Alegre, 1 de abril de 1935. Fundo Souza Docca, Arquivo do IHGRGS.

Carta de Souza Docca a Othelo Rosa. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1933. Arquivo do IHGRGS.

Revista do IHGRGS, n. 56, 1934, p. 267.

CAPÍTULO III

O CENTENÁRIO DA GUERRA CIVIL FARROUPILHA NAS PÁGINAS DOS JORNAIS PORTO-ALEGRENSES

Camila Silva¹

A cada 20 de setembro porto-alegrenses de todas as idades preparam-se para a comemoração do evento que é considerado a data máxima da história do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha. Sentindo-se peões ou prendas, cidadãos pilcham-se com seus chiripás, guaiacas, ceroulas, saias de armação, vestidos e bombachinhas. A cavalo ou a pé, andam pelas ruas da capital sul-rio-grandense, entre prédios e carros, em sua maior parte carregando o chimarrão. Assistem ao passado sendo encenado no desfile farroupilha e passeiam entre os piquetes e o fogo de chão no Parque Harmonia. Não é necessário o uso do vocábulo “gaúcho” para que possamos relacionar os elementos acima citados à imagem que guardamos desta figura típica.

Em Porto Alegre, na região metropolitana ou nos municípios do interior do estado, as programações da Semana Farroupilha incluem todo tipo de atividade. Peças teatrais, shows artísticos, exposições culturais, concertos musicais e palestras (para mencionarmos apenas alguns eventos), nos cercam por todos os lugares. Se nesta mesma data folhearmos os jornais locais, encontraremos uma galeria de textos e imagens que ilustram os personagens e os fatos que marcaram a “honrosa epopeia dos farrapos”. Ruas e avenidas transformam-se em verdadeiros palcos onde a Revolução Farroupilha é representada. As referências ao gaúcho e ao episódio farroupilha não se restringem ao mês de setembro. Programas de rádio e de televisão celebram a música e a cultura regional, campanhas publicitárias utilizam os símbolos

¹ Doutora em História (UNISINOS).

e a linguagem do “sul” como forma de persuasão, e políticos discursam sobre as virtudes da “alma gaúcha”.

Não restam dúvidas quanto à importância deste acontecimento e do valor da sua comemoração no Rio Grande do Sul. Enquanto alguns eventos exigem o esforço interpretativo do historiador para serem trazidos a luz como tal, a Revolução Farroupilha parece estar consagrada como um dos “fatos históricos evidentes”² do nosso passado. No entanto, o que o torna evidentemente “importante”? Por que, por quem, e como ele é lembrado? Talvez a melhor forma de responder a tais perguntas seja considerando que a memória de um acontecimento é constituída em cada presente, entre os limites que este coloca aos que recordam.

Concordamos com Albuquerque Jr. quando este afirma que: “É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento (...)” (2007, p. 151). Neste sentido, pretendemos pôr em relevo uma das “camadas” dentre aquelas que ao longo da história formaram a memória farroupilha. Para tanto, temos como objeto de nossa investigação as narrativas comemorativas do primeiro Centenário Farroupilha, presentes nos jornais *A Federação*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Jornal da Manhã*.

As comemorações do Centenário Farroupilha

As atividades em homenagem ao Centenário Farroupilha envolveram diversos setores da sociedade sul-rio-grandense. O ano de 1935 foi marcado por uma agenda comemorativa que incluiu desde desfiles cívicos até o Campeonato Farroupilha de Futebol. A grande atração desta efeméride foi, provavelmente, a Exposição do Centenário Farroupilha, evento que

2 Ao utilizar esta expressão, Elmir refere-se a uma suposta “autonomia do objeto”, geralmente praticada por uma historiografia positivista (ELMIR, 2004, p. 23).

transformou a antiga “Várzea do Portão” no Parque da Redenção. Conforme o relatório apresentado ao Governador Flores da Cunha, durante o preparo do local foram realizados “aterros, escavações, drenagem, aberturas de avenidas, calçamentos” que visavam o “embelezamento da Várzea” (RELATÓRIO, 1936, p. 34). Na imagem a seguir, temos um exemplo do investimento na transformação do espaço urbano, visando transmitir a imagem de modernidade.



Pórtico Monumental da Exposição do Centenário Farroupilha
(Acervo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS).

O espaço abrigou sete pavilhões temáticos, dentre outras construções, que ao todo custaram 2.093:572\$800 (RELATÓRIO, 1936, p. 34). Segundo o relatório citado, mais de um milhão de pessoas visitaram a Exposição, que contou com 3.122 expositores. A montagem dos pavilhões e estandes, e a participação dos estados brasileiros foram diariamente noticiadas pela imprensa porto-alegrense. Anúncios publicitários divulgavam produtos e serviços para a ocasião da Exposição, e notas assinadas pelo prefeito Alberto Bins convidavam a população à visita. Nos jornais, poesias e crônicas celebravam o passado farroupilha, e edições especiais dedicavam-se

a contar a história da “gloriosa epopéia” por meio da escrita e da imagem.

As longas edições comemorativas foram escritas por intelectuais como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Fernando Callage, Fernando Luís Osório Filho, Dante de Laytano e Othelo Rosa.³ Estes são apenas alguns dos membros do IH-GRGS que atuaram nas comemorações do centenário para além dos muros da instituição. O próprio Instituto ocupou um papel de destaque nas celebrações de 1935, tendo participado do *Comissariado Geral da Exposição do Centenário Farroupilha*, ao lado dos representantes do governo do Estado do Rio Grande do Sul, da FARSUL e do Centro da Indústria Fabril.

Ozouf ressalta a função pedagógica da festa, pois, por meio desta, uma história anual e comemorativa é ensinada àqueles que não a conheceram diretamente. A autora sublinha a importância atribuída aos jornais como fundadores da memória de um povo, destacando que “o texto e a palavra são obstinadamente encarregados de reaver tudo” (OZOUF, 1988, p. 219). Considerando, assim, o papel dos jornais na rememoração do passado farroupilha, nos perguntamos: quais personagens, acontecimentos e sentidos a imprensa quis “reaver” em sua narrativa?

Em busca das origens e dos destinos do Rio Grande do Sul

Em 20 de setembro de 1935, o jornal *Diário de Notícias*⁴

3 O trabalho de alguns destes intelectuais nas comemorações do Centenário Farroupilha pode ser consultado na tese de doutorado: MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

4 O *Diário de Notícias* foi fundado em 1925, por um grupo de intelectuais sul-rio-grandenses, sob a direção de Leonardo Truda e Raul Pilla, com a colaboração de Adroaldo Mesquita Costa, Alcides Maia, Antão de Faria, Celeste Gobato,

publicava a *Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha*. Dentre os textos de maior destaque desta edição, está o artigo escrito por Francisco de Assis Brasil⁵, intitulado *As causas da Revolução Farroupilha*. Neste artigo, o autor percorreu as “origens” da formação do Rio Grande do Sul, com o intuito de apresentar as características que, em sua análise, criaram as condições necessárias para a realização da guerra civil farroupilha. Dentre os aspectos abordados, chama atenção a construção do argumento que estabelece uma correspondência entre as condições físicas do território sul-rio-grandense e a constituição do gaúcho.

Neste sentido, Assis Brasil inicia sua escrita desenvolvendo uma descrição da geografia do estado, a fim de verificar os elementos formadores do seu “povo”, além das influências do “meio cósmico” deste território. Destacando os aspectos do relevo, do clima e da vegetação, sua narrativa procurou apontar os fatores ambientais que teriam moldado a forma de *ser* do gaúcho, fazendo-o “capaz” de realizar o episódio farroupilha.

Os fatores climáticos característicos do Rio Grande do Sul aparecem na narrativa como responsáveis pelo o que o autor considera como sendo a composição física do próprio gaú-

Darcy Azambuja e Maurício Cardoso. Em 1930, o jornal foi comprado por Assis Chateaubriand, passando a fazer parte do grupo *Diários Associados*. Segundo Grandi, foi graças à ajuda de Getúlio Vargas que Chateaubriand “plantou raízes no Rio Grande” (GRANDI, 2005, p. 32). Conforme Rüdiger, “o *Diário* era o segundo maior jornal do estado, dispondo de instalações que rivalizavam com as do *Correio do Povo*”. Segundo o autor, devido à paginação mais moderna e à linguagem menos convencional, o *Diário* tornou-se “o jornal dos segmentos urbanos mais cosmopolitas e, portanto, mais abertos a inovação” (RÜDIGER, 2007, p. 362).

5 Colaborador na fundação do PRR (1882), do PRD (1908) e, posteriormente, do PDN (1927). Em 1935, Assis Brasil não ocupava nenhum cargo político, mas permanecia como um nome de reconhecida influência política no estado. Seu artigo teve posição de destaque na *Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha*, contando com duas páginas, a primeira ilustrada com a imagem de Antônio de Souza Neto.

cho. Deste modo, Assis Brasil atribui o desenvolvimento da “*fibra do habitante*” às baixas temperaturas ocorridas no estado e às supostas peculiaridades da “*raça branca*”. Este fator foi, também, salientado como uma singularidade do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil:

A raça branca particularmente apresenta estes resultados; nem é outra a explicação de grande parte dos méritos da raça saxônica e das que tem com ela afinidade ou são ramos seus. No Brasil são sensíveis e bem conhecidas as diferenças que as várias temperaturas vem estabelecendo do Equador para o sul, mas em parte alguma elas se refletem tão frisantes como no Rio Grande, onde aliás outras causas, como iremos vendo, se combinam com esta para construir um tipo especial (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

Na visão do autor, as oscilações na temperatura teriam elaborado as características de um “*tipo especial*” no habitante desta região, por conferir-lhe “*agilidade e persistência*”, atributos que o preparavam para as situações da guerra:

Mas o frio não é permanente. No verão, cessando as repetidas deslocções da atmosfera, reina de ordinário com as grandes calmarias um calor abafadiço e aflitivo. (...) Este contraste do frio e do calor, ambos levados a um grau exagerado, acostumam o indivíduo que suporta tal alternativa a resistir com igual valor a sorte de intempéries. É um soldado excelente, no qual não é mais admirável a coragem com que carrega sobre o inimigo do que a constância com que resiste as hostilidades da natureza (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

Considerando que a identidade é construída na relação com o outro, no conflito e aproximação com o seu dife-

rente, observamos nesta narrativa que a elaboração de uma imagem para o gaúcho é marcada pelo contraste com o *outro*, neste caso, os brasileiros. A delimitação e a classificação – artifícios empregados no processo de conformação identitária –, parecem operar na escrita de Assis Brasil, na medida em que, definindo o espaço do Rio Grande do Sul, o gaúcho foi sendo representado. Na visão do autor, assim como o clima, a vegetação fez do território sul-rio-grandense uma exceção na paisagem brasileira:

[...] A vegetação acompanha esta variabilidade. Não há no Rio Grande a luxuriante monotonia do mundo vegetal que se observa nas regiões intertropicais do Brasil. O solo de nenhuma das outras províncias brasileiras pode ser equiparado ao do Rio Grande, cuja natureza e conformação o tornam, relativamente ao resto do país, o que se pode chamar – um mundo à parte (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

As características físicas do território do estado são resgatadas no texto como uma forma de distinção entre a região e a nação, e o Rio Grande do Sul é compreendido, deste modo, como um “*mundo à parte*” no território nacional. O autor recorre, ainda, às diferenças nos costumes alimentares para reforçar o seu inventário de oposições entre os sul-rio-grandenses e os habitantes de outras regiões do país. Assis Brasil observa que a “alimentação no Rio Grande é sólida, succulenta, abundante e absolutamente isenta de princípios nocivos à saúde” (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8). Distinguindo os hábitos tidos como comuns entre os gaúchos da alimentação supostamente típica da região norte do país, o autor afirma que: “Os farinaceos, em geral, têm uso quase nulo. A própria farinha de mandioca, que se fabrica em grande quantidade, é consumida em grau muito inferior ao das províncias do norte” (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8). Em contrapartida, o “farto” consumo da carne de gado foi ressaltado como um hábito peculiar desta região:

Come-se carne, e da melhor, da mais fresca e substancial. O gado vacum é tão abundante, existe espalhado por toda a província com tão grande prodigalidade – que é indistintamente do rico e do pobre este ótimo alimento. A carne sangrenta é devorada com o melhor dos apetites; um pedaço dela lançado descuidadosamente sobre o fogo e apenas tostado – eis o genuíno “churrasco”, esse típico manjar do gaúcho. Depois de cada refeição e a toda hora, ingerem-se, uma após a outras, algumas dúzias de cuias de mate amargo, “chimarrão”. As propriedades digestivas diuréticas e sudoríficas do mate completam o que a carne começou. Um forte vigor expansivo transmite-se ao corpo inteiro, e o pensamento, como toda a função participa da agilidade dos órgãos (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

Com o intuito de estabelecer o chimarrão e o churrasco como elementos constituidores e, por isso, símbolos do gaúcho, o autor refere-se aos estudos baseados na alimentação das populações europeias, sugerindo uma similitude com os hábitos dos ingleses:

A ciência moderna proclama unanimemente a importância que se deve ligar a alimentação como fator sociológico. Já Dr. Mattrie (...) exaltava as virtudes, o poder enorme que há numa reação, e atribuía o caráter particular dos ingleses ao seu hábito de comer carne sangrenta. (...) No Rio Grande o fato se deu de maneira a produzir o mais energeticamente possível os seus efeitos. Quando a província se povoou, já estava atestada de gado, que sempre, até hoje, excedeu em muito as necessidades do consumo, determinando uma considerável exportação. [...] A facilidade que havia para a ação contínua desse poderoso agente – alimentar-se – explica a rapidez com que os seus efeitos se manifestaram (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

A aproximação encontrada com os ingleses não se repete quando o autor analisa os hábitos alimentares dos nordestinos. No que se refere aos últimos, o autor confere completa inferioridade: “O caipira que se alimenta em geral de feijão, farinha de milho e café, apresenta um aspecto valetudinário, tez baça, olhar frouxo e amortecido e curvo, amarelo, desdentado”. Já a imagem do gaúcho emerge de forma heroica, semelhante às representações dos farroupilhas presentes nas pinturas publicadas na mesma edição: “O gaúcho é robusto, corado e musculoso, tem o olhar irrequieto e penetrante, os dentes alvos e fortes, reta a espinha dorsal, o colo solidamente plantado sobre os ombros atléticos” (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

Além da exaltação dos atributos físicos, o autor preocupou-se em descrever as características da vegetação que, na sua lógica, justificavam as virtudes morais, responsáveis pela superioridade do gaúcho. Assim, a narrativa intenta repetidamente contrapor, a partir das diferenças ambientais, determinadas características morais. O predomínio das “*verdes campinas*” no Rio Grande do Sul é, assim, associado ao que o autor considera como sendo atributos inerentes ao homem desta região, em contradição à descrição realizada sobre os “*habitantes do mato*”:

Nas brenhas escuras, pelo contrário, o próprio aspecto da natureza acorda no homem o gérmen, o prurido das inclinações perversas. O valor do espírito aumenta à medida que este mais desafogado e livre se pode exercer, e nada o enche tanto duma grave alegria e da consciência da própria força e grandeza como um grande quadro, uma vasta perspectiva ampla e risonha da natureza. As verdes campinas imensas do Rio Grande, já pondo de parte outros resultados, devem ter sido, só pelo seu aspecto e beleza, uma força impulsora de grande monta, contribuindo para dar a alma dos seus habitantes a tempera excelente de que ela é feita (ASSIS BRASIL, 1935, p. 8).

O determinismo geográfico foi também utilizado como modelo explicativo no artigo de Fernando Callage⁶, denominado “*O drama épico de 1835*”. No entanto, na narrativa deste autor as características geográficas do estado foram mobilizadas não como um fator de distanciamento em relação a nação, mas, ao contrário, para ele o gaúcho surgiu como o defensor das fronteiras nacionais:

A formidável luta não se fez esperar, pois. Mesmo porque um povo livre, educado nas lides seculares da guerra, na permanente defesa do território nacional, tendo por cenário os horizontes sem fim, as savanas intérminas, aquela liberdade de agir em pleno escampo, de pensar sem rodeios e vacilações, sem peias que o amarem, sem laços que o sufoquem, acharia mesmo doçura nos entreveros sangrentos das batalhas. Não é que o rio-grandense seja, por instinto atávico, um sanguinolento, mas é que as guerras que o destino implacável fê-lo sustentar contra os espanhóis, contra os cisplatinos, contra todos aqueles que invadiam o seu solo, fê-lo um belicoso, um amante das armas. Lutar, vencer batalhas, era o seu mais forte imperativo, a sua mais alta vocação, porque a fatalidade geográfica e o espírito de fronteira, haviam o educado para isso (CALLAGE, 1935, p. 3).

Conforme já foi apontado por Pesavento, a posição adquirida pelo Rio Grande do Sul na defesa da fronteira do Brasil constituiu um dos “componentes básicos para postura ufanista”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. Ao encontro desta tendência, a narrativa de Callage exalta

6 Fernando Callage, foi correspondente do jornal *Correio do Povo*, em São Paulo. Foi cronista, historiador e ensaísta, e autor da obra “*Episódios históricos da revolução dos farrapos*”, publicada em ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha (MARTINS, Ari. 1978, p. 116).

os caracteres deste “homem de fronteira”, habitante dos “horizontes sem fim” e portador da “liberdade” de agir e pensar.

Callage, como Assis Brasil, escreveu sobre a manifesta propensão dos habitantes deste território para a guerra. Com expressões como “soldado excelente” ou “luctar, vencer batalhas”, estes autores criaram imagens de um gaúcho guerreiro e valente. Também em Calmon, em artigo intitulado “Heróis e Terra”, percebemos a referência a esta “vocação”:

Há um século as suas lanças lampejaram ao sol. A revolução farroupilha despontou com a primavera. Passaram as cavalgadas num tropel colorido e musical de cavaleiros de bronze conduzidos á vertigem das batalhas pelas forças irresistíveis da terra e da raça... E as coxilhas guardaram – vozes do Rio Grande – os ruídos heroicos daquele equestre povo em armas; o seu grito de guerra; o clamor do seu furioso júbilo, festejando no seu pampa iluminado a madrugada da liberdade! (CALMON, 1935, s/p.).

Nesta narrativa a Revolta dos Farrapos surge com a mesma naturalidade com que iniciam as estações do ano – “a revolução farroupilha despontou com a primavera” –, fazendo crer que não haveria outro destino para as “forças irresistíveis da terra e da raça”, senão o das batalhas. A composição da terra e do seu ambiente, nos termos empregados nos textos analisados, confundem-se com a do próprio homem. Logo, a terra – que preparou o gaúcho – funda um elo entre os tempos históricos, aproximando o passado do presente, atualizando-o no sentimento da comemoração.

Os heróis sul-rio-grandenses, entre o passado e o presente da nação

O processo de conformação de uma identidade coletiva requer a construção de um passado comum para a sociedade

a qual se refere. Ancorada em uma memória também coletivamente constituída, a identidade busca estabelecer, por meio desta, determinados pontos de referência que possibilitam o reconhecimento do presente no passado. Assim, uma das preocupações decorrentes desta questão é em relação à ancestralidade das sociedades. Pensar sobre as origens significa indagar sobre quem são aqueles que nos precederam, e sobre o que deles queremos reconhecer no presente. Atendendo esta demanda, imagens de grandes homens são erguidas como modelos para a coletividade, em acordo com os interesses de determinados grupos.

Em edição dedicada aos cem anos do episódio farroupilha, o jornal *Correio do Povo* recordou alguns nomes da guerra civil farroupilha, com especial destaque a Bento Gonçalves da Silva. Nas impressões de Virgílio Várzea⁷, notamos a referência a um homem notável, abnegado de interesses individuais:

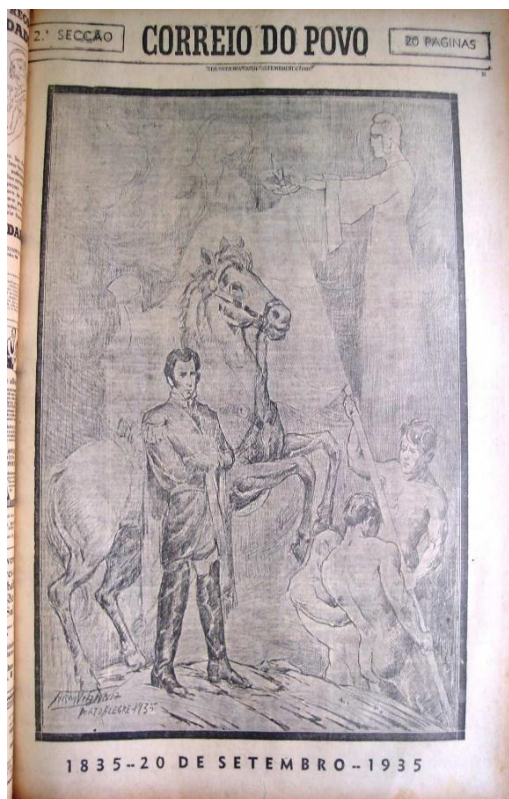
Alma constitucionalmente estoica era por isso mesmo um desprendido, modesto e sem ambições. Dispunha de uma inteligência ativa e útil, e de grande experiência escudada no seu caráter inteiriço: e todo ele se devotava ao bem coletivo de seus comprovincianos e a boa marcha da administração pública. Soldado - cidadão ele era comparado, salva a diferença dos tempos, aos grandes varões de Roma. Sem ele não se faria a revolução que estava iminente, nem a república, supremo desígnio dessa revolução. Desinteressada até ao sacrifício e de uma moral elevadíssima, imaculada, só tinha em mira o bem do povo e o engrandecimento da terra natal (VARZEA, 1935, p. 2).

A descrição minuciosa do líder farrapo edifica a figu-

7 Virgílio Varzea foi articulista da *Gazeta Carioca*, e membro do IHGSC (PACHECO, 2007, p. 19).

ra de um homem forte, “alto (segundo o pesquisador Alfredo Ferreira Rodrigues) medindo 1,79 conforme verificou, pelo próprio esqueleto do herói. (...) sadio, robusto, sem ser volumoso ou atlético, antes esguio e rijo, arcabouço só músculos e ossos espáduas amplas” (VARZEA, 1935, p. 2). Tais atributos formavam a condição “natural” de sua vocação militar, condutora da sua escolha pela “*vida das armas*” ao invés do seminário.

O “centauro”, conforme destaca Pesavento, é um dos componentes historicamente vinculados ao *ethos* gaúcho (1993, p. 388). Para Zalla, a figura do centauro, formada pela união do homem e do cavalo, “simboliza a simbiose do peão e do animal na Pampa Gaúcha, expressando um arquétipo utilizado pela literatura especializada desde o século XIX: o gaúcho a cavalo” (2010, p. 18).



Capa do Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935, 2ª seção (Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho).

As figuras do militar e do estancieiro estiveram do mesmo modo presentes na imagem que ilustra a capa da edição comemorativa do *Correio do Povo*. A pintura traz a assinatura de um pintor formado pela Escola Nacional de Belas Artes: Armando Vianna. A inclusão da obra de um pintor formado na capital do Brasil é apenas um exemplo dos esforços dos veículos analisados em produzir um exemplar tão grandioso quanto consideravam a data centenária.

A nudez é explorada nesta obra através das figuras de três homens despidos, localizados ao lado Bento Gonçalves. Um deles leva uma bandeira, provavelmente representando a República Rio-Grandense. À direita, há ainda a alegoria de um deus grego entregando uma coroa de louros, em um gesto que remete a homenagem aos vencedores dos jogos Píticos, em honra ao deus *Apolo* (ROCHA, 2008, p. 122). Considerando a bandeira erguida como um símbolo da República Rio-Grandense, talvez o autor tenha pretendido fazer uma referência aos “vitoriosos” farrapos recebendo a coroa de louros do referido deus grego.

As imagens foram importantes referências na construção do panteão farroupilha na ocasião do centenário. Por meio dos textos ou das pinturas, os periódicos construíram uma narrativa de evocação e exaltação dos líderes farrapos, sem perder de vista as demandas do tempo presente.

Os heróis (do presente): os sucessores farroupilhas reconhecidos pela imprensa

Os anos que antecederam as comemorações do Centenário Farroupilha foram caracterizados pelo aprofundamento da cisão entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Segundo Rangel, em 1934, Vargas já demonstrava certa indiferença em relação aos critérios regionalistas nas suas decisões, como por exemplo, na escolha dos ministros e dirigentes (2007, p. 22). De um lado, a ação centralizadora e autoritária de Vargas e, do outro, a estratégia regionalista de Flores da Cunha, acirravam o conflito entre as duas lideranças.

O contexto das comemorações dos cem anos da Revolta dos Farrapos configurou um espaço privilegiado para atuação destes líderes políticos. As comemorações de “acontecimentos históricos relevantes”, como aponta Gonzáles, são ocasiões propícias para a elaboração de novas leituras e interpretações do passado” (2004, p. 156). Neste contexto, o passado farroupilha, tal qual o presente, foi objeto de disputa entre as forças políticas contraditórias que reivindicavam para si o legado dos farrapos.

Sem exceção, os periódicos analisados reservaram algumas páginas das edições comemorativas para destacar a participação de Getúlio Vargas e Flores da Cunha nas efemérides. Na véspera do dia 20 de setembro, *A Federação* publicara um artigo dedicado ao presidente Vargas, apresentado como o *decendente ilustre dos nossos mais gloriosos ancestrais*. Na narrativa, o Rio Grande do Sul desponta como o resultado de um projeto iniciado há cem anos e protagonizado, em 1935, por Vargas, “*continuador do ideal dos batalhadores invictos de 35*” (1935, p. 1).

Poucos dias depois, o mesmo periódico publicara uma homenagem a Flores da Cunha, intitulado: “*O estadista que o Brasil não pode desconhecer*”. Enquanto herdeiro das virtudes dos “*velhos antepassados*” farroupilhas, o governante parece ser predestinado à liderança da “*sua terra*” e do “*seu povo*”, capaz de estar à frente dos sul-rio-grandenses na “*marcha ascendente para seus objetivos eternos*”. Ao encontro desta imagem, a publicação apresentada abaixo busca criar uma ligação entre as temporalidades.



Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

No dia 20 de setembro, o *Jornal da Manhã* trouxe em sua primeira página a presente imagem, de um homem trajando uma bombacha e um lenço, portando uma bandeira e uma corneta, com a qual conclama outros tantos que o seguem a cavalo. A representação se refere aos “Farrapos”, que há cem anos guiavam o Rio Grande do Sul, conforme o texto que a acompanha:

1835 – Ao toque de “Avançar”, legiões gloriosas de Farrapos surgiam de todos os recantos da gleba querida rumo às coxilhas, onde se disputava, num embate sangrento, **a liberdade da Pátria**. Eram cortes de centauros imortais glorificando, com o sacrifício sublime, toda uma geração de heróis e oferecendo á Posteridade a mais *aurifulgente* de todas as páginas da **história brasílica**. Benditos mártires do idealismo grandioso! Glória inacessível de uma raça de bravos! A Paz seja convosco!

1935 – Cem anos depois, as mesmas clarinadas reboam pelos espaços infindos, enchendo de alegria aquelas **mesmas coxilhas**, que sustentaram em seus dorsos magníficos os embates renhidos dos empreendedores da jornada empolgante. Na ondulação maravilhosa dos campos do Rio Grande reerguem-se os gigantes do **Passado**, contemplando o **Presente** e perscrutando o **Futuro da terra** por cuja **liberdade** se bateram. E, ao som daquelas clarinadas que não cessam nunca, e que continuam tangendo a alma do gaúcho, o Rio Grande revive em **Flores da Cunha** todo o idealismo magnifico, toda a pujança, toda a bravura, toda a munificência de **Bento Gonçalves** (FARRAPOS, 1935, p.1).

Colocados lado a lado, 1835 e 1935 entrelaçam-se na narrativa como um tempo único, ou, de acordo com Catroga, como um *presente real*, onde “*entrecruzam-se heranças e expectativas*” (2009, p. 28). A presentificação do passado farroupilha pode ser observada em pelo menos três aspectos: no território, na guerra, e no heroísmo de Bento Gonçalves. A paisagem das coxilhas, igualmente representada na imagem, simboliza a permanência da *terra*, marcada no passado e no presente pelo embate “*sangrento*” e “*renhido*” em nome da liberdade. Devemos ainda ressaltar a busca pelo sentido brasileiro da guerra civil farroupilha, enfatizado na motivação da luta dos

farrapos, isto é, a “*liberdade da Pátria*”, e na relação do episódio com a “*história brasileira*”.

O heroísmo farrapo, preconizado em Bento Gonçalves, é constantemente atualizado em Flores da Cunha. Postos no mesmo nível, os retratos do governador e de Bento Gonçalves aproximam passado e presente, personificando as virtudes dos farrapos em Flores da Cunha:



Jornal da Manhã, Porto Alegre, 20 de setembro de 1935 (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa).

Conclusão

Recuperar a história da guerra civil farroupilha significou, em algumas narrativas, resgatar os elementos que teriam agido na formação do povo sul-rio-grandense, condicionando-o ao evento considerado fundamental na trajetória do Rio Grande do Sul. Deste modo, o passado anterior ao episódio foi apresentado como a chave explicativa do próprio evento. Pretendendo identificar as condições que tornaram o gaúcho capaz de realizar tal feito, os textos importaram-se em explicar os elementos que teriam agido sobre os habitantes do Rio

Grande do Sul - definindo uma pretensa superioridade. O território serviu, assim, tanto como argumento para assinalar a particularidade do sul-rio-grandense, como para afirmar o seu pertencimento à nação, através da defesa das fronteiras nacionais.

A combinação dos fatores relacionados ao *povo* e a *terra* encaminha a noção de que a guerra civil farroupilha não foi acidental. Sugere, ao contrário, que tais componentes foram a matéria-prima que preparou as condições necessárias para a sua realização. De uma forma geral, o presente vivido em 1935 foi abordado como a culminância de uma marcha cujo marco fundacional foi situado na “Revolução Farroupilha”. Os jornais, ao elegerem os símbolos e os heróis farroupilhas, colaboraram para a ritualização e a standardização de uma memória da Farroupilha – marcadamente branca e ligada a uma elite política.

Embora conscientes de que a memória é produto do seu tempo e que, por isto, é mutável, não podemos deixar de refletir sobre o seu caráter permanente – ou sobre a percepção que ela cria ao fixar no presente referenciais passados. Afinal, é justamente por parecer estável que ela permite a continuidade, a persistência do passado no presente. Percebemos, portanto, que a epopeia farroupilha, discursivamente rememorada, assegurou a estabilidade necessária diante da incerteza representada pelo futuro. O passado, assim, serviu como fonte para as narrativas que buscaram imprimir um modelo coletivo sobre a figura do gaúcho.

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. As causas da Revolução Farroupilha. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 20 de set. de 1935 (Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Revolução Farroupilha).

CALLAGE, Fernando. O drama épico de 1835. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 set. 1935.

CALMON, Pedro. Heróis e Terra. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 set. 1935.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

ELMIR, Cláudio Pereira. **A História devorada**. Nos rastros dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

FARRAPOS. *Jornal da Manhã*, Porto Alegre, 20 set. 1935.

GONZÁLES, Juan Sánchez. Sobre la memória. El pasado presente en los medios de comunicación. **Historia Actual Online**, Cádiz, n. 4, 2004.

GRANDI, Celito De. **Diário de Notícias**: o romance de um jornal. Porto Alegre: L&PM, 2005.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais**: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

PACHECO, Graziela. **Aninha do Bentão**: representações de Anita Garibaldi na obra de Walter Zumblick. Monografia (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, UDESC, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 1993.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); GERTZ, René (dir.). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). v. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

RELATÓRIO sobre a Exposição Farroupilha apresentado pelo Comissário Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Gal. J. A. Flores da Cunha. Porto Alegre: Globo, 1936.

ROCHA, Fabio Bianchini. Mito e religião nos festivais esportivos gregos do período clássico. **Nearco**, Rio de Janeiro, UERJ, n. 1: 117-124, 2008.

RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coords.); GERTZ, René (dir.). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). v. 4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SILVA, Camila. **Do passado ao futuro**: a escrita comemorativa do Centenário Farroupilha na imprensa porto-alegrense. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

VARZEA, Virgílio. Bento Gonçalves. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 set. 1935.

ZALLA, Jocelito. **O centauro e a pena**: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas. 2010. 320 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

CAPÍTULO IV

HISTORIOGRAFIA E ENSINO NO SESQUICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL(?)

Glauce Stumpf^f

É difícil compreender o que significa realizar uma pesquisa para o próprio autor. Quando me aventurei no mestrado, ainda muito crua, não dimensionava o que a pesquisa significaria em minha trajetória. Ao finalizá-la, imaginei que iríamos nos distanciar pela dissociação com a prática. Mal imaginava eu, que ela estaria junto comigo, reverberando e se transformando em novas formas de pesquisa: ela se multiplicou. Hoje, rumei para outras bandas, mas a pesquisa do mestrado comigo caminha. Minha defesa foi nos idos de 2015 e prossegui dando aula. Num primeiro momento acreditava que poucos frutos dariam para além do curso, ainda mais que a dissertação em História seria pouco “cabível” numa sala de aula de anos iniciais.²

No primeiro ano da pandemia do covid-19 muitos hábitos foram modificados e novas formas de dividir o conhecimento foram possibilitadas. As hiperconexões das redes sociais possibilitaram um grupo de “farroupilhas” acadêmicos se reunirem e dividirem suas (re)descobertas com pessoas interessadas. Nossa surpresa foi o quanto ainda temos que observar na Revolução Farroupilha e como temos pessoas com sede por esse conhecimento.³ E é inegável perceber o quanto

1 Professora de anos iniciais e Doutoranda em Educação (UniLassale).

2 Hoje sigo escrevendo sobre a farroupilha, num trabalho muito mais de desconstrução e voltada para os anos iniciais. Estou, atualmente, escrevendo um texto sobre esse recorte, espero em breve poder compartilhar.

3 A escrita desse texto foi permeada de emoções. Num primeiro momento houve muita empolgação, por participar de um projeto tão bonito que nasceu do fruto da admiração pela grandiosa professora Eloisa Capovilla Ramos da

o tradicionalismo está imbrincado na memória das pessoas, no imaginário social, e nele, muitas vezes, se camufla toda a grandíssima pesquisa que tem sido gerada no meio acadêmico na área de História. Evidenciou-se que a comunicação entre a pesquisa acadêmica e a prática escolar ainda possui muitas falhas.

Nesse artigo trarei um recorte da dissertação de mestrado, com algumas reflexões da atualidade, sobre a relação da historiografia e do ensino da Farroupilha em 1985, nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Interessante pontuar que a pesquisa de mestrado inicial não tinha sido pensada com foco no ensino. Entretanto, as fontes primárias⁴ demonstraram a importância dada pela oficialidade, representada pela subcomissão de Ensino que, durante o evento, teve uma participação enorme, sendo aquela com maior número de dados encontrados no Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha (FSRF).

A partir dessas considerações iniciais passo a delimitar meu objetivo presente: partindo do resultado da pesquisa de mestrado⁵, procurarei elucidar como a historiografia e o ensino da Farroupilha relacionaram-se nas comemorações de 150 anos da efeméride. Por essa razão iniciaremos falando sobre a historiografia da Farroupilha no estado, em especial nas déca-

Luz, minha orientadora de mestrado. Ao longo da escrita, a pandemia nos avassala levando-a junto, uma das melhores professoras e pessoas que já conheci. Em homenagem a ela tentamos prosseguir, para que sua obra possa continuar em forma de conhecimento. Eu tive o privilégio de aprender com ela e carrego comigo as memórias de uma verdadeira professora e pesquisadora.

4 As fontes pesquisadas foram do Fundo do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Atualmente, outros pesquisadores de fôlego estão nessa aventura, como o também autor desse livro, doutor Luciano, então colega de mestrado.

5 Este artigo faz parte de um recorte da dissertação de mestrado intitulada: A Comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: mediações de uma memória farroupilha. A pesquisa se propôs a analisar a comemoração oficial, ou seja, aquela organizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

das de 1970 e 1980, percebendo como a comemoração de 1985 destacou a escrita da história por meio de suas publicações. E, após, traremos o ensino da Farroupilha a partir das fontes do FSRF observando se houve ou não relação entre eles.

Historiografia no Rio do Grande do Sul

A escrita sobre a Revolução Farroupilha remonta ao acontecimento imediato (guerra civil ocorrida entre 1835-1845), sendo constantemente revista para ou ratificar perspectivas consolidadas ou para buscar novos olhares.⁶ Ainda verificamos nesta caminhada diversos pontos que foram constantemente trabalhados e que possuem em sua abordagem polêmicas e questões não resolvidas, mas foi a partir desse evento – a Revolução – que se constituiu e repercutiu uma memória farroupilha⁷ (uma seleção de eventos do fato histórico).

Para compreendermos as construções da escrita sobre a Revolução Farroupilha iremos nos deter na historiografia sulina e em alguns autores que se destacaram no meio cultural gaúcho para podermos compreender a produção escrita promovida pelas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Porém, essa produção não se restringiu

6 Para demonstrar as diversas revisitações que a escrita da guerra sofreu podemos destacar alguns pontos polêmicos como exaltação da brasilidade da guerra ou a tentativa de separação com o restante do então império Brasileiro. Esta divergência foi palco de discussões tanto no centenário quanto no sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Anos depois, a pesquisadora Padoin (2011) em seu trabalho acadêmico procurou evidenciar o quanto o território gaúcho era ligado a Banda Oriental e teve muitos adeptos farroupilhas as ideias separatistas.

7 A memória aqui entendida a partir de Candau (2021) e Halbwachs (2006) em que é social e seletiva. E que pode ser manipulada (no sentido de modificações, de inserir ou suprimir pequenos pontos) em comemorações e trazer muito mais do presente do que do passado evocado, tendo em seus silenciamentos e em suas repetições uma tentativa de construir tradições, como bem fala Hobsbawm (1997).

à publicação de livros, podendo variar na forma e, por sua acessibilidade, atingindo a uma quantidade maior de leitores.

Bourdieu (1997) nos mostra o quanto o poder simbólico permeia as diversas relações existentes, sendo real e com consequências concretas. O intelectual⁸ (pessoa que escreve e ou se autodenomina assim ou é assim chamado) usa de uma legitimidade para abordar um determinado assunto, usando-a para defender a sua ideia ou tese. Ao pensarmos num esforço de “enquadramento da memória” de Pollak (1989), um trabalho de organização e de seleção de uma determinada memória, deparamo-nos com um trabalho que possui “seus atores profissionalizados, profissionais da história das diferentes organizações que são membros de clubes e células de reflexão” (POLLAK, 1989, p.11). Esses protagonistas da história trazem marcas do seu contexto e, também, de suas representações de mundo. Como bem coloca Hobsbawm (2011):

O passado é [...] uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (2011, p. 22).

A questão separatista da Revolução e, em contrapartida, a brasilidade da Revolução Farroupilha vem sendo discutida e abordada constantemente. Uma está cheia de polêmicas e permeada de críticas ao longo dos anos, a outra tem boa recepção em diversos setores da sociedade. Com maior preferência à segunda abordagem, a brasilidade vem sendo

8 A palavra intelectual pode remeter a diversos conceitos, aqui neste artigo irei usar o mesmo que Gutfreind (p. 9, 1992): “esse vocábulo [...] é aqui usado apenas no sentido de um trabalho que exige elaboração mental, não levando em conta preocupações qualitativas quanto à formação acadêmica dos elementos assim identificados”.

construída como algo consolidado nas diversas obras e discursos, uma “verdade histórica”, e, muitas vezes, como algo indiscutível. Por isso a ênfase nas efemérides farroupilhas no seu início e não em seu fim. Nessas construções, a grande vitória da guerra foi a luta pelo território brasileiro. Essa e outras “verdades” estão presentes na memória farroupilha e que possui como um de seus mediadores as ações da política do estado do Rio Grande do Sul. Porém, houve uma trajetória para que chegasse a essa (sensível) cristalização. A escrita da história foi tecida por polêmicas, principalmente em relação à construção da memória Farroupilha e suas mediações (quando nos focamos essencialmente na historiografia sulina), como demonstrou Alves (2004) a partir da análise de um recorte temporal:

A partir do processo histórico que redundaria na Revolução de 1930, no entanto, a historiografia intentaria criar novas interpretações para a revolta dos farroupilhas, transformando-a num movimento que traduzia o civismo/patriotismo dos rio-grandenses, que teriam promovido a luta da liberdade contra a “tirania” – um inimigo difuso, sem face, de difícil identificação -, ou seja, que teriam ‘heroicamente’ lutado em nome da brasilidade (ALVES, 2004, p. 44).

A estrutura institucional da sociedade gaúcha utilizou-se desse ingrediente, e o trabalho foi arduamente realizado, tendo, principalmente, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) como mola propulsora da criação e manutenção da memória farroupilha no início do século XX. Gutfreind (1992) realizou sua tese de doutorado⁹ sobre

9 Gutfreind (1992) foi a precursora de estudos de fôlego sobre a historiografia sulina. Sua abordagem de análise, por meio das categorias “matriz sulina” e “matriz platina” foram uma maneira encontrada para compreender as construções nos discursos dos intelectuais do estado.

a historiografia rio-grandense e estudou um grande número de intelectuais gaúchos bem como os principais temas e polêmicas de suas obras. A historiadora identificou duas matrizes ideológicas na historiografia.

Por matriz entende-se um tipo de discurso com características comuns encontradas em um conjunto de obras históricas, cujos conceitos adquirem significados ocultos, conforme a conjuntura que se desenvolve e, por isso mesmo, mantém uma vitalidade sempre eficaz. Essas matrizes representam a busca da identidade político-cultural do território sul-rio-grandense (GUTFREIND, 1992, p. 11).

Foram assim denominadas: matriz platina e matriz lusitana. Compreendeu-se que os autores da primeira matriz consideraram alguma inserção da região no contexto platino, em que, como defendia Reichel (1996, 2012), muitas contribuições culturais, econômicas e políticas foram realizadas por meio desse intercâmbio. Os autores da segunda matriz negavam essa relação, mostrando uma estreita aproximação com a antiga metrópole, Portugal.

Poderíamos inferir que até o início da produção acadêmica (poderia ser pensado na década de 1970 com as obras de Moacyr Flores, tendo maior ênfase após o início das pesquisas de Programas de Pós-Graduação) as obras publicadas sobre a temática farroupilha estiveram divididas nessas duas matrizes propostas por Gutfreind (1992).

Ainda no século XIX, os trabalhos historiográficos tinham como naturais as relações com o Prata e com as demais províncias brasileiras. Porém, as pesquisas específicas sobre o Rio Grande do Sul já tendiam a considerar a matriz lusitana com mais ênfase e o território do estado como naturalmente pertencente ao Brasil. Foi considerada a primeira obra escrita sobre o Rio Grande do Sul, de matriz lusitana: *Anais da Provín-*

cia de São Pedro, de Visconde de São Leopoldo (GUTFREIND, 1992).

Em um “ambiente cultural bastante limitado” (GUTFREIND, 1992, p. 23) o IHGRGS iniciou suas atividades na década de 1920, tornando-se referência na escrita da história do Rio Grande do Sul. Em sua pesquisa Gutfreind (1992) constatou que não havia uma influência única no pensamento intelectual nos membros do IHGRGS, apesar de insistir-se no positivismo comtiano. Por essa razão a autora categorizou-os como sendo de um ecletismo teórico.

Junto com o Instituto radicalizou-se a matriz lusa na produção intelectual e as trocas com a área platina foram negadas. A nação brasileira como território uno e cristalizado foi sendo consolidada, com maior ênfase, após a Proclamação da República e intensificada com o governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, com um presidente gaúcho, o estado e a produção intelectual regional buscaram alcançar uma identidade brasileira. Sendo assim, se fazia necessário:

criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da história gaúcha se impuseram desde a década de 1920. A produção historiográfica corrobora a afirmação (GUTFREIND, 1992, p. 22).

Apesar da construção lusitana na historiografia gaúcha houve espaço para ideias diferentes, mesmo que em minoria, e a matriz platina encontrou ressonância em obras de alguns intelectuais:

As obras de Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varella redefiniram as relações da Província com o Centro. Passaram a enfatizar a especificidade

do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de um regime republicano e de laços federativos entre as Províncias e, em graus diferenciados, destacavam relações com a área platina (GUTFREIND, 1992, p.17).

Ieda (1992) afirmou que ambas as matrizes, na maioria dos casos, defenderam uma história com alto teor nacionalista e a Revolução Farroupilha foi um dos temas com maior abordagem nas obras escritas que, na década de 1930, ganhou proporções de história nacional com a pesquisa de Aurélio Porto financiada pelo governo estadual no Arquivo Nacional. Porto em sua atuação como funcionário público no governo de Vargas propagou uma “revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívica brasileira” (GUTFREIND, 1992, p. 42).

Em contrapartida a essa construção, a obra de Varella, os seis volumes da História da Grande Revolução, trouxe em sua narrativa a defesa da matriz platinista da Revolução. Onde o autor evidenciou as relações com a Região do Prata bem como a intenção de separação do restante do país. Uma versão com poucos adeptos intelectuais e alvo de diversas críticas. Essa polêmica fomentou (e ainda fomenta) o espaço intelectual do estado.

A partir da década de 1950 a historiografia sulina, já então iniciada e em processo de consolidação, possuiu outra fase de produção intelectual. A anterior hegemonia intelectual do IHGRGS passa a ser oficializada pelo crescente movimento tradicionalista gaúcho¹⁰ (MTG) que possuiu ressonância em

10 O Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) iniciou-se em 1948 a partir da criação do “35 CTG”, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG). Curiosamente foi fundado por jovens em Porto Alegre com pouca (ou nenhuma) ligação com a região mais idealizada, o pampa gaúcho, e com os hábitos do trato do gado. Apesar dessa construção idílica o movimento rapidamente ganhou espaço e multiplicou-se no Estado (e no mundo). Quatro meses depois o segundo CTG já havia 35 novos centros de tradição no Estado.

todo o estado.

Nedel (2005), em sua tese de doutorado, aprofundou o período de 1948 a 1965, buscando compreender como a produção intelectual se desenvolveu no estado. A historiadora desenvolveu seu conceito de intelectual e o denominou de “intelectual de província” percebendo-o como uma figura mediadora

que, dentro de um código de conduta e de linguagem delimitado e reconhecido pelos pares, atua ao mesmo tempo como produtor e consumidor de classificações identitárias feitas para serem amplamente partilhadas, e que serão veiculadas pelos livros, pelas instituições de saber e de ensino, pelos rituais cívicos e pela máquina burocrática de gestão da memória e da cultura (NEDEL, 2005, p. 7).

Esse intelectual, para Nedel (2005), tomou a tarefa de resgatar a erudição folclórica se apropriando de temas caros a cultura gaúcha e a produção foi dividida em duas: Folcloristas do Tradicionalismo e Folcloristas polígrafos. No primeiro grupo podemos enquadrar os intelectuais do MTG, que para Nedel era:

grupo composto de jovens agitadores culturais entre vinte e trinta anos, recém-egressos do interior do estado, procedentes de famílias remediadas residentes em pequenas cidades de antigas zonas de criação pecuária. Iniciantes em matéria folclórica, eles eram fundadores ou incorporados ao grupo de oito estudantes que, ao final dos anos quarenta, passara a se dedicar a fabricação

A partir daí inicia uma série de ações prevendo a homogeneização das regras dos CTG. Em 1961 foi aprovada uma “Carta de Princípios” que rege até os dias atuais o Movimento.

sistemática de rituais e *tradições* criadas para serem encenadas nos *Centros de Tradições Gaúchas* (CTGs) — espaços de celebração e demarcação identitária que ainda hoje conferem materialidade ao imaginário gauchesco (NEDEL, 2005, p. 8).

No segundo grupo, de Folcloristas polígrafos, pertenciam os intelectuais já existentes no meio cultural gaúcho, membros do IHGRS. Nedel (2005) complementa que era um:

grupo de intelectuais e artistas já renomados e mais velhos, iniciados nos afazeres culturais na mesma década em que os concorrentes mais novos vinham ao mundo, os anos vinte. Consócios das principais academias de eruditos, eles integravam a lista de filiados a **Comissão Estadual de Folclore** (CEF), organização paragovernamental fundada em Porto Alegre, em 1948, por um membro do IHGRS. Todos mantinham relações próximas, cordiais ou não, com o Secretário da Comissão: o conhecido historiador, professor dos principais colégios da cidade, dos cursos superiores de Geografia e História na UFRGS e PUCRS, funcionário e futuro diretor do Museu Júlio de Castilhos (MJC), Dante de Laytano (NEDEL, 2005, p. 10).

Com base nos dados observados, percebemos que a polêmica matriz platina X lusa foi sendo paulatinamente complexificada no meio cultural gaúcho (pensada como uma forma de análise) exigindo novas perspectivas em relação à escrita da história farroupilha. Assim as construções folclóricas ganharam destaque, como Nedel (2005) trouxe em sua tese.

Durante o período ditatorial a memória farroupilha foi incentivada e ressaltada sendo oficializada (inferência essa

realizada a partir da observação da criação, nesse período, de diversos decretos¹¹ que constituíram a semana farroupilha e os demais que a delimitaram e a organizaram). Talvez, por essa interferência política, também no meio acadêmico e do ensino, que as construções folclóricas, essencialmente as do MTG, ganharam fôlego e permaneceram em nossas representações mentais constituindo e reforçando o mito do gaúcho.

A partir da década de 1970

Em fins da década de 1970 e a década de 1980 houve uma intensificação de publicações de obras de intelectuais sobre a Revolução Farroupilha elucidando polêmicas que permearam o ambiente cultural gaúcho da época. Iremos focar em duas publicações que ascenderam o panorama intelectual pré-comemorações do Sesquicentenário.

A primeira retoma a questão separatista da Revolução Farroupilha. Muito mais do que suscitar polêmicas no teor da obra, o livro obteve destaque por ter sido escrito por um brasileiro: Spencer Leitman. A obra publicada no Brasil foi “Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos”, em 1979. Em sua introdução, o historiador explicita com muita clareza sua inferência sobre o fato histórico: “a Guerra dos Farrapos, (foi) uma revolução separatista e republicana” (LEITMAN, 1979, p. 9) e para aprofundar seu argumento, Leitman, escreveu: “os chefes Farrapos não eram revolucionários sociais empenhados em reestruturar as relações de classes” (1979, p. 23) o que demonstra o caráter controverso da obra em sua recepção. Do início ao fim do texto, o autor demonstrou sua feição pelas ideias de Alfredo Varela, por isso, trabalhou com naturalidade as relações com a Região Platina e suas influências. O autor observou o fato histórico enfatizando a economia, que para

11 Entre eles, temos o Decreto nº 4.850 de 11 de dezembro de 1964 que oficializa a Semana Farroupilha e insere a educação e a Brigada Militar como participantes ativos.

ele seria uma novidade (LEITMAN, 1979, p. 10) na historiografia sobre o tema.

A segunda polêmica ocorreu já no fervor das comemorações do Sesquicentenário Farroupilha, entre 1983 e 1984. Tau Golin, ainda estudante de jornalismo, publicou em 1983 o livro “Bento Gonçalves, Herói Ladrão” pela editora LGE. No livreto de 63 páginas, Golin desconstrói o herói Bento Gonçalves trazendo-o para o contexto da Revolução Farroupilha, entretanto o autor valeu-se de sua visão contemporânea para a análise realizada. Ao enquadrá-lo como “ladrão” podemos inferir que houve um julgamento das atitudes de um latifundiário do século XIX por um olhar de um jornalista do século XX. A atividade de contrabando era recorrente no século XIX, como demonstrou Gil (2002), entretanto Golin (1983) abordou a questão anacronicamente, como vemos na afirmação da introdução de seu livro: “Bento Gonçalves da Silva não só come-teu largamente o contrabando, como também constitui-se em um dos mais ativos ladrões que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve notícia” (p. 12). Golin ainda afirmou que Bento Gonçalves “fez parte de uma organização – verdadeira máfia da época” (1983, p. 12). Percebemos ao longo de sua narrativa, que Golin (1983) tinha como proposta desmistificar o herói completamente, mostrando que o caráter e honra do General fora idealizado pelos tradicionalistas gaúchos.

O mito do herói Bento Gonçalves estava consolidado na década de 1980 e a publicação de Golin (1983) logo obteve uma resposta. Um ano após, em 1984, Fernando G. Sampaio escreveu um livro em reação a obra de Tau Golin que foi publicado pela editora Martins Livreiro: “Bento Gonçalves: mito e história”. Sampaio (1984) analisou a obra de Golin (1983) em vários aspectos, dividindo seu livro em 23 capítulos. Na introdução do livro Sampaio descreveu os motivos pelos quais realizou essa resposta, fazendo um breve discurso sobre a necessidade de revisionismos históricos, porém complementou que: “este autor (Tau Golin) era um humorista, não pretendia fazer história nem revisão de espécie alguma” (p.12).

Sampaio (1984) explicitou ainda que o livro publicado por Golin não se valeu de fontes adequadas ou, em relação às que foram utilizadas, foram retiradas de seu contexto não tendo seu conteúdo completo e utilizou-se de “método e (de) raciocínio duvidosos” (SAMPAIO, 1984, p. 17).

Essas duas polêmicas povoaram o cenário intelectual da década de 1980, porém, não foram as únicas produções. Ainda em 1984, outra obra sobre a farroupilha foi publicada, a “História da Revolução Farroupilha” escrita por Morivalde Calvet Fagundes e publicada pelas editoras Martins Livreiro, pela Editora da Universidade de Caxias do Sul e Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Em extensa obra (432 páginas) o militar descreveu o decênio farroupilha em detalhes trazendo a farroupilha sem grandes controvérsias, apenas fatos exaustivamente narrados com detalhes táticos e análise das estratégias de guerra. Fagundes (1984) pontua no início de seu livro alguns momentos importantes que ele defendeu ao longo da narrativa, demonstrando que não era de seu interesse questionar as construções já consolidadas da memória farroupilha.

Apesar de não possuir mais a hegemonia no meio cultural gaúcho que havia na década de 1920, o IHGRGS ainda se mostrava atuante. A Revista do IHGRGS também trouxe a farroupilha como tema em alguns artigos em duas edições na década de 1980, uma precedente as comemorações e outra posterior. As revistas constituíam numa publicação de diversos artigos sobre a história do Rio Grande do Sul.

Ainda na década de 1980 a Revolução Farroupilha conquistou novo fôlego ao ganhar requintes de pesquisa acadêmica, dando um novo olhar para o fato histórico. Porém, seus resultados só apareceram no final da década de 1980, com maior ênfase a partir da década de 1990. Após a criação de Programas de Pós-Graduação em História no Rio Grande do Sul, iniciado com a PUCRS na década de 1970, diversas pesquisas foram realizadas sobre a Revolução Farroupilha ou

tangencialmente sobre ela, abordando outros temas que tiveram como pano de fundo a Farroupilha.

As comemorações oficiais: subcomissão de Geografia e História

Estamos falando de comemorações, mas é necessário aqui dar uma parada e entender um pouco desse processo. A pesquisa realizada se propunha a entender as comemorações dos 150 anos da Revolução Farroupilha (a partir do início da guerra e data institucionalizada). Durante dois anos anteriormente, a comemoração oficial foi pensada, articulada e desenvolvida para ser realizada em 1985 em nível estadual. Mais de uma dezena de subcomissões foram criadas para pôr em prática uma série de eventos, cada uma com uma função diferente. Aqui traremos a subcomissão de Geografia e História, e a de Educação posteriormente.

Por que a importância dessa comemoração? Pela proporção que tomou no estado e teve, mesmo que pequena, repercussão no país. Outro fator é o reconhecimento dos mecanismos da comemoração para a construção da identidade social de um grupo e, também, pela importância da evocação da memória farroupilha atrelada ao gaúcho. Candau (2012) afirma que é pela memória que a identidade será forjada, tanto individual quanto coletiva. De fato, na comemoração permanente encontramos uma relação de troca (simbólica) em que se implica um “contrato” entre o que é festejado e a população. Para Ozouf (1988) a base de uma comemoração está na repetição. Celebrar um evento com uma certa continuidade, denota a tentativa de inseri-lo na memória da sociedade. Perceberemos que essa festa/comemoração possibilita a maleabilidade do evento evocado, de certa maneira uma inconstância em relação ao fato propriamente dito, uma vez que a festa trabalha muito mais com uma representação dele, tornando-o presente e fazendo crer que é passível de mudanças. A repetição é fundamental na festa, possibilitando a ilusão, o engano,

o desvio, e, acima de tudo, a manipulação por meio de uma crença no reinício e na esperança.

O que nos leva a pensar que a festa fala muito mais do tempo presente do que do tempo evocado. Do fato evocado teremos apenas fragmentos, representações construídas. Os festivos têm uma similaridade, uma essência imutável. Esse rigor é esperado também pela sociedade. Como coloca Pollak (1989): “Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretao o passado” (p. 9).

Retomando as comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, houve o interesse, ainda em 1983 com a promulgação do decreto estadual 31.381 de 1983, de aprofundar as pesquisas relativas ao tema central do evento. Para tanto, a subcomissão de Geografia e História foi criada inicialmente com o intuito de difundir pesquisas e construir material sobre a Revolução Farroupilha, para além da produção historiográfica já mencionada.

Para participar da subcomissão de Geografia e História foram convidados como integrantes representantes dos órgãos públicos e privados. Dentre os projetos para essa subcomissão previa-se a publicação de um mapa histórico farroupilha, que ficou a cargo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS e a construção de um Atlas da Revolução Farroupilha composto por um mapa do Brasil, mapas do Rio Grande do Sul, mapas topográficos dos municípios envolvidos na guerra, tendo na capa o túmulo de Bento Gonçalves. Também, a publicação de fontes sobre a guerra, como transcrições de jornais e proclamações da época. Propuseram a confecção de um manual de orientação que instruiria para a organização de arquivos, museus e bibliotecas municipais que tivessem material referente à guerra, bem como a publicação de um livro maçônico, ficando a cargo da Maçonaria-RS.

Além das publicações foram propostos eventos culturais. Um curso de extensão universitário foi realizado em abril de 1985, idealizado para professores, mas aberto à comunidade, e realizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS. Outro evento semelhante foi promovido pela UFRGS, no mesmo período. Exposições fizeram parte dos projetos, como de documentos e um painel relativo à Revolução Farroupilha executados pelo Arquivo Público Municipal de Porto Alegre.

Um projeto denominado “Levantamento e demarcação de locais históricos Farroupilhas”, foi organizado, com apoio da Rede Brasil Sul (RBS, grande parceira da divulgação e, também, extremamente atuante nas comemorações). Para tanto foi realizado um levantamento e demarcação dos locais históricos farroupilhas bem como a sua sustentação histórica para demarcação e preservação sob a coordenação de historiadores, entre eles Moacyr Flores e José Cláudio Mattes. Os locais considerados importantes foram presenteados com a fixação de uma placa de pedra ou de bronze com dizeres explicativos da relevância do local. Dez municípios do Estado participaram desse projeto: Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Guaíba, Jaguarão, Pelotas, Porto Alegre, Piratini e Viamão; e um município em Santa Catarina: Laguna.

Apesar de muitos desses projetos estarem no orçamento, a falta de financiamento impossibilitou a concretização de alguns deles. A lista de publicação foi diminuída e o Atlas não foi realizado.

Conforme foi demonstrado, dentro dos projetos de Subcomissão de Publicação e Concursos, diversas obras foram publicadas tendo como tema a Revolução Farroupilha. A seleção das obras teve apoio da Subcomissão de Geografia e História. Infelizmente não tivemos acesso a lista completa de obras e tivemos que buscar em acervos de bibliotecas e em listas dentro do FSRF. Verificamos que a maioria das obras que estavam listadas realmente foi publicada. Outro importante

dado que pudemos observar foi a ausência de obras de pesquisas historiográficas recentes, porém elas existiram e foram publicadas por meio de outras editoras e financiamentos (em especial por meio das instituições acadêmicas).

Além das obras foram publicados outros documentos, como a “Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva”, “Fontes da Revolução Farroupilha Falas e Relatórios dos Presidentes” e “Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha”, os três publicados pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em conjunto com a CORAG.

Em 1985 outras editoras e instituições se propuseram a comemorar o Sesquicentenário. Como exemplo temos “Os Anais do Arquivo histórico do Rio Grande do Sul”, em seu nono volume, que foi apresentado pela Diretora Rosamaria Coimbra Leite Costa. Em sua apresentação dedicava a publicação às comemorações e escreveu inicialmente: “no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em que a tônica é a reverência aos heróis farrapos [...]”, mesmo dando ênfase à importância das pesquisas com o material da Coleção Alfredo Varella, manteve em seu discurso as mesmas construções da memória farroupilha.

A edição de 1985 dos Estudos Leopoldenses, em seu número 88, uma publicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, foi voltada para a comemoração. Apresentada pelo então reitor na universidade, Professor Herbert E. Wetzels, como “um trabalho sério que procura apresentar a verdade sem mitigar nem aformosear”, suas palavras referiam-se à apresentação da pesquisa acadêmica da professora Helga Piccolo (1985) sob o título: “O Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha”. Piccolo (1985) inicia seu texto deixando evidente sua crítica ao olhar oficial para a divulgação da memória farroupilha:

As comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha vêm ensejando a realização de uma série de pesquisas que, de um lado,

indicam a importância de que o evento se reveste – sem, aqui, entrar no mérito do caráter que as comemorações têm assumido – de outro, revelam claramente que, apesar do muito que sobre o movimento já se escreveu, ele está longe de esgotar-se como tema de estudos e reflexões, com ou sem espírito crítico (p. 7).

Outra obra publicada por professores acadêmicos, “A Revolução Farroupilha: História & Interpretação” foi publicada em 1985 com artigos de historiadores sobre o tema em questão. Esse livro fazia parte da *Série Documenta*, iniciada em 1970, com o objetivo de organizar artigos sobre a história do Rio Grande do Sul. Com oito artigos e sete autores (PE-SAVENTO, PICCOLO, LEITMAN, BAKOS, FREITAS e DACANAL, 1985), a obra refletiu sobre diversos pontos da Revolução. Porém, a perspectiva difere, assim como a pesquisa de Piccolo (1985), e muito, daquela memória farroupilha do olhar oficial.

Podemos perceber duas construções da Revolução Farroupilha nas publicações, uma oficial, que manteve as elaborações da memória farroupilha idealizada, e outra acadêmica, que buscou analisar documentos e divulgar suas pesquisas tentando revelar as divergências entre essa idealização e o que as fontes e o uso de metodologias adequadas revelaram. A escrita da história no cenário das comemorações foi bem marcada entre os historiadores acadêmicos e outros intelectuais que se propunham a manter as cristalizações da memória farroupilha ou por meio de novas publicações ou por meio de reedições de obras consagradas e de compilações de documentos.

Ensino em 1985

Com um contexto profícuo de pesquisas acadêmicas já em andamento e um cenário historiográfico movimentado por polêmicas, pensaremos agora como, e se houve, repercussão no ensino da Farroupilha nas comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. A transposição didática

de pesquisas acadêmicas tem se revelado, ao longo dos anos, um desafio e, no âmbito escolar, o livro que mais circula é o didático. Tanto em contexto público quanto privado, o livro didático é o mais acessado por excelência pelos estudantes. Albieri (2011) pontua a importância na disseminação da história pelo livro e denuncia para uma banalização advinda de dois fatores: quando o seu conteúdo não é bem desenvolvido pelo próprio dispositivo didático bem como pela mediação que assume o professor.

Há algumas décadas, os livros didáticos costumavam enaltecer os grandes homens e os grandes feitos, e encorajar a memorização de nomes e datas, como um tipo de conhecimento imprescindível para a construção do sentimento nacional de pertencimento, o qual deveria ser exigido de todos. Com a reformulação da concepção acadêmica de historiografia, apresenta-se aos estudantes narrações do passado que incluem descrições das instituições sociais, dos costumes e da cultura, ampliando assim a compreensão da vida política – a qual, de todo modo, ainda aparece como o eixo aglutinador desses outros componentes historiográficos. Os livros didáticos representam então uma das formas mais poderosas de publicação da História. Eles são responsáveis pela idéia de História que impregna o senso comum de uma cultura e de um povo. E embora a produção didática esteja estreitamente associada às discussões historiográficas acadêmicas, também reflete suas idiossincrasias, transmitidas dogmaticamente nos bancos escolares (ALBIERI, 2011, p. 21).

Lembremos que as reformulações nos livros didáticos são recentes, podemos considerar que nos anos da década de 1980 o livro didático de história ainda tinha um discurso bastante heroizante que privilegiava a visão eurocêntrica e era

extremamente descritivo. Quando retomamos para os textos que foram divulgados pela comemoração oficial percebemos algo semelhante em relação à Farroupilha a ser rememorada: uma memória heroica, de um gaúcho idílico que possuía virtudes e era, indubitavelmente, brasileiro. Tanto o livro didático e a propaganda oficial das comemorações divergiam com as abordagens da historiografia contemporânea, que já apontava para novas compreensões e desconstruções.

Ao remetermo-nos a conjuntura educacional da década de 1980 no Rio Grande do Sul, devemos lembrar que ainda se encontrava em vigor a disciplina de Educação Moral e Cívica, instituída pelo Regime Militar em 1969, e que só seria extinta em 1993.

Filgueiras (2006) fez uma análise de livros didáticos da disciplina de Moral e Cívica onde pode observar aspectos importantes de sua criação e de sua maneira de lecionar. A autora trouxe dados relevantes sobre o contexto educacional brasileiro das décadas de 70 e 80, onde demonstrou que houve um aumento da demanda de profissionais de educação, impulsionados pela universalização do Ensino Fundamental e da massificação do ensino proporcionadas pela Lei nº 5.692/71. Demanda essa que não foi suprida imediatamente (poderíamos dizer que nem nos dias atuais) sendo necessária a contratação de profissionais com qualificações diversas - professores de História lecionando Geografia, por exemplo. Outro dado acerca desse contexto é o fato de que o ensino foi focado para o mercado de trabalho, dando ênfase para o Ensino Técnico.

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades do mercado e da produção. A escola era considerada uma das grandes difusoras da nova mentalidade a ser inculcada - da formação de um espírito na-

cional. A reforma do ensino propôs um modelo de socialização, que tinha como estratégia educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral conformando os comportamentos do homem, da mulher e o vínculo familiar (FILGUEIRAS, 2006, p. 3377 e 3378).

Apesar de nosso recorte aqui ser de apenas um ano, o de 1985, em que já se vivia um período democrático, temos que lembrar que era o início de um processo, e as instituições políticas e de mentalidades não se rompem com a mesma facilidade de criação de um decreto ou até mesmo de uma constituição. Sendo assim, a prática escolar desse ano estava permeada por essa construção realizada ainda no final da década de 1960. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) atuais: “Até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos na Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971” (p. 13). O que nos leva a compreender que a educação brasileira até a década de 1990 manteve-se influenciada pelas políticas adotadas durante o Regime Militar. Sendo assim, os “formadores” desses cidadãos e, consequentemente, os educandos receberam essa influência ainda em 1985.

A Subcomissão de Ensino, criada para as comemorações oficiais, foi uma das subcomissões que possuía mais fontes, havia relatórios completos constando os projetos estaduais e os do município de Porto Alegre, aqueles que seriam desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura. Em sua composição, também, encontramos representantes de instituições público e privadas. Primeiramente, verificamos que não houve a presença de nenhuma universidade no planejamento, evidenciando um distanciamento entre o conhecimento universitário e escolar. Com tonalidades conservadoras, a organização da Subcomissão de Ensino estava voltada apenas para a prática escolar e não visava mudanças na organização do ensino.

Notório destacar que houve a participação de instituições de ensino superior na criação e aplicação de um curso para professores da rede estadual de Ensino. Entretanto, o discurso propagado *a posteriori* ia de encontro as expectativas oficiais como demonstra um trecho de um Boletim Especial da Secretaria de Educação e Cultura, da 1ª Delegacia de Educação, de dezembro de 1984:

E nós, educadores, iremos canalizar nossas energias e nossas forças para fazer renascer o entusiasmo nos alunos e na comunidade, nossos sentimentos nativistas, nosso orgulho de gaúcho. Vestiremos nossas cores, analisaremos e retornaremos nossas tradições, pois existem valores permanentes, respeito e responsabilidade que devem ser preservados já que se constituem em formas de referência absolutamente essenciais para a conservação da memória de um povo.

Esse trecho pode ser visto como um resumo da visão da Subcomissão em relação à sua concepção do evento a ser comemorado. Percebemos a superficialidade e a restrição ao mito do gaúcho, pertencente à memória farroupilha idealizada nas práticas escolares, pois apesar dos profissionais da educação terem tido acesso a um material de subsídio histórico, aquele que chegou à prática escolar parece estar imerso apenas nas construções da memória farroupilha idealizada.

Para tentar compreender melhor a prática escolar, vamos trazer uma publicação voltada para a prática de sala de aula, que serviria para subsidiar os professores e construído pela comissão organizadora das comemorações oficiais. Na composição da obra, elaborada por professores da Secretaria Municipal da Educação do Município de São Sebastião do Caí e professores voluntários da Rede Pública Estadual, encontramos sugestões de atividades para aplicar nas turmas de primeira a oitava séries.

Na apresentação do livro, Francisco Salzano V. da Cunha, secretário do estado de Educação e Cultura, inicia com a seguinte frase: “Orgulhar-se de suas raízes e honrar as tradições de sua terra é, muito mais do que um dever, uma necessidade de todo indivíduo”. O livro intitulado “A terra dos farrapos: história, lendas e costumes” é uma pequena cartilha com sugestões de atividades práticas, para os alunos, dividida por série. Podemos dizer que era um manual, como costumávamos encontrar como livros didáticos nos anos de 1980. Suas atividades, é visível o cuidado, propõem uma ordem crescente de dificuldades sobre os mesmos recortes. Ou seja, sempre se trabalham os mesmos aspectos da guerra e do folclore, porém, conforme a série, se tem um desenvolvimento de acordo com a faixa etária (os textos aumentam de tamanho).

Até a quarta série trabalhou-se com as construções da memória farroupilha idealizada como lendas, mitos, roupas, costumes e curiosidades. A partir da quinta série foram, gradativamente, inseridos dados históricos, mas numa perspectiva folclórica (NEDEL, 2005). Ressaltamos os objetivos das atividades: evocação do espírito de herói (em atividades de fantoches recriando líderes farroupilhas), textos descritivos e questionários que priorizavam a memória de datas e de números da guerra. Não havia exercícios que pudessem refletir sobre questões históricas, folclóricas e recriações, muito menos sobre polêmicas que estavam mexendo o cenário historiográfico. Nada disso evocava no manual, apenas uma seleção bem clara do que se propunha: manter a guerra como o mito fundador idealizado do estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizar, o livro possui um referencial bibliográfico com 49 livros que, excetuando as duas obras de Flores, Modelo Político dos Farrapos e História do Rio Grande do Sul, os demais livros privilegiaram as construções literárias ou poéticas (como obras de Paixão Cortes, Barbosa Lessa e Simões Lopes Neto).

A relação foi possível?

A historiografia da Revolução Farroupilha é extensa e dentro do grupo de intelectuais que se debruçaram sobre o tema existem pontos que geram ainda polêmicas. Atualmente, fica bem clara a produção acadêmica (aí entendida como pesquisas de historiadores e de mestrado e doutorado) e a produção tradicionalista (entendida como o culto à memória farroupilha, construída essencialmente pelo MTG). Porém, a década de 1980 estava apenas iniciando esse processo e com muitos resquícios das políticas adotadas pelo regime militar. O que nos dá subsídios para pensar que as políticas educacionais adotadas no período da ditadura militar e ainda vigentes, incentivaram e acentuaram a prática escolar dissociada daquela ensinada e pesquisada em universidades.

A educação vinha de um passado recente ditatorial e, diferentemente da intelectualidade acadêmica, ainda estava imbrincada fortemente naquelas construções. As leis da década de 1970, como a massificação do ensino e o Ensino Fundamental obrigatório visando à qualificação da mão-de-obra não tinham como objetivo a qualidade do ensino brasileiro, mas, sim a manutenção de um *status quo*. Isso se torna ainda mais visível quando percebemos as diversas práticas políticas em relação ao ensino técnico, não viabilizando a construção teórica e filosófica nas escolas.

O sentimento pátrio e a brasilidade foram ressaltados várias vezes nas construções dos projetos da subcomissão de Ensino deixando transparecer que se pensava muito mais num farroupilha nos moldes das construções memorialísticas do que do ensino de História. Verificamos que a Subcomissão de Ensino não promoveu um ambiente de reflexão durante as comemorações. E que a disciplina de História trabalhou distanciada do ensino nas comemorações da Revolução Farroupilha, tanto em projetos como nas publicações oficiais. As pesquisas acadêmicas foram publicadas por editoras fora do conjunto editorial do Estado (CORAG) evidenciando esse dis-

tanciamento. Pudemos então constatar dois olhares, um oficial e outro acadêmico sobre o evento.

Neste sentido cabe-nos destacar, que a recém-criada seção do Rio Grande do Sul da Associação Nacional de História (ANPUH-RS), em 1979, já se encontrava atuante em 1985 e que publicou, ainda neste ano, um Boletim trazendo sua percepção das construções dos meios de comunicação que propagavam as ditas comemorações. Elmir (2014) em uma pesquisa sobre a ANPUH-RS demonstrou a preocupação dela em relação à memória que estava sendo construída/cristalizada. Para o historiador fez-se “uma severa crítica aos usos midiáticos e mercadológicos da revolta e, especialmente, aos sentidos que se imprime aos festejos do Sesquicentenário” (ELMIR, 2014, s/p).

Ao entramos em contato com o Boletim percebemos que a preocupação da instituição com a memória farroupilha que se estava construindo foi a tônica do artigo. Duas páginas de opinião, não assinada, no mês de março de 1985, trouxeram a perspectiva do profissional da História, que compreende o momento da comemoração como Lacarrieu (2012) compreende, de reflexão e crítica sobre os fatos históricos. Porém, foi constatado no boletim que “o caráter que está sendo dado às comemorações, no entanto, deve merecer uma análise por parte dos professores de História [...]” uma vez que:

Multiplica-se a exaltação triunfalista à “identidade maiúscula do caráter gaúcho”, alimentando uma concepção de regionalismo que é, no mínimo ingênua e anacrônica. Estimulam-se as falsas analogias entre a situação do RGS junto ao poder central em 1835 e 1985, como se os momentos históricos fossem semelhantes ou o conceito “descentralização” não tivesse uma historicidade concreta completamente distinta no contexto do império e do governo pós-64 (BOLETIM, 1985, s/p).

O autor demonstrou a preocupação com o uso irrefletido da memória farroupilha em detrimento do conhecimento histórico. Para ele, este deveria ser uma constante no fazer diário do professor em sala de aula. Entretanto, a mídia construiu uma “preparação de um estado de espírito” (BOLETIM, 1985, s/p) com alegorias e ritos para a celebração das comemorações. Como bem ressaltou o autor “a utilidade da História como ideologia é conhecida por nós: o uso oficial da História é um instrumento comprovadamente eficaz para formar mentalidades” (BOLETIM, 1985, s/p).

À guisa de conclusão, observo o quanto esse recorte, em especial, reverberou em minha prática. Hoje sigo construindo minha práxis pedagógica, buscando transcender essas cristalizações, tão arraigadas e que, num momento tão difícil como vivemos hoje, insiste em querer reascender com força. Esse panteão de heróis esconde muita coisa, silencia muitos grupos e deve ser compreendido dentro dos seus momentos históricos. As pedagogias das datas comemorativas fazem com que naturalizemos muitos padrões. E, acho que essa oportunidade que estamos tendo hoje, com esse livro, reunindo várias escritas sobre História Farroupilha, é só o início de um projeto lindo e audacioso que só uma mestra como Eloisa Capovilla poderia ser capaz de liderar, mesmo que em memória.

Referências

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-30.

ALVES, Francisco das Neves. **Revolução Farroupilha: estudos históricos**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providên-

cias. Brasília, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20efeito%20do,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau> Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em: mai 2021.

BOLETIM da ANPUH – RGS. Opinião. “...**Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra...**”. Porto Alegre, n. 3. 05 mar. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A Revolução Farroupilha**: História & Interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Gabinete do Governador. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha subcomissão de ensino do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. **A Terra dos Farrapos**: História, lendas e costumes. Porto Alegre: CORAG, 1985.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Associação Nacional de História** – 35 anos da seção Rio Grande do Sul. In: XII Encontro Estadual de História. Unisinos, 12., 2014, São Leopoldo. **Anais eletrônicos...** São Leopoldo: Unisinos, 2014.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martim editor, 1984.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura Militar de 1964: a construção de uma disciplina. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação** - COLUBHE, 2006, Uberlândia. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia - MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p. 3375-3385.

GIL, Tiago Luis. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)**. Rio de Janeiro. 2002. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2002. Disponível em: http://www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_ufrj_tiago_luis_gil.pdf. Acesso em: 15 de set. 2012.

GOLIN, Tau. **Bento Gonçalves: o herói ladrão**. Santa Maria: LGR, 1983.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. (Org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LACARRIEU, Mónica. Bicentenarios latinoamericanos: nuevos contexto de interpelación conmemorativa? In: GUTMAN, Margarita; MOLINOS, Rita (Editoras). **Construir bicentenários latinoamericanos en la era de la globalización**. Buenos Aires: Infinito, 2012. p. 89-102.

LEITMAM, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

NEDEL, Letícia Borges. **Um passado novo para uma história em crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)**. 2005. 560 f. Tese (Doutorado em História) -- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2005. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>>

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. 206 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/88734>>.

OZOUF, Mona. A festa: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierra. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 216-232.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Nacional, 2001.

PICCOLO, Helga I. L. O parlamento nacional e a Revolução Farroupilha. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, Ano XXI, n. 88, p. 3-155, 1985.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

REICHEL, Heloisa; BANDIERI, Susana. Redescubriendo las Fronteras: la pervivencia histórica de las regiones em el proceso de construcción estatal de Brasil y Argentina. In: REGUERA, Andrea; HARRES, Marluza Marques. (Directoras). **De la región a la nación: relaciones de escala para una historia comparada Brasil-Argentina (s. XIX y XX)**. Buenos Aires: Cesal, 2012. p. 15-46

SAMPAIO, Fernando G. **Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão farroupilha)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

CAPÍTULO V

A FARROUPILHA EM IMAGENS: UMA AGENDA PARA AS ARTES

Luciana da Costa de Oliveira¹

I

Começa o mês de setembro no Rio Grande do Sul. Um período que é marcado, no Estado, por importantes feriados. Logo em sua primeira semana, as celebrações da Semana da Pátria. Findando esta, se iniciam os eventos comemorativos da Semana Farroupilha. Nas semanas que antecedem o feriado, com data máxima fixada no dia 20, são organizados eventos culturais e festivos que celebram as memórias da Guerra Civil Farroupilha (1835-1845). Instituições de toda a natureza, sejam elas públicas ou privadas, organizam seus *piquetes* e se envolvem no amplo calendário de atividades e festividades.

Nas escolas, essa agenda não é diferente. Direção, professores, colaboradores e alunos se mobilizam na elaboração de atividades, muitas vezes interdisciplinares, que tem por objetivo trazer à tona fatos e eventos que marcaram a guerra iniciada em 1835. Para alguns alunos, sobretudo aos que se encontram nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, existe grande possibilidade de tal conteúdo ser visto e estudado pela primeira vez nesse momento, uma vez que ele é trabalhado, apenas, no que hoje conhecemos por 5º ano, isto é, a antiga quarta série.

As atividades realizadas nas instituições de ensino, que variam entre aulas temáticas, produções escritas e apresentações artísticas, partem, muitas vezes, de pesquisas prévias. E, para estas, uma importante fonte de estudo quase sempre se faz presente: as imagens. Buscar referenciais visuais acer-

1 Doutora em História (PUCRS). Pós-Doutoranda (UNISINOS). Membro pesquisadora do IHGRGS.

ca do conflito e de seus participantes parece dar *legitimidade* e *veracidade* aos fatos estudados. Atribuir um rosto a Bento Gonçalves, General Netto, Anita e Giuseppe Garibaldi ou, ainda, redescobrir paisagens e cenas de batalhas elaboradas por artistas, faz com que o aluno se aproprie da história da guerra e das suas personagens.

Porém, na medida em que o aluno – ou pesquisador – toma tais imagens como *verdade*, todo o seu entorno de produção é ignorado. Não se sabe quem as elaborou, os motivos e, até mesmo, em que suporte foram realizadas. Tampouco se conhece suas dimensões e suas particularidades composições. Esse desconhecimento, comumente observado em trabalhos e estudos que consideram a pintura de história como elemento ilustrativo de textos, não provoca e não inquieta quem o observa. Saber a trajetória da obra parece ser um interessante ponto de partida. Apropriar-se da obra de arte muda a perspectiva acerca dela e do que ela apresenta. Apenas para citar um exemplo da relevância desse tipo de experiência e conhecimento, relembro uma reportagem realizada pela TV Brasil, no ano de 2019, sobre a Independência do Brasil. Em uma série que explorou os diversos aspectos do movimento, um deles foi dedicado ao Museu Paulista e à consagrada pintura de Pedro Américo, *Independência ou Morte* (1888). Em dado momento, a repórter entrevista um dos alunos de uma escola que visitava a sala onde a pintura estava exposta. Impactado pelo seu tamanho e pela possibilidade de visualizar seus detalhes, que antes não era possível através da reprodução que seu livro didático trazia, o menino diz: “antes essa pintura era do tamanho de uma folha; agora, é do tamanho de uma casa”.

Atualmente, além dos livros didáticos, a plataforma *Google* auxilia enormemente nas pesquisas. E quando a chave de busca é a *Revolução Farroupilha*, muitos rostos de Bento Gonçalves, Anita e Giuseppe Garibaldi se dão a ver. Junto deles, pinturas de paisagens e cenas de batalhas. E observá-las no amplo atlas que o *Google imagens* organiza e apresenta conduz a dois caminhos distintos: o primeiro, que será a cópia da

imagem e seu uso ilustrativo; o segundo, a problematização junto a tantas imagens, rostos e paisagens. Esse segundo caminho é o que vai levantar questões e desacomodar o pesquisador. É ele quem vai abrir espaço às perguntas: “que imagens são essas? Que rostos são esses? Que importância elas possuem para compreendermos esse tão falado – mas ao mesmo tempo tão esquecido – conflito?”

Assim, tendo em vista as pontuações apresentadas, o presente estudo tem por foco apresentar o conjunto de pinturas de história acerca da Guerra Civil Farroupilha, largamente utilizado pelos livros didáticos e sites educativos e festivos, e encomendado a destacados artistas brasileiros durante os governos de Carlos Barbosa e Antônio Augusto Borges de Medeiros. A tônica de análise, no presente texto, é compreender o entorno de produção dessas pinturas no contexto em que foram encomendadas e elaboradas.

II

Pensar e problematizar o conjunto de obras de arte pertencentes ao Palácio Piratini, prédio que abriga até a atualidade o governo do estado do Rio Grande do Sul, oportuniza a percepção dos inúmeros objetos que estão – ou estiveram – sob sua salvaguarda. Portadores de histórias e memórias, tais elementos compuseram a ampla agenda de governo de Carlos Barbosa e Borges de Medeiros e estão diretamente relacionados com a retomada das obras do prédio governamental bem como com o seu projeto decorativo. Este, que não estava restrito, apenas, ao conjunto escultórico de autoria do escultor francês Paul Landowski, visava, igualmente, à aquisição de pinturas a óleo de grande porte, executadas em telas, cuja temática centrava-se em fatos históricos que alicerçavam, no conjunto, os ideais republicanos.

Tais obras, que não podem ser vistas apenas sob o prisma estilístico nem tampouco como produto do contexto em que foram produzidas, devem ser pensadas, articuladas e in-

interpretadas à luz da conjugação desses elementos, onde as vivências e práticas dos artistas igualmente devem ser levadas em consideração. As pontuações sobre essa questão tornam-se necessárias à medida que se percebe o entrelaçamento do tipo de pintura em voga durante a República Velha junto aos auspícios governamentais.

A primeira notícia que se tem sobre as pinturas que outrora ornaram o Palácio Piratini remontam ao ano de 1912, ainda no governo de Carlos Barbosa. Antônio Parreiras, artista de renome entre os líderes republicanos, assinou contrato com o estado do Rio Grande do Sul para realizar duas pinturas de grande porte para serem colocadas no então chamado Salão de Recepções.² De acordo com esse documento: “Os quadros que o contractante [sic] se obriga a executar terão como assumptos [sic] a proclamação da república do Rio Grande do Sul em 1836 por Antonio Netto e o retrato, em tamanho natural, do General Bento Gonçalves da Silva, tendo ao fundo uma allegoria [sic] à sua prisão” (RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1912, s.p.).

Desse contrato, três determinações são importantes sublinhar: a alusão à dimensão da obra, em que a primeira deveria medir “(...) seis (6) metros de comprimento por quatro (4) de altura, e o outro [retrato de Bento Gonçalves] quatro (4) metros de altura por um e meio (1m5) de largura”; a menção feita ao modo como as molduras deveriam ser feitas e usadas: “as molduras serão douradas (...). Nessa moldura, na parte superior, serão collocadas [sic] as armas do Estado e na parte inferior um medalhão com o título do quadro”; e, por fim, a definição da temática específica:

2 O Salão de Recepções corresponde ao que hoje se considera a parte administrativa do Palácio Piratini. Essa denominação, empregada desde o projeto de Maurice Gras, estabelecia a separação entre esta, que era destinada precisamente às recepções, e a Ala Residencial, localizada na parte posterior.

Toda a composição será rigorosamente baseada em documentos de irreputável [sic] veracidade, sendo escrupulosamente observados os costumes da época, de modo que o quadro, em seu conjuncto, synthetise [sic] bem o facto que nelle [sic] se quer perpetuar (RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1912, s.p.).

As cláusulas estipuladas com Antônio Parreiras não seriam tão diferentes das encontradas nos contratos com os demais pintores. Isso porque, principalmente no período em que o regime republicano está se articulando no poder – não só no âmbito regional, mas fundamentalmente no contexto nacional – uma das maneiras encontradas de propagar seus ideais, justificar sua posição e ilustrar feitos grandiosos foi a pintura de gênero histórico. Este, que especialmente nos anos iniciais do novo regime buscava definir suas diferenças com o período imperial, era marcado pela retomada de eventos do passado, em que a tônica recaía sobre os momentos em que houve uma clara manifestação contra o poder do colonizador português (MARTINS, 2008, p. 10). Assim, esse gênero de pintura, com temas onde se sobressaía a exaltação a novos homens e acontecimentos, todos em consonante oposição ao Império, ganhava espaço entre os diversos governantes republicanos que queriam, igualmente, assentar o presente através das glórias do passado.

No entanto, o uso dos temas históricos não foi uma tendência específica do período republicano, uma vez que teve seu maior desenvolvimento durante o Império. Com a criação da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826, instituição patrocinada pelo Imperador Dom Pedro I, muitos artistas a ela vinculados pautaram sua produção no “(...) retrato de Corte, no registro dos acontecimentos ligados à realeza e aos grandes feitos militares (...)” (MILLIET, 2001, p. 132). É justamente pelo fato de elaborarem esse tipo de pintura, intrinsecamente

relacionado ao contexto em que os artistas estavam inseridos, que Maria Alice Milliet destaca a primazia desse gênero sobre os demais (paisagens, costumes e natureza morta) (2001, p. 132).

Durante o II Império (1850-1889), artistas como Victor Meirelles e Pedro Américo, por exemplo, ligados à AIBA e que elaboraram obras de gênero histórico a partir de encomendas feitas pelas instituições imperiais, evidenciaram questões que, para o período, eram de especial interesse para a conservação de uma memória nacional. Se visualizadas, por exemplo, as obras *A Batalha de Guararapes* (1879) e *Independência ou Morte* (1887-88), respectivamente dos artistas anteriormente citados, será percebida a utilização de episódios da história que enalteciam justamente os grandes feitos concretizados durante o Império. Era uma forma de fortalecer os grandes feitos em benefício do Brasil (no episódio da expulsão dos holandeses do território nacional) e, igualmente, de exaltar o poder imperial (a partir da cena da Independência brasileira).

Essa questão, que fez da pintura de história um dos veículos de conhecimento de um recorte do passado meticulosa e estrategicamente pensados, remete, também, à organização e ao direcionamento de outra instituição criada em 1838: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Considerado o órgão responsável pela escrita da história oficial, sua proximidade com a Academia Imperial de Belas Artes tornou-se maior quando o debate acerca da memória e da identidade nacional despontou e se fortaleceu. Para Maraliz Christo, “A estabilidade política permite debates em torno da constituição de uma memória nacional, unindo Estado e instituições, principalmente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA)” (CHRISTO, 2009, p. 1153).

Quando, em 1889, é proclamada a República Brasileira, o novo sistema político anseia por reformas. Estas, que vão afetar todos os setores da sociedade, englobam, igualmente,

as instituições ligadas às belas artes. Nesse sentido, a Academia Imperial de Belas Artes, que, como se colocou, dominava a produção artística brasileira, vai ceder seu espaço para a Escola Nacional de Belas Artes. Apesar de não evidenciar grandes mudanças no que se refere à estética e prática artística dos artistas, o fato é que a ENBA, agora patrocinada pelo governo republicano, passa a centralizar a produção e a temáticas das pinturas oficiais, especialmente as de gênero histórico, em episódios passados que antes eram suprimidos pelo poder imperial.

Centrada em acontecimentos históricos específicos como alternativa para justificar o novo regime que se estabelecia no poder e, além disso, fortalecendo o sentimento de pertencimento nacional através da negação do passado imperial, a “(...) República impunha aos artistas novas questões” (CHRISTO, 2009, p. 1160). As problemáticas que se articulavam e que estavam baseadas em concisas propostas tinham como ponto de partida “(...) construir a versão oficial dos fatos, maximizar o papel dos atores principais e minimizar o acaso nos acontecimentos, fabricando novos heróis” (CHRISTO, 2009, p. 1160). Sem dúvida, toda essa revisão levada a cabo pelos republicanos, onde o destaque aos “seus” grandes homens era cada vez mais visível, tinha como objetivo suplantar a imagem que se havia feito de Dom Pedro II. Assim, toda essa elaboração, que punha em evidência os grandes heróis, levava, indubitavelmente, à construção de uma nova identidade, uma vez que

Em muitos lugares do mundo buscou-se a identidade nacional apelando ao patriotismo com o trabalho de figuração em imagens alusivas ao pretendido passado em comum, aos mitos de origem e de fundação, aos heróis venerados e, enfim, ao processo histórico da nação (SALGUEIRO, 2002, p. 05).

Essa forma de construção identitária e legitimação do poder, viável a partir da criação de símbolos, mitos e heróis, foi a que eximiu Tiradentes, por exemplo, da imagem transgressora que lhe foi imputada durante o Império, pois, para a República, seus atos contestatórios acabaram lhe rendendo a aura de mártir. Essa questão, como afirma Maria Alice Milliet, só foi possível a partir do momento em que os atos do inconfidente passaram a ser correlacionados com os ideais da República. Ao transformar-se no símbolo do regime e, também, em herói nacional, parece certo afirmar, como José Murilo de Carvalho, que essa construção de identidades estava estritamente ligada às formas com as quais o imaginário e o apelo ao passado era trabalhado. Para o autor,

(...) a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo (CARVALHO, 2002, p. 10).

Todo esse projeto que buscava bases para a construção de uma memória nacional republicana influenciava, também, os diferentes estados do Brasil. Os elementos que compuseram a retomada da história regional e, conseqüentemente, dos fatos relevantes para a justificação do novo modelo político, encontravam-se especialmente no período regencial. Foi desse momento que homens, acontecimentos e episódios que, posteriormente, transformaram-se em heróis, símbolos e mitos que resguardavam valores incontestes de coragem, valentia e desejo do novo, foram resgatados e plasmados pelos traços e tintas de grandes artistas. Essa perspectiva, que caracterizou sobremaneira a pintura de gênero histórico durante a República, não foi diferente no Rio Grande do Sul. Fernando Corona, ao analisar o projeto artístico para o Palácio Piratini, especialmente quando faz referência às pinturas, corrobora tal questão quando afirma que

(...) antigamente era comum, desde o Império até a República, incluindo-se o governo das províncias e dos Estados encomendarem a artistas nacionais, os mais famosos, quadros a óleo com temas históricos. Assim também aconteceu nos governos sucessivos do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros (CORONA, 1973, p. 16).

Nesse sentido, buscando elementos na Revolução Farroupilha (1835-1845), pois esta representou o descontentamento máximo dos sul-rio-grandenses em relação à política imperial, nada mais compreensível que os mitos e os heróis fossem construídos a partir da visualização dos feitos de grandes homens e da apreensão de fatos específicos que foram levados a cabo pelos farroupilhas. Assim, é a partir da heroicização de determinados personagens e, também, do recorte temporal escolhido para ser rememorado, que a política republicana positivista encontra maneiras de reforçar e legitimar seu poder através da criação de fortes laços entre a sociedade e seu passado. Se a máxima do Positivismo visava à ordem para a obtenção do progresso, ou seja, o passado como exemplo ao presente para, assim, “conservar melhorando” com vistas ao futuro, ficam bastante claros os usos que fizeram da história e de seus personagens. Para Dóris Bittencourt, o fato de existir “a apropriação da memória e a recriação dos fatos histórico-políticos reforça o [pensamento] positivista” (BITTENCOURT, 1990, p. 161). A mesma autora salienta, ainda, no caso específico do Rio Grande do Sul que

(...) a mitificação e o culto aos heróis realimentam esse poder no sentido temporal. Por isso é mais importante identificar o poder positivista a heróis como Anita Garibaldi e Bento Gonçalves, recriar miticamente os fatos históricos como a Proclamação da República e combates da Revolução Farroupilha do que fazer citações a Comte, ao poder espiritual, à musa Clotilde de Vaux

ou ainda à Religião da Humanidade (BITTENCOURT, 1990, p. 161).

Com isso, não é de se estranhar que, como foi colocado anteriormente, no contrato firmado com Antônio Parreiras estivesse estipulado o tema e o personagem a ser pintado.

III

Antônio Parreiras, natural de Niterói, havia iniciado seus estudos na Academia Imperial de Belas Artes e “(...) foi aquele que mais ativamente participou da construção de uma visualidade republicana” (SALGUEIRO, 2002, p. 07). Tendo, inclusive, um livro de história do Brasil ilustrado a partir de suas telas, é importante pontuar que, antes de mergulhar profundamente no campo da pintura de história, Parreiras havia se dedicado à pintura de paisagens. Essa sua grande paixão, porém, teve de ser abandonada quando a procura por telas desse gênero começou a ficar escassa e, por conseguinte, sem mercado e oneroso para o artista. Por ser considerado de menor importância, o paisagismo, durante a República, caía em desuso ao mesmo tempo em que limitavam o trabalho de Parreiras. Para Maria Alice Milliet, “(...) o preconceito contra o paisagismo, considerado um gênero menor, e a limitação que isso significava em termos de ganho acabam por estimular o pintor a ampliar o seu repertório e alcançar outro público” (MILLIET, 2001, p. 213).

Em função de tal questão, Parreiras dedica-se, a partir de então, a um gênero de pintura que não lhe era próximo: a pintura de história. Esse campo da arte, muito diferente das bases que fundamentavam a pintura de paisagens, em que a observação constituía-se como elemento basilar, exigia do artista um grau de estudo elevado e, também, o domínio do desenho. O que se percebe, especialmente no que tange às

produções de Parreiras³, é que além de trabalhar com outro gênero – o histórico –, o artista ainda teve de aperfeiçoar elementos de sua técnica artística que as elaborações sobre a natureza não lhe exigiam. Esse fator, no entanto, não impediu que encomendas de obras históricas lhe aparecessem, conforme explicita Milliet: “(...) apesar de inexperiente no desenho da figura humana, indispensável na representação de conteúdo histórico, ele aceita, em 1898, o convite do presidente Campos Salles para executar os painéis destinados ao Supremo Tribunal Federal do Rio de Janeiro” (MILLIET, 2001, p. 213).

Iniciando sua trajetória de pintor de história no Rio de Janeiro, Parreiras foi convidado por governadores de várias unidades da federação para executar obras que registrassem momentos precisos da história da região. E assim também foi no Rio Grande do Sul. Ao vir para Porto Alegre, no ano de 1910, por ocasião de sua exposição individual, o artista combina com o então governador Borges de Medeiros a elaboração de pinturas históricas para adornar o Palácio do Governo.

Assinando contrato em 1912, suas telas foram as primeiras, de uma série de outras, que viriam a ser adquiridas pelo poder público. Conforme explicitado anteriormente, duas pinturas com temática histórica foram solicitadas ao artista. A primeira, de maiores proporções, era referente à *Pro-*

3 No Rio de Janeiro, local de seu primeiro trabalho de cunho histórico, Parreiras elabora duas grandes obras: a primeira, com tema alusivo ao descobrimento do Brasil e subdividido em duas partes, intitulava-se *A chegada* (1900) e *A partida* (1902). Além dessas, ainda realiza *A Inconfidência* (1901). Logo após, o artista é contratado pelo governo do Pará, onde pinta *A conquista da Amazônia* (1908), e, ainda, pelo governo do Rio Grande do Sul (1910). O Estado de Minas Gerais também faz encomendas ao artista, sobretudo de pinturas que fizessem alusão a Tiradentes. Assim, em 1924 elabora o *Julgamento de Felipe dos Santos* e, dois anos depois, no Conservatório de Música de Belo Horizonte, *A visão de Tiradentes (sonho de liberdade)*. Em Juiz de Fora, executa, no ano de 1928, *A jornada dos mártires*. Para maiores esclarecimentos acerca de tais obras, ver: MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 132.

clamação da República Rio-Grandense (Figura 1) e, a segunda, o retrato do *General Bento Gonçalves da Silva* (Figura 2), ambas a serem colocadas na Sala de Recepções do Palácio. Nas cartas enviadas pelo artista ao governador Borges de Medeiros, percebe-se sua preocupação em apresentar a cena da proclamação a partir de seus pormenores. No entanto, não só a representação em si preocupava Parreiras, pois remete fotografias ao governador para que este avalie o conteúdo histórico pintado na tela:

Vos remeto quatro fotografias tiradas do quadro Proclamação da **República Riograndense** [sic]. Duas foram feitas quando o quadro ainda estava apenas desenhado. As remeto por se ver nelas as figuras em maior grandeza e no intuito de as ver examinadas por pessoa prática em costumes antigos riograndenses [sic], a fim de se me dizer se algum engano há, quanto à sua parte arqueológica, pois embora o quadro esteja concluído, poderei ainda modificar detalhes que por conveniência da verdade devam ser corrigidos (REVISTA do IHGRGS, 1921, p. 197).

Fig. 01 – A Proclamação da República Rio-Grandense



Antônio Parreiras
Óleo sobre tela – 1915 – 2,40 X 4,60 m
4 RPMon – Porto Alegre/RS

Fig. 02 – Retrato de Bento Gonçalves



Antônio Parreiras
Óleo sobre tela – 1915 – 1,49 x 2,70 m
Museu Histórico Farroupilha /
Piratini

Além dessas duas obras, outros trabalhos foram encomendados ao pintor niteroiense no ano de 1915. Conforme aponta Lea Bastos de Oliveira, “em março de 1915, estando no exercício da presidência, o Vice-Presidente, Gal. Salvador Ayres Pinheiro Machado, foi contratado com o pintor Antonio Parreiras a pintura dos salões de festas e banquetes do Palácio” (s.d., p. 06). Estas, que constavam de um friso de 2m X 26,5m, de um quadro de grande porte (5,2m X 3,8m) e outras quatro pinturas menores para o salão de festas e, também, de uma pintura de consideráveis proporções (6,3m X 3,2m), ambas a óleo, para o salão de banquetes (s.d., p. 06), segundo Fernando Corona, nunca foram utilizadas. (1973, p. 16). Sobre a temática a ser elaborada para tais trabalhos, existem apenas algumas breves informações em um relatório da Secretaria

de Obras Públicas do Estado, no qual são citadas unicamente duas pinturas que poderiam ser de autoria de Antonio Parreiras. Nenhuma das referidas, porém, diz respeito a obras de cunho histórico.⁴

Outro artista que, como Parreiras, dedicou-se ao gênero da pintura de história e elaborou trabalhos para o Palácio Piratini foi o piauiense Lucílio de Albuquerque. Egresso e também professor da Escola Nacional de Belas Artes, o artista foi aluno de grandes expoentes da pintura brasileira, como Rodolfo Amoedo e Zeferino Costa. Estes últimos, por sinal, também dedicaram parte de sua produção às imagens referentes à história. Albuquerque foi contratado por Borges de Medeiros no ano de 1914, período este em que as obras do palácio estavam paralisadas em função da dispensa dos serviços de Maurice Gras e da decisão, por parte do governante, em prosseguir a construção por empreitada. A obra encomendada ao artista, que custou 25 contos de réis e que deveria ficar na Sala de Recepções (FERREIRA FILHO, 1985, p. 22), seguia a linha de exaltação dos grandes homens e acontecimentos da história sul-rio-grandense, pois em seu contrato estava estabelecido que o “(...) assunto escolhido foi o memorável episódio histórico do transporte por terra da esquadrilha revolucionária de 1835, da Lagoa dos Patos ao Atlântico, sob a direção de Garibaldi” (OLIVEIRA, s.d., p. 06). A pintura *Garibaldi e a esquadra farroupilha* (Figura 3), finalizada no ano de 1919, e realizada em óleo sobre tela com dimensões de grande porte (3,95m X 6,20m), desde o ano de 1935 encontra-se no saguão

4 No levantamento feito pela Secretaria de Obras Públicas no Estado em agosto de 1955 sobre as obras de artes pertencentes ao acervo do Palácio Piratini, há referências sobre algumas pinturas que estavam, no período, “enroladas” em uma sala do pavimento térreo da ala de recepções. Dentre elas encontravam-se “três projetos de decoração dos tetos do Salão de Festas e do Salão de Banquetes, sem assinatura do autor; painéis representando Miguel Ângelo e o Inverno, de Antônio Parreiras, Beethoven e a Primavera, sem nome de autor, concluindo-se, porém, a julgar pelo processo pictórico, que os últimos devem ser do pintor acima mencionado”. CORONA, Fernando. **Palácios do governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 1973.

do Instituto de Educação General Flores da Cunha. No ano de 2006, essa obra foi restaurada pela equipe de Leila Sudbrack, a mesma profissional que, anos antes, havia recuperado as obras de Aldo Locatelli no Palácio Piratini.⁵

Fig. 03 – Garibaldi e a esquadra farroupilha



Lucílio de Albuquerque

Óleo sobre tela – 1919 – 3,95 X 6,20 m

Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre

Ainda no período de Borges de Medeiros, três anos após o contrato com Lucílio de Albuquerque, outro artista de renome nacional viria a receber encomendas do governo do Rio Grande do Sul. Décio Villares, artista carioca que, como Antônio Parreiras, iniciou seus estudos na tradicional Academia Imperial de Belas Artes e obteve muito de sua formação em Paris, onde foi discípulo de Alexandre Cabanel, teve forte participação no processo constitutivo da memória republicana. Inserido, como os demais pintores, em um contexto de profundas transformações, onde a “(...) pintura de história e a escultura monumental [são as] que erigem os totens da

5 Informações contidas no site http://www.sosarteie.com.br/restaura_garibaldi.htm. Acesso em: 02 dez. 2010.

nação” (MILLIET, 2001, p. 135), Villares notabilizou-se pelas obras nas quais expôs referências bastante fortes à República e, também, aos heróis que por ela sacrificaram-se.

O entusiasmo de Villares ao representar cenas alusivas à República, sempre tendendo ao tom exaltativo, encontra referências quando acerca-se do conhecimento que ele próprio era um grande entusiasta do positivismo. Para José Murilo de Carvalho, “os artistas positivistas brasileiros, especialmente Décio Villares e Eduardo de Sá, foram os únicos politicamente militantes no mundo das artes plásticas” (CARVALHO, 2002, p. 84). O monumento que elaborou em memória a Júlio de Castilhos, onde há uma profusão de imagens⁶ que interconectam Castilhos às bases fundacionais positivistas e republicanas revela-se, como coloca Carvalho, em um verdadeiro discurso político (CARVALHO, 2002, p. 42).

Referente ao trabalho pictórico que esse artista realizou no Rio Grande do Sul, em especial no Palácio Piratini⁷, as informações disponíveis, infelizmente, não são tão precisas. Um primeiro indício que se tem desse trabalho está descrito no relatório da Secretaria de Obras Públicas do Estado, datado de 1917. Nesse documento, simplificadaamente, está disposto que “(...) as pinturas decorativas dos salões foram contratadas com pintor de conhecido mérito, pela importância de

6 A profusão de imagens encontradas no citado monumento, inaugurado em 1913, faz dele um dos mais complexos projetos escultóricos de Porto Alegre. Segundo Doberstein, quando da inauguração da obra, o artista achou necessário a elaboração e a distribuição de um folheto explicativo para que o público presente apreendesse os significados das imagens que compunham tanto a base republicana positivista quanto a biografia e legados de Castilhos. Para maiores detalhamentos acerca do monumento, ver: DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Porto Alegre, 1900-1920: estatuária e ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

7 É importante referenciar que esse artista, logo após a morte de Júlio de Castilhos, recebe encomenda do governo para realizar um grande monumento em honra à memória do grande líder republicano e positivista. Este, que se encontra na chamada Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, foi inaugurado em 1913.

60 contos de réis” (RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas, 1917, p. 19). Outra pista aparece, porém, somente no ano de 1962, com o trabalho da arquiteta Lea Bastos de Oliveira. Suas pontuações, por disponibilizarem mais dados⁸, informam outros detalhamentos acerca da obra:

Em 24 de março de 1917, o pintor Decio Villares foi contratado para executar a pintura decorativa em alguns salões do Palácio de Recepções, pela importância de 60 contos. Constavam essas pinturas de uma tela, em um *panneau* [sic], de 5,4 m por 3,3 m; 10 *panneaux* de 2,60 m por 2,25 m cada, para quatro paredes laterais do grande salão; um *panneaux* de 4,10 m por 2,5 m do teto do pequeno salão (s.d., p. 06).

Sobre esse trabalho, em que a documentação e a literatura disponível apenas apresentam informações técnicas, Dóris Bittencourt parece apontar, também, um outro caminho, uma vez que comenta sobre a possibilidade de uma das pinturas trazer a imagem da República (BITTENCOURT, 1990, p. 157). Nesse sentido, mesmo não tendo aportes para identificar a temática específica da pintura do artista para o Palácio Piratini, o fato é que, em decorrência de seu posicionamento ideológico e, também, pelo teor das obras já realizadas não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, pode-se considerar a sua participação e ligação no projeto de ornamentação da sede do governo com os gêneros em voga no período (CARVALHO, 2002, p. 84).

No mesmo ano em que é feita a encomenda a Décio Villares, Borges de Medeiros encomenda do também carioca Dakir Parreiras a pintura de outra tela para o Palácio. Esse

8 Lea Bastos de Oliveira, ao elaborar o material referente ao histórico do Palácio Piratini, baseou sua pesquisa tanto nos diversos relatórios da Secretaria das Obras Públicas, quanto em materiais encontrados esparsamente nos arquivos do governo.

artista, que teve seus primeiros ensinamentos artísticos com o próprio pai, era filho do renomado pintor Antonio Parreiras. A ele foi solicitada, dentre tantas temáticas já exploradas, uma pintura que colocasse em evidência a figura feminina. Seguindo a tendência da pintura de história, Dakir Parreiras elaborou um quadro 2,5m X 2,0m que retratava a fuga a cavalo de Anita Garibaldi das tropas legalistas (Figura 4). Esta, que era destinada ao grande salão do pavimento térreo (OLIVEIRA, s.d., p. 08), hoje se encontra restaurada no Museu Histórico Farroupilha.

Fig. 04 – Fuga de Anita Garibaldi



Dakir Parreiras Óleo sobre
tela – 1917 – 2,64 X 2,20 m
Museu Histórico Farroupilha
/ Piratini

Do governo de Medeiros, um dos últimos pintores a ser contratado para executar pinturas de cunho histórico para o Palácio Governamental foi o sul-rio-grandense Augusto Luiz de Freitas. Artista que teve sua formação iniciada em Portugal, na Academia Portuense de Belas Artes, a conclui, já no Brasil, na Escola Nacional de Belas Artes. Aluno de grandes pintores do período, após passar por momentos difíceis no Rio de Janeiro, Freitas estabiliza sua vida quando auxilia Hen-

rique Bernardelli na decoração do Instituto de Música do Rio de Janeiro e colabora com Zeferino Costa na pintura da Igreja da Candelária (FREITAS, Disponível em: <http://www.sosarteie.com.br>. Acesso em: 03 dez. 2010).

Graças a sua projeção no campo artístico brasileiro, Luiz de Freitas recebe a proposta para elaborar três grandes pinturas para o Palácio Piratini. Em 31 de agosto, o artista “(...) contratou com o governador do estado por 60 contos de réis três grandes composições históricas a óleo sobre tela” (CORONA, 1973, p. 16). A primeira delas, *Chegada dos primeiros açorianos* (Figura 5), era destinada à sala de recepções do pavimento térreo e media 5,23m X 4,90m. A segunda, *Combate da Ponte da Azenha* (Figura 6), que representava o combate inicial da Revolução Farroupilha ocorrido na Ponte de Azenha e compunha o ambiente da sala contígua à primeira, media 5,46m X 3,76m. A última, “(...) representando o episódio de Lindoya, do poema Uruguai, de Basílio da Gama” (OLIVEIRA, s.d., p. 08), que viria a decorar o gabinete de trabalho do Presidente, igualmente apresentava grandes proporções, pois media 4,80m X 3,80m (BITTENCOURT, 1990, p. 157). As duas primeiras obras adornam hoje o saguão do Instituto de Educação General Flores da Cunha. Da mesma forma que a pintura de Lucílio de Albuquerque foi para a instituição em 1935, assim ocorreu com as de Augusto Luiz de Freitas.

Fig. 05 – Chegada dos primeiros açorianos



Augusto Luís de Freitas

Óleo sobre tela – 1923 – 6,50 X 5,50 m

Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre

Fig. 06 – Batalha da Ponte da Azenha



Augusto Luis de Freitas

Óleo sobre tela – 1922 – 3,95 X 6,20 m

Instituto de Educação General Flores da Cunha – Porto Alegre

Importante sinalizar ainda que, mesmo sendo natural do Rio Grande do Sul, esse artista pouco esteve no estado. Sua última tentativa em se estabelecer em Porto Alegre findou com a “briga” travada com Libindo Ferrás (GASTAL, 2007, p. 46), diretor do Instituto de Belas Artes, em função do uso que Freitas fazia dos modelos vivos em suas aulas na instituição. Após o ocorrido, quando o artista volta à Itália,

(...) somente mais duas visitas nos fará: - em 1923, a fim de colher elementos para a composição de duas telas históricas – *O Combate da Ponte da Azenha* e *A Chegada dos Primeiros Casais Açorianos* – obras de envergadura encomendadas pelo Governo e destinadas aos salões de honra do Palácio da Matriz. E, em 1925, para proceder à entrega oficial de seus trabalhos (DAMASCENO, 1971, p. 369).

Conforme foi percebido, a grande maioria dos artistas que executaram pinturas de gênero histórico para o Palácio Piratini durante as décadas de 1910 e 1920 não era natural do Rio Grande do Sul. À exceção de Augusto Luiz de Freitas – que apenas nasceu no Estado, mas nunca criou vínculos maiores com a região (BOHNS, 2005, p. 69) –, todos os demais, nomeadamente Antônio e Dakir Parreiras, Décio Villares e Lucílio de Albuquerque, eram provenientes do centro do país. Tal questão pode ser entendida se for levada em conta a situação das artes plásticas no Rio Grande do Sul, nos anos iniciais do século XX.

De acordo com o que coloca Maria Lúcia Bastos Kern, esse momento específico da produção artística sul-rio-grandense mostrava-se bastante precário (KERN, 1981, p. 40). Comparado ao despontar do modernismo em São Paulo, a arte gaúcha mostrava-se, ainda, muito atrelada aos cânones tradicionais. Além disso, os artistas locais não eram valorizados pela elite sul-rio-grandense. Esta, ao adquirir obras de

arte, voltava-se ou aos trabalhos de estrangeiros ou aos que eram elaborados no centro do país. Nesse contexto, a única exceção que se observa é em relação a Pedro Weingärtner, uma vez que, já sendo consagrado em nível nacional, distanciava-se do panorama artístico regional. Apesar desse panorama, algumas manifestações em prol da arte regional começavam a ser esboçadas.

A partir da formação do chamado *Grupo dos 13*⁹, impulsionado principalmente pelo pintor Hélios Seelinger, é que se vislumbra, em 1925, a primeira exposição específica de belas artes de Porto Alegre. O Salão de Outono, como foi chamado, além de mostrar o que se produzia em arte naquele momento, ainda fixou determinados objetivos que, sem dúvida, visavam tanto ao amadurecimento da produção artística rio-grandense como também dos próprios artistas. Sobre tal questão, pontua Ângelo Guido que

A leitura atenta das citadas proposições, consignadas em ata e incluídas no catálogo da exposição, nos revela de que modo se realizava o trabalho artístico no Rio Grande do Sul naquele tempo. Eram artistas isolados, que mal se conheciam uns aos outros, e de cujo trabalho não se poderiam deduzir tendências ou ideias estéticas (...). Não se criara mesmo, antes daquele empreendimento, o que se poderia chamar ambiente artístico. Tornava-se impossível assinalar esta ou aquela tendência, mesmo porque os artistas, vivendo isolados, sem o estímulo que vem do próprio embate das ideias diferentes ou opostas,

9 De acordo com Maria Lúcia Kern, no trabalho citado anteriormente, os integrantes do grupo eram: Fábio Barros (médico, jornalista e crítico de arte), Hélios Seelinger (pintor), Argentino Brasil Rossani (cônsul e pintor), Francis Pelicheck (pintor e professor da Escola de Arte), Tasso Correa (professor de piano), José Rasgado Fo (ilustrador), João Santana (professor de latim e grego), Bernardo Jamardo (proprietário da Loja Jamardo), Lorenzo Pico, José Delgado e Afonso Silva (pintores) e Fernando Corona (escultor).

não tinham ocasião para serem confrontados e para exercerem a sua influência (GUIDO, 1956, p. 180).

Além desse Salão, há que se mencionar a ocorrência, quatro anos depois (1929), do Salão da Escola de Arte, realizado no foyer do Teatro São Pedro (KERN, 1981, p. 48). Desse evento, cabe frisar, especificamente, o teor das obras apresentadas, pois, se por um lado o Salão de Outono colocou em evidência os artistas e suas obras, por outro o Salão da Escola de Arte destacou-se em função das temáticas trabalhadas pelos artistas. Diametralmente oposto ao que se produzia em São Paulo, onde os temas se centravam na questão do nacionalismo, no Rio Grande do Sul o regionalismo ainda se fazia presente nas telas dos pintores. Segundo Maria Lúcia Kern, "(...) Le 'régionalisme' du Rio Grande do Sul, dans les années 20, montrait la description des mœurs, des habitudes et de la vie héroïque du gaúcho"¹⁰ (KERN, 1981, p. 49).

O que se apreende das produções feitas até então é a pouca ênfase dada aos motivos, técnicas e estudos que cercavam a elaboração da pintura de história. Apesar de, na exposição comemorativa ao Centenário Farroupilha (1935), Leopoldo Gotuzzo elaborar pinturas com temática alusiva à guerra farroupilha (KERN, 1981, p. 53), ainda pouco se tinha, no Estado, pintores dedicados a tal tipo de trabalho. Talvez, por essa razão, as encomendas para a pintura do Palácio Piratini tenham sido feitas a artistas que, além de não integrarem o recente circuito artístico sulino, já possuíam certo renome no cenário das artes brasileiras. Além disso, como atenta Neiva Bohns, o trânsito desses artistas no Rio Grande do Sul e, especialmente na capital, não era muito grande, pois "poucos pintores históricos deixaram marcas de sua passagem pela cidade de Porto Alegre" (BOHNS, 2005, p. 64). O que se verifica, aliás, são as

10 "O 'regionalismo' do Rio Grande do Sul, durante os anos 20, descreveu os costumes, os hábitos e a vida heroica do gaúcho".

contribuições de artistas contratados pelo Estado e que, na visão de Ângelo Guido, constituíam-se de obras de valor bastante relativo (GUIDO, 1956, p. 180).

IV

Observar o conjunto de obras encomendado pelo poder público a partir das primeiras décadas do século XX a artistas renomados no panorama das artes brasileiras, oportuniza a reflexão sobre os temas que estavam em voga no período. Muito mais que uma predileção pessoal, elas estiveram intrinsecamente relacionadas à formação do poder republicano e positivista no Brasil e no Rio Grande do Sul. Buscar, na história, eventos que colocassem em evidência os descontentamentos para com o poder imperial, se transformou no rol de temas e encomendas dos governantes brasileiros aos pintores de história.

Uma imagem, como coloca Georges Didi-Huberman, inquieta, desacomoda e perturba o observador. Ela, ao mesmo tempo em que é questionada pelo observador, o questiona. Reconfigura seus modos de perceber e ver. E é justamente pensando em tais questões que se destaca, uma vez mais, a importância de se trabalhar a imagem a partir de suas particularidades. Apropriar-se de seu contexto de produção, de seus artistas, de seus temas e, sobretudo, de suas temporalidades, torna-se elemento-chave para se considerar a imagem como fonte de pesquisa.

No caso específico das pinturas encomendadas pelo governo do Rio Grande do Sul, cuja temática centrou-se nos episódios, homens e mulheres da Guerra Civil Farroupilha, muitos elementos tornam-se passíveis de problematizações. De um conflito que se diz “já muito estudado”, são as imagens que aparecem como novo objeto de crítica e reflexão. Para muito além dos fatos propriamente ditos, suas repercussões no tempo e no imaginário constituem-se novos problemas de pesquisa e oportunizam a construção de novos conhecimentos.

Em sala de aula, a mesma relação se opera. Se ao aluno a imagem é dada como *ilustração do* fato ou do personagem, a ele não é dado espaço de observação e reflexão. Os rostos e paisagens serão, para ele, retratos *fiéis* do passado. No entanto, nova via de interpretação é oportunizada quando as imagens são dadas à interpelação do aluno. Quando elas o tiram de seu lugar de mero observador e o colocam como produtor de conhecimento.

Trabalhar com imagens – seja na pesquisa ou nas escolas – é organizar um pensamento através de teias. Cada fio que se conecta a outro estabelece relações. Estas, por sua vez, apresentam novos problemas e novas inquietações. Muito mais do que *valer por mil palavras*, são as formas com a qual as imagens nos questionam e nos fazem observá-las que as tornam tão necessárias e relevantes no contexto da pesquisa e do ensino.

Referências

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado. **Os espaços do poder na arquitetura do período positivista no Rio Grande do Sul: o Palácio do Governo**. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 161.

BOHNS, Neiva Maria Fonseca. **Continente Improvável. Artes visuais no Rio Grande do Sul do final do século XIX a meados do século XX**. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 69.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A pintura de história no Brasil no século XIX: panorama introdutório. **Arbor ciência, pensamiento y cultura**, n.º 740, p.1147-1168, 2009.

CORONA, Fernando. **Palácios do governo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 1973.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DAMASCENO, Athos. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971, p. 369.

FERREIRA FILHO, Arthur. **Palácio Piratini**. Porto Alegre: IEL, 1985.

GASTAL, Suzana. A arte no século XIX. In: GOMES, Paulo (Org.). *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: uma panorâmica*. Porto Alegre: Lathu Sensus, 2007, p. 46.

GUIDO, Ângelo. Trinta anos de pintura. In.: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. **O Rio Grande atual**. Canoas: Editora Regional, 1956, p. 180.

KERN, Maria Lúcia Bastos. **Les origines de la peinture moderniste au Rio Grande do Sul – Brésil. Paris**, 1981. Tese (Doutorado) – Université Paris I – Pantheon, p. 40.

MARTINS, Giselle. Pintando o Brasil: artes plásticas e construção da identidade nacional (1816-1922). **História em reflexão**, n. 4, vol. 2, jul.-dez. 2008.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

OLIVEIRA, Lea Maria Bastos de. **Palácio Piratini**. Material datilografado disponível no setor responsável pela arquitetura do Palácio Piratini. Original, p. 06.

SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.º 30, p.03-22.

DOCUMENTOS:

Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas – SOP. Contrato celebrado entre Antonio Parreiras e o Estado do Rio Grande do Sul. Uma cópia deste encontra-se no

Setor de Arquitetura do Palácio Piratini.

Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas – SOP. Contrato celebrado entre Décio Villares e o Estado do Rio Grande do Sul. Uma cópia deste encontra-se no setor responsável pela arquitetura do Palácio Piratini. 1917, p.19.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: IHGRGS, 1921, p. 197.

CAPÍTULO VI

A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MONUMENTO INTENCIONAL: O CASO DO MONUMENTO A BENTO GONÇALVES EM PORTO ALEGRE NO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA.

Luciano Braga Ramos¹

Introdução

A pretensão desse debate em analisar a feitura do monumento a Bento Gonçalves é estudar as possibilidades, que levaram a elite de 1930, do PRR e depois do PRL a materializar seus discursos em praça pública por meio de um monumento. A Revolução Farroupilha, como elemento de memória dentro da história sul-rio-grandense é um objeto de reflexão que envolveu diferentes correntes intelectuais que produziram narrativas e discursos que muitas vezes se contrapõem entre a defesa e os questionamentos sobre como deve ser analisado o passado da revolução levando em conta os efeitos produzidos no presente sobre suas representações enquanto elemento constituinte do que certos setores da sociedade – inclui-se nesse aspecto o próprio governo do estado do Rio Grande do Sul – compreendem como “identidade sul-rio-grandense por excelência”.

Por esse aspecto, se tornou comum, para as elites no poder, fazerem da memória da Revolução Farroupilha, o principal expoente da memória do gaúcho, como se não houvesse no contexto da Revolução Farroupilha nenhum gaúcho empenhado em defender os seus interesses aliados aos interesses do governo vigente, que era a monarquia. Nesse sentido se pode dizer que na produção da memória da Revolução Farroupilha produziu-se também seus esquecimentos ao produzir suas representações vinculadas à ideia de que a revolução

¹ Doutorando em História (PPGH/PUCRS).

foi um levante dos “gaúchos contra o império opressor”. No meio acadêmico, essa perspectiva a tempo vem caindo por terra, no entanto manter os estudos da Revolução Farroupilha, sobre como sua memória é reinterpretada a cada contexto comemorativo, ainda é um elemento que exige dos historiadores, interessados pelo caso, uma constante revisão sobre a maneira que essa memória vem sendo preservada, representada e reinterpretada pelos sujeitos sociais no presente.

Nesse sentido meu interesse em trazer o tema do monumento a Bento Gonçalves para o ciclo de palestras, ao qual fez parte o texto desse trabalho, durante o mês de setembro de 2020, abriu duas possibilidades interessantes sobre como abordar os elementos constituintes que fazem parte da memória da Revolução Farroupilha. Primeiro, foi rediscutir a memória da Revolução Farroupilha dentro do meio acadêmico, em segundo lugar, foi à possibilidade de levar o ciclo de palestras para fora do ambiente acadêmico, podendo discuti-lo e apresentá-lo para pessoas ligadas aos centros de tradições gaúchas. Pode-se dizer que o ponto chave desse ciclo de palestras, foi a possibilidade de reunir um grupo de intelectuais acadêmicos, da área da história num debate reflexivo sobre as diferentes maneiras do uso da memória farroupilha pelas elites do estado na construção da identidade sul-rio-grandense, levando a discussão para fora da academia.

Na minha abordagem, nesse ciclo de palestras delimitei meu tema ao objeto de pesquisa que foi tema de minha dissertação de mestrado, sobre o monumento a Bento Gonçalves da Silva, inaugurado em Porto Alegre por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha. Por meio da análise desse monumento, meu objetivo foi trazer para o debate as reflexões sobre o sentido de se construir monumentos intencionais e suas apropriações políticas pelas elites que lhes atribuem sentido fazendo da obra de arte instrumento político. Sobre o monumento intencional no sentido de o mesmo servir de polo de integração José Guilherme Abreu afirma sobre tal conceito que:

Por integração, deve entender-se, a ideia de aclamação, ou seja, o sentido de uma incorporação e de um chamar a si. (...). A aclamação assume, integrando. (...), funcionando como lugar de memória, o monumento-pólo revelar o sentido de sua natureza e da sua ontologia, da sua história e da sua memória, desempenhando nessa atribuição um papel decisivo, senão determinante, a análise da recepção, das interações e dos vínculos que o mesmo estabelece juntamente com o público (ABREU, 2005, p.224-224).

E nesse sentido também o monumento a Bento Gonçalves carregava as intenções daquela elite política, de servir de polo de integração e interação com seu público, servindo de lugar de memória. Um lugar de memória para a representação e manipulação para uma comemoração que tinha por propósitos, de, por meio do imaginário, criar sua “comunidade imaginada”. Sendo assim, o monumento a Bento Gonçalves, representando o principal expoente da Revolução Farroupilha seria um elemento com capacidade de servir como lugar de memória por criar as condições de evocação da memória. Por lugar de memória Pierre Nora sugere que a eficácia dos lugares de memória reside no fato dos mesmos terem a necessidade de serem criados.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora.

Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis (NORA, 1981, p.13).

Assim, por meio dos cerimoniais que envolvem os monumentos intencionais, como o de Bento Gonçalves em Porto Alegre, lhe dando as condições de se configurar como lugar de memória, também serve como materialização das narrativas em torno de uma memória que possibilita que tais rememorações sejam elementos que tencionem a sociedade para seu próprio entendimento enquanto comunidade imaginada, e no caso em questão imaginada como herdeira dos elementos constitutivos da memória da Revolução Farroupilha. Sobre o conceito de comunidades imaginadas Benedict Anderson afirma:

(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem se quer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32).

E, é nesse sentido que se deve estabelecer uma reflexão sobre o uso da memória da Revolução Farroupilha como objeto que proporciona a comunhão imaginada entre esse passado e a identidade sul-rio-grandense pretendida pelas elites. Nesse sentido, o imaginário do gaúcho ligado a Revolução Farroupilha estabelece uma ligação pelos discursos, símbolos e cerimônias que fazem com que os indivíduos busquem se reconhecer como portadores de supostos códigos comuns com os quais imagina sua comunidade como algo possível.

Analisar o processo de construção do monumento a Bento Gonçalves da Silva e sua inauguração em 1935, é poder refletir sobre a forma que aquela elite levou para a praça pública os elementos que selecionou, considerando o que seria pertinente lembrar e o que seria de bom grado esquecer. Dessa forma, para pensar o monumento, é preciso compreendê-lo não como um objeto por ele mesmo, mas como uma obra de arte levada ao espaço público ocupando seu lugar no espaço, dialogando com o seu entorno.² Assim é possível entender que a intenção do monumento é política, feita para transmitir seus códigos de memória se configurando como lugar de memória.

Por isso, para compreender os motivos que levaram os homens da elite daquele período no governo do estado do Rio Grande do Sul a erguerem um monumento ao “herói” farroupilha é preciso estabelecer certos pontos de reflexão: Por que se construiu o monumento? Que elite se apropriou da memória farroupilha? Que perspectivas de representações tinham tais elites para a produção do monumento? Para quem foi intencionado o monumento? Quem foi o sujeito Bento Gonçalves, e como foi representado?

Naquele contexto, dos anos 1930, em que ocupando a cadeira da presidência da República estava o gaúcho Getúlio Vargas, e no governo do estado do Rio Grande do Sul, o general Flores da Cunha, a disputa pela memória farroupilha evidenciava que essa memória estava baseada em contextualizar a Revolução Farroupilha como uma revolução que foi feita com propósitos de lutar pela implantação da república em solo brasileiro. Portanto, a intenção dos intelectuais e po-

2 De acordo com Fernando Catroga: “Toda via o elo entre monumento e memória não pode ser visto em termos exclusivamente eruditos; ele também convida a relacionar as dimensões espaço-temporais que ambos os conceitos conotam. E se todo monumento é traço do passado, a sua leitura só será ressuscitadora de memória, se não se confinar à perspectiva gnosiológica (...) e se for ditada pela afectividade e pela comunhão ritual” (CATROGA, In: PESAVENTO, 2001, p. 49).

líticos no contexto de 1935 era criar um imaginário de brasilidade da Revolução Farroupilha, em detrimento da ideia de separatismo associado à mesma. Nesse sentido, a própria historiografia sul-rio-grandense encontrava divisões teóricas entre seus intelectuais, que historicamente conhecemos por historiografia de matriz lusa e historiografia de matriz platina. No entanto, no ano de 1935, se comemoraria os cinco anos da Revolução de 1930, e os políticos e militares viram sentido em representar para o Brasil uma Revolução Farroupilha “abrasileirada”. Assim, encontraram a possibilidade de tanto insinuar, como afirmar comparações entre os farroupilhas do século XIX com os homens que criaram a Revolução de 1930, alimentando o imaginário de um “Rio Grande de pé pelo Brasil”.³

O discurso teórico e sua culminância na materialização da arte em Praça Pública

O monumento intencional colocado em praça pública é fruto dos debates e discursos de uma elite política que nomeia seus “heróis”, seus vultos e símbolos de significância para a memória que tais grupos pretendem construir suas representações, elementos que tem a capacidade de servirem de instrumentos para a formação de uma memória coletiva. De certa forma, quando se observa um monumento exposto em praça pública, pode se estar diante da materialização dos discursos políticos que foram apropriados pelas elites. O caso do monumento a Bento Gonçalves em Porto Alegre foi um desses casos em que os planos teóricos e as perspectivas de intelectuais e políticos que se compreendiam como continuadores dos propósitos dos farroupilhas foram num segundo momento – do centenário da Revolução Farroupilha – apropriada pelo governo do estado e usada em proveito próprio materializando

3 Frase que aparecia com frequência nos discursos de Flores da Cunha no Jornal da Manhã, quando lembrava o levante do Rio Grande do Sul contra o centro do país na Revolução de 1930.

como um lugar de memória o “herói” farroupilha Bento Gonçalves da Silva.

Em 1935, para o centenário da Revolução Farroupilha, o governo do estado pode contar com os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e outros ligados a imprensa, principalmente o Jornal da Manhã que como apoio intelectual organizaram as narrativas na imprensa e no Primeiro Congresso de História e Geografia do Rio Grande do Sul, em comemoração ao Centenário da Revolução Farroupilha. E foi no contexto desse congresso que a memória de Bento Gonçalves foi articulada de forma a ser o vulto Bento Gonçalves rememorado como estereótipo do gaúcho sul-rio-grandense dentro de uma perspectiva historiográfica de matriz lusa, que tratava de diferenciar o gaúcho do estado sulino do *gaucho* da Região do Prata. Desse jeito, o discurso dos intelectuais sul-rio-grandenses dentro do IHGRGS procurou alinhar a ideia da brasilidade do gaúcho farroupilha, contrariando a escrita dos intelectuais que associavam a Revolução Farroupilha aos princípios platinos.

O importante é refletir o quanto esse discurso de brasilidade da Revolução Farroupilha, legitimado pelos intelectuais do IHGRGS, encontrou respaldo nas representações que o governo do estado pretendia fazer entre o general Flores da Cunha e, mesmo separados por um século, do então general Bento Gonçalves. Mas, também é significativo perceber como essas narrativas circularam pela imprensa, pois dessa forma é possível dizer que antecedendo o monumento a Bento Gonçalves criou-se, por meio da intensa atividade intelectual, um lastro de memória que alcançava o público intelectual, por meio do IHGRGS, e o público mais diversificado, por meio da imprensa. Nesse sentido, é possível compreender que o monumento como arte pública consumava o trabalho de memória promovida por uma elite para ser difundida como memória coletiva naquele contexto comemorativo do ano de 1935.

Entre os textos que analisei, trago um exame do discurso de abertura do I Congresso de História e Geografia, do Presidente Leonardo Macedônia, publicado no Jornal da Manhã, para perceber como o presidente do IHGRGS se posicionava em relação à significância do trabalho que realizavam seus pares. De acordo com Macedônia:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizando hoje a sessão de abertura do Congresso com que contribui para o maior brilho da comemoração do 1º Centenário da Revolução Farroupilha.

Promovendo a reunião desse Congresso desejou o instituto fazer uma pública e cabal demonstração do interesse de que são investidos, meditados e apurados em terras rio-grandenses os fatos e episódios do glorioso decênio revolucionário, e o amor e o carinho com que nossos homens, estudiosos da história desse nosso amado rincão, cultuam a memória dos nossos antepassados, atores do formidável movimento revolucionário, que, pelos feitos e obras valorosas, então realizadas, se vão da lei da morte libertando.

Nesse instante, e diante do magnífico espetáculo desta sessão, assistida pela fina flor da intelectualidade patrícia, o Instituto experimenta legítima satisfação, e sente bem recompensado o trabalho realizado para a instalação deste congresso (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Por esse aspecto, a história era vista como instrumento de legitimação do passado, com capacidade de liberar da morte os “homens de 35”, num trabalho de memorização com capacidade de elaborar narrativas que externavam a exaltação dos “heróis”. Nesse sentido, os intelectuais daquela época estavam usando metodologias da época para fazer história aos moldes do que entendiam por preservação daquela memória.

Antes da crítica por ela mesma, o fato aqui é procurar compreender como se articulava a forma de conduzir os estudos de história e como essa estava sendo usada de forma política. A maneira como esses intelectuais interpretavam a Revolução Farroupilha, ela seria, também, entendida pelas elites e mesmo aceita como “verdade” dos fatos. Macedônia ainda em sua narrativa afirmou:

Meus senhores. A revolução Farroupilha estalou em 20 de setembro de 1835, para reivindicar direitos e liberdades do povo rio-grandense, maltratado pelo Governo do Brasil, que somente se lembrava da província meridional, o Rio Grande do Sul, para a cobrança de impostos, e quando era necessário o apelo a seus filhos para a defesa, pelas armas, dos interesses do Império (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

A narrativa de Macedônia já trazia as ideias de brasilidade da Revolução Farroupilha, que mantinham seus homens mobilizados contra o inimigo da fronteira, o platino, em detrimento de uma província assolada pelos impostos cobrados pelo governo do Brasil. Essa narrativa encontraria eco por todo o tempo das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, entre políticos e intelectuais, e seria ela também portadora do discurso de “brasilidade e heroicidade” tão reivindicados pelas elites de 1935, que se compreendiam como continuadores da causa de 1835. E sobre a brasilidade da Revolução Farroupilha, a narrativa de Macedônia concluía:

O fato, contestado durante certo tempo, hoje não sofre contradita, graças aos pacientes trabalhos de investigação e de análise dos documentos que servem de amparo aos estudos magníficos, e decisivos, de Canabarro Reichardt, no magnífico livro de Bento Gonçalves, de Aurélio Porto, o grande sabedor da história da vida do Rio Grande,

nos opulentos trabalhos em torno do Processo dos Farrapos, e do nosso estimado Souza Docca, em maravilhosa dissertação sobre o Sentido Brasileiro da Revolução Farroupilha (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1935, p.10).

Os fatos comemorados sobre a Revolução Farroupilha, de acordo com a narrativa, não eram mais contestados porque justamente o congresso era direcionado para a promoção da Revolução Farroupilha como uma revolução brasileira (RAMOS, 2015). Apesar disso, a própria obra citada por Macedônia, de autoria de Souza Docca era uma crítica ao historiador Alfredo Varela sobre sua tese a respeito dos motivos separatistas da Revolução Farroupilha. Então, a *“contradita da história”* tinha seus autores sendo colocados no “ostracismo” da história rio-grandense produzida naquele momento, mesmo Alfredo Varela tendo produzido a História da Grande Revolução, segundo o próprio Docca, com o aval do IHGRGS (DOCCA, 1935). Isso, porque a questão do contexto do centenário da Revolução Farroupilha era “provar” a brasilidade da revolução e de seus líderes. Um dos textos que salientam a necessidade do *“corte no umbigo da lenda”*, foi o texto de J. Egon Prates. Com sua tese: *“O Trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835”*.

Raríssimos são os que estão a par da história e da finalidade no aludido movimento.

Tirantes estes, que se dedicam à pesquisa, ao estudo desapaixonado, o resto, a grande massa, ignora ainda essa página brilhante da história nacional, esse gesto máximo de brasilidade, aceitando o movimento de 1835 tal qual “El cuento” oficial de cem anos atrás.

Perdura, pois, no espírito do povo, o velhíssimo e claudicante truque do qual, em desespero de causa, lançou mão o governo de então, para afastar ou, mais acertado, para jogar contra os sul-rio-grandenses o resto do país: – a separação

violenta, a desintegração da comunhão nacional com o auxílio estrangeiro e, finalmente, o repúdio aos demais brasileiros (PRATES, 1936, p. 17).

Remover o “*umbigo da lenda*”, mais do que tratar de questionar os pontos de vista contrários ao do contexto de 1935, pretendia criar outra roupagem que contradizia os discursos de historiadores que pretendessem sustentar a tese do separatismo dos farroupilhas. Para aquele contexto, o objetivo dos intelectuais em questão era preparar o terreno para a materialização das rememorações que estavam em andamento e sobretudo as expectativas da elite sul-rio-grandense nas comemorações.⁴ Outro intelectual que apresentou seu texto no congresso foi Luiz Fernando Osório, “*A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos*”.

Foi límpida a honestidade dos homens de 35 cujos principais chefes entraram para a revolução abastados e saíram paupérrimos. Bento Gonçalves e João Antônio “morreram na miséria, cercados de respeito e de bênçãos”! Neto e Canabarro foram mais tarde ricos, porém, – a custa do seu trabalho. O primo chefe do novel Estado, Vasconcelos Jardim, evangélica figura, outrora abastado proprietário, acabou quase reduzido à penúria, e, por seu devotamento à causa, lhe

4 Ainda segundo Prates: Hercúleo será o trabalho de propaganda para desfazer a lenda. E, se não houver muito esforço, muita constância, muita tenacidade, por parte do Rio Grande e de seus dirigentes, o nacional continuará, para o futuro, na mesma ignorância, **preso ao umbigo da lenda**, olhando sempre com desconfiança o sulista, uma vez que, pelos processos super técnicos, ultramodernos, etc., o estudo da “História do Brasil” – acompanha o mil réis na queda, foi mais vertiginoso e foi mais além – caiu completamente, desaparecendo dos estabelecimentos de ensino. E, em seu lugar, surgiu a “História da Civilização”, nas páginas do qual o Brasil, perdido, “deitado eternamente” aguarda impassível, no dolce far niente, que um outro “almirante” Pedro Álvares, também perdido, o venha descobrir por acaso” (PRATES, 1936, p.17-18).

decretou o governo uma mesada de 30 mil réis (OSÓRIO 1936, p. 54).

No texto fica evidente o trabalho de memória idealizado por esses historiadores, determinando: um gaúcho, o que seria um modelo de sujeito idôneo aos olhos dos brasileiros: um gaúcho que pertence à nação. Na citação acima, Bento Gonçalves aparece representado como “*mártir*”, pelo fato de ter abdicado de sua riqueza em nome da causa do “*povo*” rio-grandense. Bento Gonçalves era idealizado como republicano representado como precursor das gerações de 1935. Isso, justamente para poderem construir suas comparações, com a intenção de justificar as ações dos homens no presente como representantes daqueles farrapos, interferindo na construção da identidade sul-rio-grandense pela manutenção da memória no contexto de 1935.

E o próprio Bento Gonçalves, o campeador máximo e a figura central da epopeia nacionalista de 35, apelaria para a justiça da longínqua posteridade, quando exclamara profeticamente: – ‘Ah! Nem eu nem os rio-grandenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. Tempo virá, talvez, em que por fatos possa convencer-vos desta verdade (OSÓRIO, 1936, p. 76).

Sobre Bento Gonçalves, outro intelectual ligado ao IHGRGS, apresentou seu texto no congresso, heroizando a imagem de Bento Gonçalves, com o título: “*Formação do Rio Grande do Sul: Resenha Histórica*”.

A ideia de federação, que vinha trabalhando o espírito público desde muito, tornou-se, nesse momento, o móvel decisivo para as aspirações rio-grandenses. Bento Gonçalves da Silva foi escolhido para chefe do importante movimento. Patriota inexecedível, guerreiro famoso, experi-

mentado cerca de trinta anos de campanhas sucessivas, cidadão venerado como nenhum outro em toda extensão da província, pela austeridade de suas virtudes e pelo notável vigor do seu civismo, a ele cabia, realmente, empunhar a espada de general em chefe que deveria guiar o Rio Grande do Sul em uma jornada tão magna e tão solene (MAIA, 1936, p. 76).

A narrativa de Maia, junto de seus pares encontrou eco na imprensa, e coube também à imprensa diretamente, e aqui me refiro ao Jornal da Manhã, realizar as comparações entre o general Flores da Cunha e o general Bento Gonçalves. Cícero Trindade escrevendo para o Jornal da Manhã fazia alusão a “abnegação dos heróis de 35” e a importância das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha.

Não obstante, sob o aspecto racial, político, sentimental ou ideológico, nenhuma das homenagens previstas será tão apropriada àquela efeméride, como a que decorrerá da apresentação da candidatura do General Flores da Cunha à próxima presidência constitucional do Rio Grande do Sul; pois não poderá conceber, sem evocar o histórico esplendor da altivez farroupilha, que, a 20 de setembro de 1935, estivesse à frente dos destinos do nosso Estado, outra mentalidade que não a de um autêntico Bento Gonçalves (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p. 04).

A comparação do historiador é importante para esse trabalho, pois se pode analisar a quem era dirigido o trabalho de memória sobre a representação de Bento Gonçalves, ou seja, quem estava sendo visto como a continuação política e militar do líder farroupilha.⁵ Dessa forma, podemos compre-

5 Quanto às comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves, movimento que revolve a memória da Revolução Farroupilha no ano de seu

ender a importância dada por aquela elite em se fundar um lugar de memória em que se constituiu o monumento a Bento Gonçalves. Na comparação entre Bento Gonçalves e Flores da Cunha, Trindade prosseguia:

E o invicto herói da Ponte do Ibirapuitan é, sem contradição, como alhures foi magistralmente, quem no ardor da peleja, no ímpeto do assalto na originalidade da tática, nos rasgos de cavaleirismo, no pronto esquecer e perdoar e na elegância moral das atitudes, generoso, aquele que melhor encarna as grandes virtudes guerreiras e cívicas do farrapo imortal (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p. 04).

O autor procurava fazer uma associação da vida de ambos os sujeitos relacionando suas trajetórias como militares e patriotas, em que Flores da Cunha “encarnava” todas as qualidades do “*imortal*” Bento Gonçalves. Bento Gonçalves era o “*herói da ponte da Azenha*” e, segundo os historiadores, havia revivido em Flores da Cunha, na Ponte do Ibirapuitan. Ao que parece, sob o ponto de vista dos intelectuais, era como se a história se repetisse devido à suposta linearidade, de forma que – fazendo referência a Pollak – propiciasse a compreensão dos sujeitos históricos naquele momento, como “personagens vividos por tabela”. Ainda, reiterava Trindade, sobre a relevância que teria a representação de Flores da Cunha estando à frente do governo do estado.

centenário, sustenta a ideia de Flores da Cunha ser herdeiro e continuador da obra de Bento Gonçalves. Em 1935, tal ideia foi, ao que parece, coerente com os propósitos daquela elite. Neste estudo, porém, foi analisada uma obra publicada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1998, para homenagear os parlamentares gaúchos, em que de acordo com essa fonte, Flores da Cunha descendia, por parte de pai, de um legalista que lutou na Revolução Farroupilha. De acordo com a fonte seu bisavô paterno, o Coronel José Antônio Martins havia lutado ao lado das forças legalistas do Império do Brasil (CUNHA, 1998).

Adivinha-se já que o General Flores da Cunha, em sua individualidade cintilante, revive Bento Gonçalves, ao assumir aquele posto de comando, haverá traduzido a homenagem mais significativa que poderíamos oferecer à memória dos heróis do 20 de setembro.

E é desse modo que deseja o Rio Grande comemorar o centenário de sua data máxima (JORNAL DA MANHÃ, 05 de setembro de 1934, p. 04).

Analisando a narrativa de Cícero Trindade é possível ver que também a imprensa apoiava e tinha uma narrativa semelhante a do IHGRGS, no seu congresso, como o intuito de aproximar as narrativas da memória da Revolução Farroupilha com a imagem dos políticos no presente, e a referência a Bento Gonçalves no presente era Flores da Cunha. Como foi possível analisar o jornal colocava lado a lado passado e presente, e uma imagem que passava aos seus leitores a capacidade de interpretar tal comparação de continuidade entre tempos distintos.



Comparação entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves.

Fonte: JORNAL DA MANHÃ, 20 de setembro de 1935, p. 06, (MCSHJC).

Mas a atitude de intelectuais e imprensa em estabelecer as comparações entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves não era uma tomada de decisão restrita ao meio intelectual. É possível refletir até que ponto essas comparações deram lastro para que o próprio Flores da Cunha aceitasse e trabalhasse para a divulgação dessas comparações. Esse fato tomou forma na inauguração de um obelisco inaugurado no bairro Belém Novo em Porto Alegre, em homenagem a Flores da Cunha.



Placa de Bronze do Monumento de Belém Novo.

Fonte: Alves. J, 2004, p.31.

Aqui, é importante tal análise, pois, considero que nesse ponto da crítica já se pode compreender que o discurso antes elaborado pela intelectualidade por meio do IHGRGS, e imprensa, quando apropriado pelo governo, já se materializava em praça pública. É possível então compreender que, para o projeto maior, que era a inauguração de um monumento equestre de Bento Gonçalves as referências entre Flores da Cunha e Bento Gonçalves já estavam lançadas. O monumento não era, por assim dizer, um elemento somente de representação no sentido atribuído por Roger Chartier de a repre-

sentificação do objeto ausente, mas um elemento, também, de comparação com o sujeito presente, suficientemente forte para servir de elemento de convicção para seus receptores, já que o próprio Flores da Cunha afirmava suas comparações com o “herói” farroupilha.

Se os discursos que se formaram anteriores ao monumento deram conta de criar um lastro teórico sobre as representações políticas entre a elite do PRL e a memória dos “heróis” farroupilhas, a inauguração do monumento, não seria diferente. Nesse sentido, procurei analisar a estética do monumento na representação das imagens que o mesmo potencialmente era portador, mas não pude deixar de trazer para a reflexão a maneira como no momento da inauguração, o monumento intencional foi apropriado aos discursos que estreitavam os laços temporais entre passado e presente.

O monumentum é um sinal do passado. O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar uma recordação. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) (LE GOFF, 2003, p. 526).

E talvez, seja por isso que o monumento, como marca do passado, é uma expressão clara do significado do lugar de memória, como definiu Pierre Nora (1981). Nora afirmou que esses lugares de memória são restos, que acabam surgindo pelo motivo de que não há uma memória espontânea. O monumento a Bento Gonçalves pode ser considerado também como uma expressão desse lugar, pela necessidade que seus idealizadores tinham de perpetuar para o presente uma recordação, e nada mais apropriado do que esse lugar de memória ser edificado em praça pública.

Busco assim, perceber como havia se dado o “rito” de recordação e fundação daquele lugar de memória. Para isso,

será analisado o discurso jornalístico e sua narrativa em torno de como se produziu, naquele dia 15 de janeiro de 1936, a consumação da memória da Revolução Farroupilha no bronze equestre de Bento Gonçalves. E perceber, assim, a função dupla daquele monumento de comemorar a Revolução Farroupilha, mas também possibilitar ao presente *“fazer uso da memória do morto”*.

De acordo com o jornal Correio do Povo, foi debaixo de uma torrencial chuva, que acabou por ofuscar o brilho do acontecimento, que se realizou a inauguração do monumento a Bento Gonçalves. Mas a tal chuva não impediu, segundo aquele, que uma expressiva massa de populares comparecesse ao ato (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10). Também o Jornal da Manhã deu cobertura para o acontecimento ressaltando os propósitos do ato inaugural do monumento.

Foi inaugurado ontem, defronte ao pórtico monumental da Exposição Farroupilha, o monumento de Bento Gonçalves, a figura legendaria da gloriosa revolução de 1835.

Foi prestada, assim, uma homenagem, que se perpetuará ao herói farrapo (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

A narrativa do jornal deixava clara a intenção de perpetuação de Bento Gonçalves como *“herói”*, tendo este, papel central na Revolução Farroupilha. Tal posicionamento avigora a ideia de que o monumento pode ter cumprido a função dúbia de preservar a memória do *“herói”*, mas também de servir de componente material para a memória da própria Revolução Farroupilha. O monumento seria o local de festividade na capital rio-grandense para o *“culto”* à revolução e os seus *“heróis”*, sobretudo pela representação do monumento diretamente ligado ao líder farroupilha diante do tema da *“brasilidade”* do gaúcho, em voga na década de 1930. Assim sendo, o Jornal da Manhã apresentava os agentes sociais participantes daquele ato inaugural.

À solenidade compareceu o mundo oficial e grande massa popular. Formaram o 1º Batalhão da Brigada, e um piquete do regimento presidencial. Entre os presentes, notamos: Gal. Flores da Cunha, Gal. Parga Rodrigues, Dr. Darcy Azambuja, Cel. Canabarro Cunha, Dr. Guerra Blessemam, Dr. Dario Crespo, Major Alberto Bins, Dr. Mário de Oliveira, desembargador André da Rocha, além de altas autoridades civis e militares (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

Observa-se, num primeiro momento, o envolvimento dos agentes na inauguração do lugar de memória. Em primeiro plano, a presença da cavalaria da Brigada Militar, prestando homenagem ao general farroupilha, poderia evidenciar o regionalismo atribuído ao evento. Entretanto, isso também pode ser analisado como uma maneira de estreitar os laços temporais pelo simbolismo de ter aos pés do monumento a cavalaria. Todavia, apesar de o presidente Getúlio Vargas não comparecer para a solenidade – como já foi mencionado –, o Correio do Povo (16 de janeiro de 1936) explicava que o general Parga Rodrigues era o representante da 3ª Região Militar, e o Jornal da Manhã (16 de janeiro de 1936) reforçava que estes estavam representados por um piquete – cavalaria – do Regimento Presidencial. Observam-se assim, elementos que davam um aspecto regional militar ao ato de inauguração do monumento, mas também elementos que davam aspecto brasileiro.

Verificou-se ainda a presença de autoridades político-militares, como o general Flores da Cunha, então governador do estado, assim como o prefeito da cidade, o major Alberto Bins, ambos também partidários do PRL. Sobre a solenidade, acrescentou o Jornal da Manhã:

Saindo do salão da recepção do pórtico monumental da Exposição, dirigiram-se as altas autoridades para o local em que se ergue o mo-

numento. Ali chegados, o Gal. Flores da Cunha e o Major Alberto Bins desceram as cortinas que ocultavam a estátua de Bento Gonçalves, sendo esse ato saudado por uma salva de palmas (JORNAL DA MANHÃ, 16 de janeiro de 1936, p. 06).

A importância de analisar os aspectos referentes à cerimônia está em entender o papel que cada agente tomou naquele episódio, de como cada personalidade teve participação naquele trabalho de memória organizadamente, pois como já foi analisado, o planejamento do monumento é obra do PRL, e Flores da Cunha era venerado como “o verdadeiro Bento Gonçalves”. Então, esse ato se revestiu de simbolismo, motivo pelo qual se pode supor que Flores da Cunha inaugurava um lugar de memória em que ele mesmo era de certa forma elemento do presente. Por outro lado, a análise do Correio do Povo salientou que não havia sido junto com o Major Alberto Bins que Flores da Cunha descerrara as cortinas do monumento – o que poderia dar todo um aspecto regional para o evento. O Correio do Povo especificava que, na inauguração do monumento.

Quando o governador e as altas autoridades civis e militares se encontravam já ao pé do monumento, o major Alberto Bins convidou os generais Flores da Cunha e Parga Rodrigues, para puxarem as cordas, a fim de descobrir a estátua, que estava coberta com a bandeira nacional e rio-grandense.

Reboou, então, uma salva de palmas. As forças da Brigada Militar, que, como acima dissemos, formavam um círculo ao redor da estátua, prestaram, então, continências, ao som do hino rio-grandense (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

O Correio do Povo mostrou a suposta conexão cerimonial com aspectos da brasilidade do evento. A narrativa salientou que estavam à frente do ato inaugural o general e governador Flores da Cunha e o representante da 3ª Região Militar do Exército Brasileiro, o general Parga Rodrigues, porém, o regionalismo veio à tona novamente, quando estes descerravam as cortinas que envolviam o monumento, pois o ato era acompanhado pelo som do hino rio-grandense, ou seja, o Hino Farroupilha, que havia pertencido à *República de Piratini*.⁶ Assim, o Correio do Povo dizia que estava, por parte das autoridades presentes, inaugurado o monumento:

Que é um magnífico trabalho do escultor Antonio Caringi. A estátua equestre descansa sobre um pedestal de granito dos arredores da capital. Nas faces laterais, há também baixos relevos, simbolizando cargas de cavalaria rio-grandense. Na frente, há apenas os dizeres: “Bento Gonçalves – 1835” e, na parte posterior, três frases artisticamente trabalhadas.

No centro, há outra, com esta dedicatória: “Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835, sendo governador do Estado o general José Antonio Flores da Cunha, e prefeito de Porto Alegre o major Alberto Bins, e a obra do escultor Antonio

6 As questões simbólicas que envolvem as apropriações da memória farroupilha associaram outros elementos à inauguração do monumento que foram sendo convencionados e que hoje fazem parte do imaginário rio-grandense sobre a Revolução Farroupilha. “É significativo que hoje a sede da Assembleia Legislativa do Estado seja denominada Palácio Farroupilha e que a sede do Governo Estadual, que fica ao seu lado, se chame Palácio Piratini, evocando a localidade que foi sede da República Rio-Grandense. De fato, a Revolução Farroupilha incorporou-se à simbologia sul-rio-grandense, sendo rememorada e ritualizada anualmente através de uma semana que leva seu nome e que culmina com o feriado estadual de vinte de setembro, no qual há grandes desfiles realizados por tropas da Brigada Estadual e pelos Centros de Tradições Gaúchas. (OLIVEN, In: TARGA, 1998, p. 307).

Caringi – 20-9-935”.

Finalmente, a última das placas tem estas palavras: “A guarnição do couraçado “Rio Grande do Sul”, ao povo gaúcho, simbolizando o seu grande herói farroupilha – Porto Alegre, 20-9-935” (CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10).

A estátua era decorada por vários elementos que completavam e se ajustavam a construção do lugar de memória cada qual, com uma espécie de apropriação e reivindicação. Era relembrada a participação de Antonio Caringi no trabalho, mostrando os relevos que ornavam o monumento com motivos regionais, com figuras que relembravam os farrapos que contrastavam com o general em farda imperial, sem um vínculo, à primeira vista, com elementos que remetessem ao regional. Contrastando o nacional e o regional, apareceu às homenagens de diferentes seguimentos como a prefeitura de Porto Alegre, a grande promotora do evento, que reafirmava a dedicatória aos “heróis” farroupilhas, mas agregava a estes os nomes de Alberto Bins e Flores da Cunha, que estavam à frente do governo da capital e do estado, e também o nome de Caringi como autor da obra.



Flores da Cunha descobrindo o monumento

Fonte: CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10. Arquivo do Correio do Povo.

No entanto, em se tratando de um monumento equestre revestido de toda uma simbologia ligada ao Rio Grande do Sul, é importante ressaltar os significados que este possa remeter após sua inauguração. Dito de outra forma cabe analisar os aspectos que aproximam ou distanciam o monumento dos elementos regionais e nacionais. Para isso, precisa-se observar detalhadamente o monumento.



Vista frontal do monumento no lugar “definitivo”.

Fonte: Antonio Caringi Escultor dos Pampas – Assis Brasil 2008 –
fotografia Paulo Gomes

Primeiramente, tem-se um monumento equestre onde o general Bento Gonçalves foi retratado como um oficial do exército imperial, com botas militares e um fardão, que lembra os soldados do Império do Brasil. Assim sendo, a escultura representando Bento Gonçalves não condizia nada com a ideia de gaúcho mostrado no croqui da Secretaria de Obras de Porto Alegre. O Bento Gonçalves representado no croqui

vestia pala e chapéu, além disso, era como Caringi – em entrevista citada anteriormente – dizia que iria representar o gaúcho.⁷ Conforme o escultor, a indumentária rio-grandense era o que definiria o sentido do monumento, tratando das coisas da terra. Caringi ainda fazia referência ao chapéu como indispensável para representar o cavaleiro sulino, mas, no entanto, não caracterizou Bento Gonçalves com essa peça fundamental para o cavaleiro.

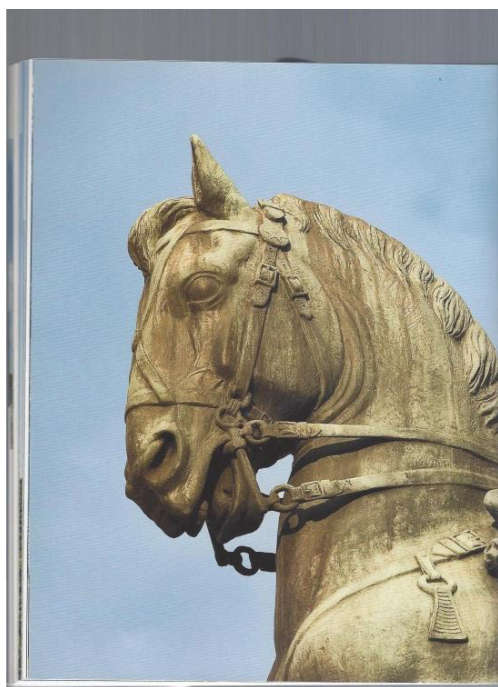
A forma como Bento Gonçalves de Caringi é concebido, como o artista o havia idealizado à época do concurso: devendo parecer que estava entrando em Porto Alegre. A representação do monumento tenta passar a ideia de um homem sereno, em posição de marcha, e não de ataque, podendo a espada ainda que desembainhada, estar abaixada representando mais o sentido de justiça do que de agressão ao entrar na cidade, pois o monumento, relacionado ao discurso que se pretendia para o centenário, não poderia representar a discórdia, mas sim a comunhão dos gaúchos no seio da nação.

O cavalo é representado em movimento de passo, porém sofrendo a rédea curta pelo cavaleiro, o que pode sugerir que este tem o controle da situação, embora o cavalo encontrar-se com a boca aberta sugerindo assim sinais de reação. “Bento”, com os punhos compactos, mantém o controle do animal que atende a suas ordens. Sendo Bento Gonçalves o líder da Revolução Farroupilha, ele era concebido por essa analogia como o arquétipo de gaúcho que havia lutado pela pátria sem perder o rumo, seguindo firme nos ideais propostos para 1835. Tratava-se de um modelo que atendia aos interesses daqueles que se diziam herdeiros de Bento Gonçalves. Além de Bento Gonçalves ser representado no monumento como aquele que havia tomado as rédeas da situação, a forma como no monumento este estava representado, com os pés no estribo, pode sugerir aquilo que o discurso historiográfico já pretendia representar: o daquele homem que, por dez anos, esteve firme à

7 Elemento que levantei na minha dissertação.

frente da Revolução Farroupilha. Da mesma forma, a firmeza do cavaleiro no monumento sugere isso.

Outra característica a ser repensada é que a farda de Bento Gonçalves não lembra a indumentária do gaúcho, também os arreios do cavalo não lembram a montaria do gaúcho. O pelego de ovelha dera lugar à sela, característica da cavalaria do exército, assim como o eram a “peitera”, as rédeas e a cabeçada de couro chato com fivelas, que contrariam o uso dos costumeiros “aperos” trançados do sul rio-grandense.



Detalhe da cabeça do cavalo do monumento

Fonte: Antonio Caringi Escultor dos Pampas – Assis Brasil 2008 –
fotografia Paulo Gomes.

No monumento o cavalo foi representado, como já foi dito, com as rédeas bem firmes, de forma que o mesmo, quase encosta o queixo no pescoço. Isso pode, num duplo sentido, simular a força e a tenacidade de Bento Gonçalves conduzindo ao ideal federativo e republicano, de acordo com o dis-

curso do centenário da Revolução Farroupilha, pois o cavalo reage ao freio exigindo destreza e pulso firme do cavaleiro, que, mesmo assim, foi representado com as esporas distantes da barriga do animal o que pode ser relacionado à destreza e habilidade de “Bento”, que comandava em absoluto o cavalo. Bento Gonçalves, por essas características representativas, poderia ser imaginado como aquele que, da mesma forma, podia sujeitar as circunstâncias dos fatos em nome dos interesses do Rio Grande em detrimento das opressões do centro do Império.

O monumento a Bento Gonçalves, assim como a maioria dos monumentos equestres, traz a representação de um cavalo macho.⁸ Esse lance para a época do centenário tem um aspecto peculiar na representação do gaúcho. O cavalo, representado dessa forma, além de remeter à masculinidade do homem dentro daquele passado em que era exaltada a virilidade do gaúcho, também completa o sentido atribuído ao “centauro das coxilhas”, ainda mais numa sociedade machista – tanto a de 1835 como a de 1935 –, pois o centauro é a fusão mitológica do homem e do cavalo. Então, na representação do monumento, fez-se necessária essa representação de Bento Gonçalves montado em um garanhão.

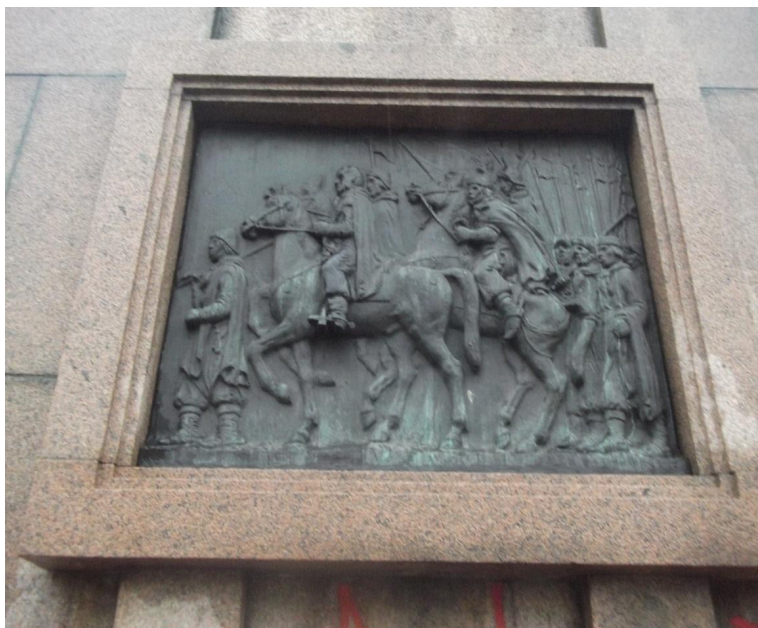
Bento Gonçalves é o fundamental – mas não é o único – representado no monumento: os relevos do monumento completam a homenagem aos demais personagens da Revolução Farroupilha. Ainda que à época, não tivesse sido confirmado o fato de Bento Gonçalves ter entrado em Porto Alegre, pela Azenha, à frente de suas tropas, ao menos o monumento tinha o propósito de representar tal acontecimento. O Jornal da Manhã, em 30 de novembro de 1935, noticiava que os altos relevos eram denominados “*os centauros de 35*”. O noticiário do Jornal da Manhã de 8 de novembro de 1934 explicava os personagens representados nos relevos:

8 O cavalo macho, também conhecido pelo termo bagual, no vocabulário dos tradicionalistas sul-rio-grandense.

Na ala direita, em relevo, está gravada a figura do presidente Gomes Jardim, com seus trajes civis de 1835, passando em revista os lanceiros gaúchos.

Na outra parte, vê-se o general Onofre Pires, entrando em Porto Alegre, a cavalo (JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p. 09).

Observa-se, deste modo, que os relevos representavam a entrada dos farroupilhas em Porto Alegre, na tomada da Ponte da Azenha. Analisando com o distanciamento do historiador, parece contraditória a complementação desses altos-relevos que retratam a tomada de Porto Alegre, da cidade que comemorava o centenário da Revolução Farroupilha, mas claro, que, dentro da ótica daquela comemoração, não entrava em pauta o questionamento sobre a divisão dos gaúchos à época da Revolução. Abaixo a imagem dos altos-relevos pode dar uma amostra do trabalho de Antonio Caringi.



Relevo posto a esquerda do monumento a Bento Gonçalves.

Fonte: Arquivo pessoal, fotografada em 06/12/2010.



Relevo posto a direita do monumento a Bento Gonçalves.

Fonte: Arquivo pessoal, fotografada em 06/12/2010.

Os relevos podem remeter à parte que mostra o aspecto regional da Revolução Farroupilha, visto que trazem aspectos do simbolismo regional. Aqui, sim, Caringi retrata os aspectos que ele dizia faltarem no “Bento Gonçalves” de Leão Veloso. Antonio Caringi retrata a tropa de lanceiros a cavalo trazendo, junto aos cavalos, o laço, peça fundamental na representação do gaúcho, amarrado nos tentos. O laço é instrumento de trabalho dos peões caracterizando a origem dos soldados da Revolução Farroupilha. Também os chapéus, os lenços e os ponchos contribuem para que se percebam os aspectos do regionalismo nos relevos que lembram os gaúchos em trajes civis. As botas de campo, consideradas, por Spalding, um erro no monumento a Bento Gonçalves, foram trazidas por Caringi para os relevos para representar o gaúcho. Porém, num olhar mais atento, percebe-se que os ordenanças estão representados de botas de campo convencionais, usadas pelos patrões. Já os gaúchos a pé estão usando botas características dos peões sul-rio-grandenses, as botas “garrão de potro”, feitas das “garras” dos cavalos que morriam.

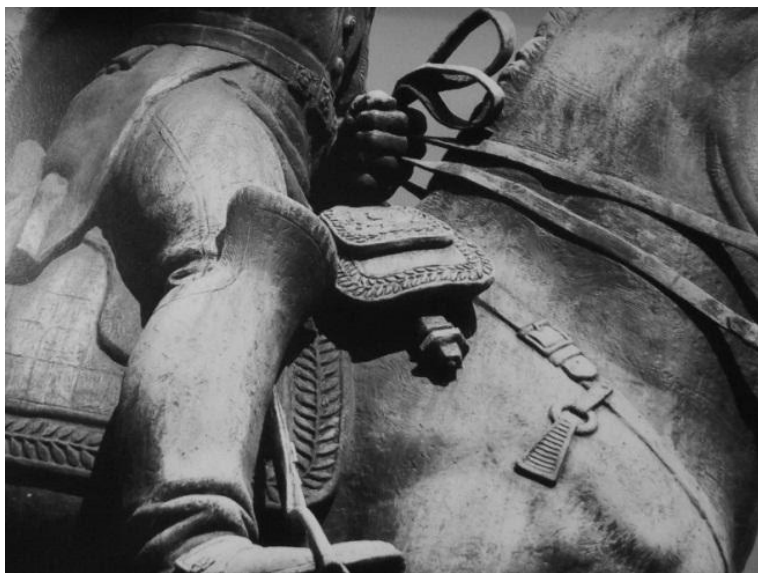
Os cavalos agitados, representados nos relevos podem evidenciar a intenção de Antonio Caringi de idealizar as tropas em movimento, avançando, diferentemente do cavalo de Bento Gonçalves, que foi representado andando a passo. Nesse sentido, é possível interpretar por ângulos diferentes a postura de Bento Gonçalves e dos seus confrades representados nos relevos. Eles mostram, por um lado, a serenidade e a tenacidade do líder farroupilha, como aquele que traz a proposta de unidade de justiça entrando na capital rio-grandense. Já os altos-relevos pretendem, ao que parece, lembrar a atitude de ataque e de luta pelos ideais dos farroupilhas. Essa leitura poderia ser de importância na conjuntura de 1935, para os idealizadores do monumento, que se reconheciam como herdeiros daquele sistema político militar, que entendiam que aquela era uma representação do sentido dado por eles ao gaúcho. O monumento, teria que ser um instrumento que estivesse de acordo com o discurso de brasilidade dos rio-grandenses no ano do centenário da Revolução Farroupilha. Mas, analisando mais detalhadamente, é possível identificar as marcas do regionalismo na obra de Antonio Caringi.



Detalhe do arreo do cavalo – Brasão Farroupilha.

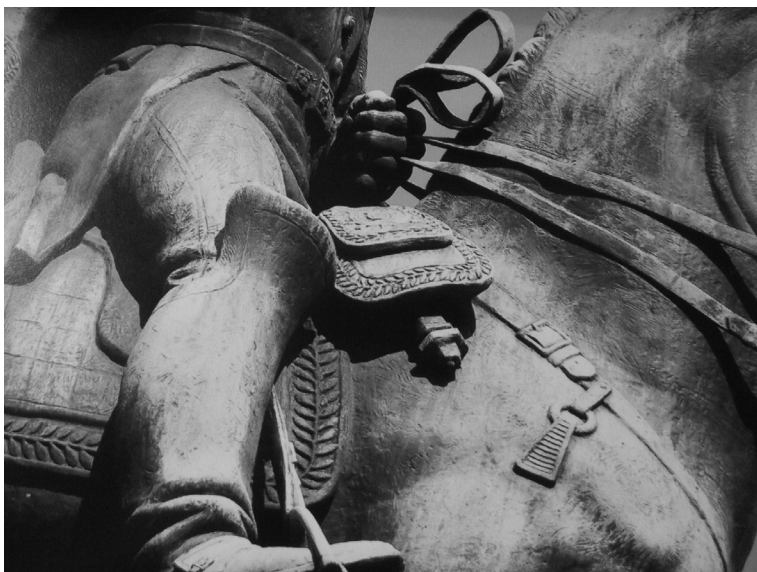
Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 – fotografia Paulo Gomes.

Na imagem acima se pode perceber, na carona do arreio do cavalo, num canto quase discreto, o brasão da República Rio-Grandense. É possível refletir que, se Bento Gonçalves está representado de farda militar, o “brasão republicano” pode atestar a vontade de lembrar a origem regional do general, ou mais do que isso, marcar com o “selo” do regionalismo a nacionalidade do gaúcho. O brasão é um brasão de armas; Bento Gonçalves, com a espada em punho, realça a ideia do militarismo da República Rio-Grandense. Também o brasão farroupilha aparece na “cabeça do arreio”, como é possível ver na próxima imagem.



Detalhe do brasão no arreio do cavalo.

Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 –
fotografia Paulo Gomes.



Detalhe aproximado do brasão.

Fonte: Antonio Caringi, Escultor dos Pampas – Assis Brasil, 2008 –
fotografia Paulo Gomes.

A imagem mostra o brasão na cabeça do arreio; por esse ângulo, é expressiva sua representação, quanto à ideia de relacionar Bento Gonçalves como principal líder da Revolução Farroupilha. O general é representado segurando firme a rédea, tendo, abaixo das mãos, de punho cerrado, a representação da República Rio-Grandense. O brasão está circundado por ramos que lembram oliveiras, que são reconhecidas como símbolo da vitória. Também é significativo o fato de a república vir representada na “cabeça do arreio”, pois é o local onde o cavaleiro sustenta seu corpo mantendo-se firme no cavalo. Simbolicamente, o brasão farroupilha pode ser lido como a sustentação do ideal republicano federativo de Bento Gonçalves. De outra forma, pode sugerir, numa analogia ao monarca das coxilhas, que aparece sentado no seu trono – o cavalo –, mas também sentado no “trono” da república Rio-Grandense. A imagem que segue pode mostrar a dimensão do espaço em que foi inserido o monumento a Bento Gonçalves na entrada da Exposição Farroupilha, mostrando a dimensão do pedestal no pórtico de entrada do evento.



O monumento no Parque Farroupilha.

Fonte: https://pt-br.facebook.com/.../Museu-de-Porto-Alegre...
acesso: 10/02/15.

O ângulo em que a fotografia acima foi produzida pode dar margem a interpretações diversas, dentre as quais, a de que o monumento representa Bento Gonçalves como indivíduo que esteve acima dos demais como líder principal da Revolução Farroupilha. Os relevos abaixo do monumento não pretendiam, suponha-se, mostrar a submissão dos outros militares a Bento Gonçalves, até porque estes eram estancieiros como ele. Contudo, a leitura que se pode fazer é de que os relevos dispostos abaixo do monumento representavam a base de sustentação do líder da Revolução Farroupilha, e da própria República Rio-Grandense. Pelos pressupostos acima apresentados, é que analisar o monumento a Bento Gonçalves no contexto de 1935, é poder trazer para o debate a crítica aos propósitos das elites em produzir a materialidade da memória e seu uso político, pensando na contribuição das imagens lançadas em praça pública para se constituírem como lugares de memória. Assim, também pensar como uma geração pode buscar na memória elementos que podem por meio da representação

de seus mortos, interferir na constituição de elementos que supostamente se ligam no presente, criando as possibilidades para que os agentes sociais se percebam compartilhadores de elementos de memória supostamente comuns. A análise desses elementos justifica a importância de se estudar, refletir e questionar a existência dessas comunidades imaginadas, sobretudo aqui no sul do Brasil.

Referências

ABREU, José Guilherme. **Arte Pública e Lugares de Memória**. Revista da Faculdade de Letras Ciência e Técnicas do Patrimônio. I Série. Vol. IV, pp. 215-234. Porto 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL, Luiz Antonio de Assis. **Antonio Caringi: O Escultor dos Pampas**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CATROGA, Fernando. **Memória e História**. In: PESANEVTO, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 2001).

DOCCA, Emilio Fernandes de Souza. **O Sentido Brasileiro Da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

RAMOS, Luciano Braga. **Um Lugar de Memória para a Revolução Farroupilha: A Construção do Monumento a Bento Gonçalves da Silva em Porto Alegre 1934-1936**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

MACEDÔNIA, Leonardo. **O discurso do Dr. Leonardo Macedônia**. Jornal da Manhã, Porto Alegre, 02 de outubro de 1935, p.10.

MAIA, João. **Formação do Rio Grande do Sul: Resenha Histórica**. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense IHGRGS. Comemorativo do Centenário

da Revolução Farroupilha. Vol. I. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

NORA, Pierre. **Entre História e Memória**: a problemática dos lugares. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, SP – Brasil, 1981.

PRATES, J. Egon D' Abreu. **O Trono da Grécia, a Casa de Bragança e a Revolução de 1835**. In: Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul Rio-Grandense Comemorativo do Centenário da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, Vol. II, 1936, p. 5-25.

Arquivo do Correio do Povo.

CORREIO DO POVO, 16 de janeiro de 1936, p. 10.

Museu de Comunicações Hipólito José da Costa (MCHJC)

JORNAL DA MANHÃ, 30 de novembro de 1935, p.09.

Outras Fontes

<https://pt-br.facebook.com/.../Museu-de-Porto-Alegre.../>
acesso: 10/02/15.

CAPÍTULO VII

TRAJETÓRIAS NEGRAS NA GUERRA CIVIL FARROUPILHA: AS EXPERIÊNCIAS DE JOSÉ MARIANNO DE MATTOS E JOAQUIM JOSÉ DE MENDANHA

Letícia Rosa Marques¹

Considerada um dos mais longos conflitos do Brasil Oitocentista, a Guerra dos Farrapos (1835-1845) permeou páginas importantes da historiografia, desvelando episódios e personagens deste que é um dos temas de grande relevância para a História do Rio Grande do Sul e do Brasil do século XIX. Entretanto, novos capítulos emergem e se tornam cada vez mais necessários, evidenciando uma Farroupilha para além de uma elite sulista “branca”, que por muitos anos foi rememorada e enaltecida ao longo de incontáveis linhas escritas sobre este conflito. Há uma Farroupilha que também foi construída por trajetórias de indivíduos negros, que atuaram em distintos espaços sociais durante o período oitocentista e que, ao serem estudadas, trazem para o horizonte desta temática novas e importantes reflexões a partir de suas origens, histórias e de seus espaços de atuação.²

Tendo como contexto um Brasil mestiço, no qual diferentes taxonomias eram utilizadas para caracterizar e definir

1 Doutora em História (PUCRS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). E-mail: leticiamarqueslm@yahoo.com.br.

2 Embora fazendo referência à participação de *negros, pardos e mulatos* em diferentes cargos no Brasil oitocentista, este texto em nenhum momento afirma que existiu uma intensa ou fácil ascensão social por parte desses indivíduos no século XIX, até mesmo porque, considerando as regras sociais vigentes, durante um longo período foi a eles designado um lugar subalterno nessa sociedade. O que apontamos é a presença de pequenos, mas possíveis, espaços de circulação, onde *poucos* personagens conseguiram se beneficiar, utilizando e acionando diferentes recursos para estarem em lugares vistos como intermediários ou até mesmo em altos postos para a época.

a população que o habitava e onde lugares considerados de destaque social eram privilégio de poucos, evidenciaremos, ao longo dessas páginas, alguns personagens desse Brasil Imperial.³ Ao destacarmos a importância do uso de trajetórias para a compreensão de um grupo e dos contextos em que estes se encontram inseridos, mas sem esquecer as peculiaridades que lhes são próprias, trazemos à luz as trajetórias do *mulato* José Marianno de Mattos e do *pardo* Joaquim José de Menda-nha, que nos permitem problematizar quem eram os indivíduos que poderiam ser considerados *negros*, *pardos* e *mulatos* na Farroupilha.⁴

Adentrando o Brasil Imperial e a Província de Rio Grande de São Pedro, entre soldados e ministros, entre músicos e maestros, buscamos, através de diferentes sujeitos históricos, apresentar aspectos de uma sociedade e de suas construções sociais, nas quais o significado/representação de *cor* poderia estar relacionado não apenas a uma referência cromática, mas a um *lugar social*.

Os *negros*, *pardos* e *mulatos* na República Rio-Grandense

O Brasil oitocentista traz em sua história algumas construções sociais que foram se enraizando ao longo do referido

3 Importante destacar que o Brasil, ao longo dos séculos, se caracterizou por também ser um espaço de mestiços. Para Larissa Viana (2007), a mestiçagem é um processo com poderosas conotações sociais, pois não se trata apenas de uma “mistura física ou cultural. Trata-se, antes, de um movimento hierárquico perpassado por relações de poder capazes de influenciar as relações cotidianas de indivíduos que viveram em sociedades escravistas nas quais esse movimento hierárquico ganhou alguma expressão em esferas da vida social” (VIANA, 2007, p. 42).

4 A opção por grifar categorias como: *pardo*, *mulato* e *negro* ao longo deste texto, tem como objetivo enfatizar que estas não se apresentam como definições universais, mas que são terminologias históricas, podendo variar os seus usos e significados de acordo com o contexto e espaço em que forem utilizadas.

século, designando os espaços que cada indivíduo deveria ocupar naquela sociedade. Envolto por uma profunda miscigenação, fruto do período colonial, no qual pessoas com epidermes diferentes se multiplicavam e categorias eram usadas para classificar e organizar hierarquicamente a população, nomenclaturas como *pardos*, *mulatos*, *morenos*, *negros*, entre outras, se fizeram presentes em documentações desta época, apontando a existência de múltiplas denominações, que, por vezes, diferenciavam personagens, por outras os associavam, indicando como a barreira que separava esses termos poderia ser sólida em alguns momentos, mas fluída em outros.⁵

Gabriel Aladrén (2010), ao analisar as categorias de cor e hierarquias sociais no Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do período colonial, evidencia a presença dos “designativos de cor como indicadores não apenas da tez e da naturalidade, mas também da própria condição social” (ALADRÉN, 2010, p. 134). Segundo Aladrén:

Em uma sociedade que se estruturava na escravidão e que associava preferencialmente a condição cativa à cor negra e a liberdade à cor branca, a existência de indivíduos e grupos sociais que mesclavam atributos a princípios típicos exclusivos de um ou outro extremo da hierarquia social (cor da pele negra e liberdade) engendrava a criação de lugares sociais mestiços (ALADRÉN, 2010, p. 128).

O autor, ao fundamentar-se nos Mapas de população na Capitania do Rio Grande de São Pedro, datados de 1798, 1802, 1807 e 1809, alerta que estes se apresentam como uma “linguagem oficial” do período, onde o espectro de designativos usados por esta sociedade poderia ser muito mais amplo

5 Roberto Guedes (2008) faz referência a algumas dessas transformações ao analisar os mapas e listas de populações em Porto Feliz, São Paulo no início do XIX.

dos encontrados nesse tipo de documentação, apresentando um número maior de novas variáveis.⁶ Essa diversidade apontada por Aladrén, por sua vez, permanece e pode ser encontrada através de fontes como as correspondências da primeira metade do século XIX.

Sabina Loriga traz importantes considerações a respeito do estudo de fontes históricas, ao enfatizar que é preciso pensar *a partir* da documentação, sendo que “a ideia de que os fragmentos do passado sobreviveram em virtude de seu valor e de sua significação é uma ilusão, uma vez que os próprios processos de conservação são extremamente aleatórios” (LORIGA, 2011, p. 101). Assim, as missivas conservadas do período imperial se tornam um importante material para este tipo de análise, por serem uma fonte que permite observar além dos usos das terminologias, a forma como os agentes evidenciam “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas” (GOMES, 2004, p. 11).⁷

Para o Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, as correspondências que integram a Coleção Varela se apresentam como um dos mais importantes conjuntos de fontes documentais sobre a Guerra dos Farrapos. Preservada inicialmente pelo farroupilha Domingos José de Almeida e recebida, anos mais tarde, pelo historiador Alfredo Varela, essa

6 Segundo Gabriel Aladrén (2010, p. 128), em fins do período colonial, a classificação da população no Rio Grande de São Pedro era composta pelas categorias de brancos, índios, pardos forros, pretos forros, pardos cativos e pretos cativos.

7 Importante enfatizar que a partir da segunda metade do século XIX, há uma alteração nas construções sociais estabelecidas no que se refere à relação branco/livre e preto (ou negro) /escravo. Segundo Hebe Mattos (1998, p.94) o crescimento de população mestiça, bem como o fim do tráfico de escravos (1850) não permitia mais com que os não-brancos livres fossem percebidos como exceções controladas. Desta forma para a autora “o sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos” (MATTOS, 1998, p. 99).

documentação passou a integrar o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, ainda na primeira metade do século XX, e divulgada, aos poucos, em publicações dos Anais do Arquivo Histórico desta instituição.⁸ É nesse acervo que se encontram, por exemplo, as correspondências enviadas pelo Major Francisco Pedro de Abreu ao Ilmo e Exmo Sr. Marechal Antonio Elzeário de Miranda e Brito – Presidente da Província e Comandante das Armas da mesma, no ano de 1839. Neste documento, o Major ao narrar uma das suas ações na guerra, indica algumas das várias denominações citadas anteriormente e que eram recorrentes no período:

E seguindo à vila do Triunfo e observando as instruções de V. Ex.^a, desembarquei às quatro horas da madrugada no porto chamado do Carvalho, com quarenta homens de cavalaria, seguindo as mais forças embarcadas a cercar a vila do Triunfo da parte do mar; seguindo eu repentinamente por terra encontrei uma partida rebelde comandada por um Tenente-coronel Moraes; foi pelos legais derrotada, escapando-se o dito comandante, deixando cavalo arreado, mala e roupa; ficaram prisioneiros um cirurgião, um mulato e dois negros, e penso um ser cativo.⁹

O Major Abreu ao mencionar os prisioneiros e descrever que entre eles se achavam um *mulato* e dois *negros*, sendo um cativo (escravo), indica que esses indivíduos, embora subalternos, diferenciam-se entre si e por isso não eram clas-

8 As correspondências da Coleção Varela reúnem um conjunto variado de documentos que mesclam desde questões públicas, a assuntos privados. Sobre a Coleção e a história deste acervo ver: SILVA, Camila. **Arquivo, História e Memória**: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRS, 1858/1936). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

9 AHRS, CV – 51, v. 2, p. 46. Porto Alegre 1º de março de 1839.

sificados da mesma forma.¹⁰ Estas categorias, por sua vez, poderiam em alguma ocasião se “associar” a outras, como a dos *morenos*. Isso se torna evidente em outra correspondência, agora de autoria de Domingos José de Almeida, destinada ao Ilmo Sr. Inácio José de Oliveira Guimarães, solicitando o recrutamento de todos os *morenos* que se façam presentes no departamento:

Nesta inteligência pois, e para os fins apontados, manda o governo que V. S^a. confidencialmente de acordo com os comandantes parciais de polícia do departamento de sua jurisdição, e com os juizes de paz e inspetores de quartirão dele, em dia marcado, proceda o recrutamento geral de todas as pessoas nas circunstâncias da lei; bem como de todos os *morenos*, que existam no mesmo departamento, cujos senhores não mostrarem documento de compra, ou não justificarem não ter o *moreno*, sobre quem se disputa a posse, pertencido a inimigos da república, e por isso não incurso nas disposições dos Decretos de 11 de novembro de 1836 e 5 de abril de 1837.¹¹

Os *morenos*, cujos senhores não apresentam documento de compra, são os indivíduos escravizados, também classificados como *negros* nesta época (visto a relação deste termo com quem pertencia ao cativo).¹² Esses espaços de fluidez

10 Sobre as hierarquias internas nas senzalas no sul do Império, ver: MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade:** escravidão, hierarquia social e alforria no sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2012.

11 AHRS, CV – 329, v.2, p. 254. Secretaria da Fazenda encarregada do expediente da Guerra em Caçapava, 31 de agosto de 1839.

12 Rodrigo Weimer (2013), em sua tese de doutorado intitulada **A gente da Felisberta:** Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente), apresenta o termo *moreno* como contraposto de branco, podendo também constar como uma categoria genérica da qual *preto* ou *negro* apareceriam

e de referências variadas não são particulares da Província de Rio Grande de São Pedro, mas reflexo da sociedade oitocentista, que, na primeira metade do século XIX, ainda lidava com uma “memória colonial” e uma multiplicação de indivíduos que necessitavam se reconhecer e serem reconhecidos pelos demais agentes deste período.

Embora alguns indivíduos tenham permanecido com a mesma classificação ao longo da vida, poderia haver em alguns casos, dependendo do lugar social ocupado por determinado agente (ou pelo observador que registrava os documentos), uma modificação nesta classificação, onde indivíduos que em um primeiro momento eram registrados como *negros* aparecem posteriormente como *brancos*. Em outras situações, poderia ocorrer o inverso, de um indivíduo *pardo*, poder ser visto como *mulato* ou *negro*. O trânsito e a fluidez com que essas terminologias eram alteradas são reflexos da sociedade oitocentista que embora extremamente hierárquica, continha alguns espaços de transição.

Sobre a participação de indivíduos negros na República Rio-Grandense, a historiografia destacou a atuação dos Lanceiros Negros, grupo de soldados que ficou conhecido ao lutar na Farroupilha, tendo como uma de suas principais armas, a lança. Formado em 12 de setembro de 1836, o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, teve um papel fundamental na Batalha do Seival, considerado como um dos conflitos militares mais decisivos na Farroupilha propiciando a Proclamação da República Rio-Grandense, fazendo com que alguns anos mais tarde, mais precisamente em 31 de agosto de 1838, fosse criado o 2º Corpo de Lanceiros Negros (MARQUES, 2010). Segundo Daniela Vallandro de Carvalho (2013), que estudou, em sua tese, as experiências escravas e o seu recrutamento, durante os anos de Guerra Civil Farroupilha, os soldados mais ágeis e habilidosos eram destinados para a Cavalaria e os demais para a infantaria, onde a autora ainda salienta que

certa desatenção pairou sobre a ampla historiografia que se deteve nesta questão, ignorando os escravos recrutados como portadores de importância e habilidades suficientes para romper, ao menos temporariamente - durante a guerra, com um *ethos* guerreiro cavalariano sulino - branco e livre - que foi afetado pela conjuntura de guerra, quando escravos qualificados puderam servir nessas posições, até então vedadas a eles. Se escravos armados sempre foram acionados e utilizados por senhores de escravos para fins diversos, a presença de escravos cavalarianos não foi uma constante. Ao menos para o sul do Império, a existência de escravos em tropas a cavalo pode ser vista como um traço específico do conflito em que nos detemos, em um misto da necessidade imposta pela guerra e o aproveitamento de escravos hábeis nesta prática, no mundo rural sulino nos oitocentos (CARVALHO, 2013, p. 65).

Entretanto, para além dos soldados, dos Lanceiros Negros, muitos foram os indivíduos que participaram do movimento e que também eram *negros*, *pardos* e *mulatos*. Mas quem eram esses personagens que se fizeram presentes nesse contexto e que tiveram a sua “cor” silenciada pela historiografia?

Entre tantos os nomes que constam nas documentações do século XIX, José Marianno de Mattos e Joaquim José de Mendanha são um dos muitos sujeitos históricos que tiveram a sua história entrelaçada com a da Farroupilha. *Mulato*, natural do Rio de Janeiro, Mattos é um dos indivíduos que despontam ao estudarmos os combates desse período. Militar, teve a sua história conectada com a da Farroupilha, desde os períodos que antecederam o conflito.¹³ Quando ligado às forças impe-

13 Ver: MARQUES, Letícia Rosa. **José Marianno de Mattos**: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio

riais, foi transferido para a região sul e começou a entrar em contato com os problemas e insatisfações locais. Anos depois e vinculado aos farroupilhas, ocupou cargos como o de Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens de período entre 1839 a 1841, sendo o único farrapo a ascender mais alto na hierarquia militar do Império, ao ser Ministro da Guerra, em 1864.¹⁴

Nas escritas de Alfredo Varela Varela (1933), a presença de Mattos, embora de uma forma pequena, se faz presente, onde o autor, ao descrever acontecimentos da época, e os primeiros atos que levaram ao desenrolar da Farroupilha, lembra que:

Deixam-se ver, nesse momento, mais do que nunca, uma plêiade de agitadores, de brilhante destaque, todos, cujo papel, em virtude do methodo que se adoptou, precisa ter exame entre as forças individuaes concorrentes que fizeram estalar a Revolução. Pela actividade proteiforme, o perfil de Maximo relevo nas sombras da conspiração, é o de José Mariano de Mattos (VARELA, 1933, p.50).

Apontado por jornais do período, de acordo com Varela (1933, p. 229), “como um dos homens que mais trabalharam na revolução”, Mattos esteve, segundo o autor, como um dos principais nomes diretamente envolvido com os caminhos que percorreram o movimento.¹⁵ Embora causasse divergência de opiniões entre seus companheiros de luta, sua habilidade no desempenho das batalhas era bastante enaltecida, a ponto de Varela afirmar que Mattos, “valia por um bom par

Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

14 Arquivo Histórico do Exército/RJ, Rascunho de Fés-de-Ofício de José Marianno de Mattos.

15 Referência à Revolução de 1831, jornal Aurora (VARELA, 1933, p. 229).

de legiões” (VARELA, 1933, p. 325), sendo a “alma da rebelião” (VARELA, 1933, p. 364).

Nas escritas de Varela, este se refere a Mattos como um importante líder político e um eficiente estrategista, que conseguiria com diferentes realidades e regiões ser representante das forças farroupilhas, como o foi no Prata. Mas, entre os aspectos mencionados ao longo dos textos, o da “cor” deste personagem não foi lembrada, nesta que tinha a pretensão de ser uma das narrativas “completas” deste movimento.¹⁶ Porém, essa informação não é esquecida em uma outra importante fonte: as cartas de Antônio Vicente da Fontoura.

Escritas entre 1º de janeiro de 1844 e 22 de março de 1845, tendo como destinatária sua esposa Clarinda¹⁷, as correspondências de Antônio Vicente da Fontoura foram escritas em um tom pessoal, trazendo relatos de um importante membro da Farroupilha, que também foi Ministro da Fazenda e um dos negociadores da paz (1845). Fontoura, ao escrever, compartilha com sua mulher um pouco dos fatos/eventos que se passam na Guerra, bem como de seu posicionamento diante deles. O processo de escrita feito por Fontoura é descrito em seus relatos, como se torna evidente em carta do dia 14 de

16 Publicada em 1933 pela Editora e Livraria do Globo, o trabalho de Varela que fazemos referência neste texto é composto por 6 volumes que buscam descrever os principais acontecimentos do movimento farrapo. Vale lembrar que essa obra, que já serviu de fonte para muitos estudos, foi alvo de severas críticas, entre outros motivos, por defender o caráter separatista do movimento e as fortes relações e influências do Prata.

17 Publicado inicialmente no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul por Alfredo Rodrigues nos anos 1910, 1911 e 1912, essa documentação, que então teria sido divulgada em partes, ganhou novas versões no ano de 1934, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e, em 1984, numa versão em livro lançado em parceria pelas editoras EDUCS, Sulina e Martins. Essa última, que adotamos como fonte neste trabalho, visto que, apesar dos “filtros” pelos quais passam a documentação, a versão publicada em livro é uma das que contém as correspondências na íntegra e que se encontram de mais fácil acesso ao leitor/pesquisador

janeiro de 1844, destinada à sua esposa:

Dobro o papel para escrever-te, rasgo uma palhinha para atá-lo em caderno, pego na pena, principio a carta e, a pouco a pouco sinto desvanecer o peso que oprime minha alma. E é com esta mágica ilusão de, quando te escrevo, julgar que contigo converso, que tantas vezes tenho conseguido afugentar do meu coração tão acerbos penas.¹⁸

Dentre os personagens que são mencionados nessas correspondências, José Marianno de Mattos ganhou destaque. Deixando evidente a sua antipatia e o seu desgosto pela posição ocupada por Mattos no movimento, Fontoura fez referências diretas à cor de sua pele, como forma de ataque, ao tentar diminuir a força política e ideológica do então Ministro. Em correspondência datada do dia 23 de janeiro de 1844, Fontoura escreve: “Este maldito mulato, mais falso que Judas, mais inepto que Sardanapalo, teve em 1835 a diabólica habilidade de acender o facho da guerra civil em nossa querida pátria”.¹⁹ Este ainda vai mais além e faz comparações ao tipo físico de Mattos, quando menciona que este “[...] encolhia os ombros e mesmo naquela sua forma de orangotango, afetava certos sinais de desaprovação para não descair da graça do seu pupilo Jardim, a quem via tenaz recusar a pílula”.²⁰

Nesse mesmo período em que Mattos era alvo de diversos comentários de Fontoura, o *pardo* Mendanha despontava no sul do Brasil como um dos principais músicos da Província de Rio Grande de São Pedro. Nascido em 1800, em Minas Gerais, filho de Joaquim Gouvea Mendanha e de Eufrásia Maria de Jesus, Joaquim José de Mendanha teve a sua história defi-

18 Diário de Antônio Vicente da Fontoura, 1984, p. 28.

19 Diário de Antônio Vicente da Fontoura, 1984, p. 33.

20 Diário de Antônio Vicente da Fontoura, 1984, p. 56. Pontas do Ibicuí, 12 de março de 1844.

nitivamente entrelaçada com a da música, quando o mesmo foi para o Rio de Janeiro, ao alistar-se em um corpo de infantaria do Império, estabelecendo-se inicialmente como músico militar. Marchando com o 2º Batalhão de Caçadores, em 1837, para a Província do Rio Grande de São Pedro, acabou se envolvendo nos conflitos existentes nessa região, onde permaneceu até seu falecimento, em 1885. Tendo sua memória vinculada àquilo que pode ser considerado um dos símbolos institucionais de um Estado, a composição do Hino Rio-Grandense, o maestro Mendanha encontrou, através de espaços como o da música e da carreira militar, novas e importantes formas de mobilidade.²¹

Iniciando uma breve reflexão sobre este personagem por um dos textos publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, no ano de 1935, época do centenário da Guerra Civil dos Farrapos e período em que se reforçou a busca pela preservação da memória deste conflito, Antenor O. de Monteiro assina o artigo intitulado *Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35*.²² O referido autor, ao buscar fazer uma breve síntese da história do hino rio-grandense, cita que Mendanha “como compositor deixou música de vários gêneros, além do hino de 35 que lhe deu notoriedade” (MONTEIRO, 1935, p. 311).

21 Ver: MARQUES, Letícia Rosa. **O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

22 Jefferson Teles Martins, em sua tese sobre o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul lembra que a produção sobre a memória da Revolução Farroupilha foi tida como uma das tarefas mais importantes a ser realizada pelo IHGRGS. Segundo o autor, “foi o assunto mais tratado na sua revista, enquanto essa publicação teve sua atividade ininterrupta, de 1921 a 1950. Foram 38 autores publicados, que versaram sobre o tema em um total de 64 textos (75% deles publicados entre 1930 e 1945). Nesse processo de disciplinarização da memória, objetivava-se, em linhas gerais: negar o caráter seccionista da revolução, afirmar a ideologia federalista dos farrapos, reabilitar figuras históricas de relevo na revolução” (MARTINS, 2015, p. 107).

Dante de Laytano (1983) em *História da República Rio-Grandense*, aponta que o fato de Mendanha ter sobrevivido à Guerra Civil dos Farrapos e ter sido o autor do Hino republicano teriam sido, talvez, os dois fatores para o não esquecimento do seu nome. Para Laytano, Mendanha foi o grande representante musical dos farrapos. Este pensamento é justificado por ele, ao argumentar que

as artes no período da Revolução foram de expressão fraca, qualquer outro comentário seria infundado. Nomes de pequena grandeza que nada criaram de original e nada influíram nos setores da estética. A modéstia e a simplicidade dos homens de 35 estavam em conflito com o requinte interior e com a força do espírito criador. Era para eles, farrapos, ainda a maior de todas as artes, a arte da guerra (LAYTANO, 1983, p. 361).

Laytano, que foi professor, jornalista, escritor e historiador, se destacou por ser um dos autores da primeira metade do século XX que abordou a influência da cultura negra na história do Rio Grande do Sul, entretanto ao citar Mendanha não referenciou em seus trabalhos o fato dele não ser *branco*, nem questionou quais seriam as possíveis origens do maestro.²³

Com o olhar focado para o cenário cultural no Rio Grande do Sul do século XIX, Maria Elizabeth Lucas, em *Classe dominante e cultural musical no RS: do amadorismo à profissionalização* (1980), é uma das primeiras autoras a trazer referências sobre as origens do maestro, ao buscar explorar um pouco mais essa relação da música como uma arte desenvolvida no século XIX por pessoas *negras*. Conforme Lucas,

23 Ver: LAYTANO, Dante de. O negro no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 119-160, 1995.

ex-escravos e mestiços livres continuavam a predominar como profissionais de música em diversas regiões do país, e o Rio Grande do Sul não fugiu a esse esquema.

Alguns exemplos neste sentido podem ajudar a compreender o significado do que se está querendo mostrar. Em princípios do século XIX, o mestre de capela de Porto Alegre (a quem cabia dirigir a parte musical em solenidades religiosas encomendadas tanto pela Igreja como pelo Estado) era um ex-escravo de Rafael Pinto bandeira. Outro músico o mestiço Joaquim José de Mendanha, foi mestre de capela da catedral de Porto Alegre (1850-1885) e, até perto de morrer, exerceu as funções de regente na maioria das festas religiosas, espetáculos teatrais, saraus e festivais beneficentes que se realizavam na capital. Os conjuntos instrumentais e vocais com que se apresentava nestas ocasiões eram organizados com pessoas de poucos recursos que abrigava em sua casa, ensinando-lhes canto e instrumentos. Logo que estivessem aptos, passavam a trabalhar sob as ordens do mestre-empresário (LUCAS, 1980, p. 154).

Embora não aprofundando em suas fontes maiores informações a respeito da afirmação de Mendanha ser mestiço, Lucas se apresenta como um grande avanço neste sentido para a historiografia do seu período, ao não silenciar o fato de Mendanha ser um homem *pardo*.

Para além desta autora, outra produção a ser salientada é a de Walter Spalding. Em *Revolução Farroupilha*, do ano de 1987, Spalding, ao se propor a descrever pequenas biografias de figuras “marcantes” do movimento, contemplou em sua obra nomes como o de Garibaldi, Duque de Caxias e, também, de Joaquim José de Mendanha. Com algumas referências às origens desse maestro, aponta que este “parece que, filho de escravos, nasceu liberto, em Diamantina, no ano de 1800”

(1987, p. 144). Descrevendo-o como “modesto, muito simples, espírito profundamente liberal embora imperialista” (SPALDING, 1987, p. 145), o autor afirma que a vida de Mendanha se resumiria à sua atividade musical. Não o considerando um grande músico, afirma que o maestro “ficou naquele meio termo entre um grande compositor e um compositor medíocre” (1987, p. 145). Tal argumento é usado por Spalding, em virtude de um desconhecimento em relação a outras produções musicais de Mendanha. Segundo ele,

quem sabe, entretanto, se Mendanha seria algo mais do que o modesto e pequeno músico se conhecessem outras obras de sua autoria, principalmente essas músicas religiosas tocadas na Matriz de Caçapava, as que teria tocado em Bagé e São Gabriel e as que tocara, antes da revolução, quando mestre de capela. Mas...onde estão? (SPALDING, 1987, p. 147).

Dos nomes que integram as pesquisas mais recentes, salientamos Felipe Bohrer, que, em sua dissertação de mestrado, ao contemplar a questão da música no pós-abolição em Porto Alegre, faz referência a Mendanha e, assim como Lucas, não omite o questionamento relacionado ao que poderia ser atribuída como a *cor* deste maestro. Para Bohrer,

Se o maestro Mendanha era afrodescendente ou não é difícil de afirmar, visto o grande silenciamento sobre sua cor na bibliografia local, quebrado apenas por Maria Elizabeth Lucas. O máximo que se pode dizer, neste trabalho, é aproximar-se das relações que este maestro estabeleceu com músicos negros e, conseqüentemente, com a comunidade afrodescendente (BOHRER, 2014, p. 201).

Indicando o fato de Mendanha ter criado uma forte rede de músicos, que dominariam o cenário musical nesta virada do século XX, Bohrer sugere que “são inúmeras as relações diretas e indiretas entre o Maestro Mendanha, seus discípulos e instituições de ensino e trabalho com a música, relacionadas com a comunidade afrodescendente” (BOHRER, 2014, p. 204). Além disso, ainda acrescenta que “muitos músicos negros entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX eram da ‘linhagem’ do maestro Mendanha” (BOHRER, 2014, p. 204).

Tema de Tese de Doutorado de Letícia Marques, novos elementos foram apontados sobre a trajetória do *pardo* Mendanha a partir desse trabalho. Acompanhando a sua trajetória, ao longo do século XIX e perpassando por diferentes caminhos, dentre eles a carreira militar, a música e o associativismo religioso, Marques evidencia além de suas origens e ancestralidade, o seu envolvimento com a Farroupilha e com o pós-1845, no qual este destacou-se pela participação junto às principais irmandades de Porto Alegre. Através de jornais do período e de documentação eclesiástica, pode-se constatar que o maestro foi um nome bastante presente nas Irmandades da Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Madre de Deus (Catedral), além de ser o principal fundador em Porto Alegre da Irmandade de Santa Cecília (a santa padroeira dos músicos). Para Marques (2017, p. 153) “As irmandades foram, certamente, o espaço em que Joaquim José Mendanha mais se consolidou como músico, fortalecendo um prestígio que ajudaria na manutenção social, ao longo de sua vida”. A autora ainda sinaliza nesta tese outro fator importante, ao descrever que:

[...] a questão da *identidade*, de lugares de pertencimento, como os encontrados nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário e da Nossa Senhora da Conceição, amparavam Mendanha, e muitos outros homens considerados de *cor*, por ser um

local também de encontro e de integração. Era a oportunidade, para muitos indivíduos, de uma socialização até então não encontrada ou permitida em outras esferas (MARQUES, 2017, p. 157)

Em meio a tantos autores e trabalhos já realizados sobre a temática da Farroupilha, a historiografia, como podemos evidenciar ao longo dessas páginas, foi se alimentando, muitas vezes, de alguns discursos e reafirmando os mesmos episódios. A historiografia que estudou este conflito por muito tempo direcionou a sua produção para determinados eventos e personagens, “esquecendo” outros tantos, o que refletiu diretamente na construção de um imaginário social e de uma tradição que silenciou por muito tempo a participação de *negros*, *pardos* e *mulatos* no movimento.

O porquê desse silenciamento foi a nossa grande pergunta norteadora, que nos instigou no início desta pesquisa, inquietando-nos a cada nova informação encontrada. O caso de José Marianno de Mattos e Joaquim José de Mendanha, certamente, é mais que um caso isolado. Outros “homens de cor” nesse período conseguiram, de formas diferentes, ascender socialmente, uns mais, outros nem tanto, mas foram além de ocupar apenas os pequenos espaços onde a historiografia, por vezes, os colocou.

Considerações Finais

Mattos e Mendanha, assim como tantos outros indivíduos que vivenciaram o Brasil ao longo do século XIX, fizeram parte de uma sociedade que, embora bastante fragilizada em alguns aspectos pelos processos políticos pelos quais passava, buscou consolidar e limitar os espaços sociais de determinados agentes, fortalecendo elites locais e regionais, resultando em um Brasil fortemente hierarquizado, em termos sócio-raciais, mas extremamente heterogêneo, que se apresentava rígido em alguns momentos e poroso em tantos outros.

Ao apresentarmos esses personagens como indivíduos os frutos do seu tempo, mas assim como outros, capazes de encontrar saídas individuais para situações que lhe eram impostas, trazemos alguns aspectos de um Brasil no período imperial e dos espaços e vínculos sociais existentes. Certamente, não podemos afirmar, mesmo configurando um período de grande exclusão social para determinados agentes, dentre eles os tidos *pardos* e *mulatos*, que todos vivenciaram essa sociedade racializada da mesma forma e com a mesma intensidade. Mas, sim, devemos argumentar que eles foram, por algum momento, de alguma maneira, impactados por esse Brasil e pela sua política, que dificultou o acesso a homens e mulheres que não eram considerados *brancos*, a melhores cargos e posições neste período.

A questão das nomenclaturas ou das terminologias nos permitem entender que embora variáveis, múltiplas e passíveis de transformação, elas eram suscetíveis de sofrer ou não alterações, fato que pode vir a justificar a dificuldade em estudar a mobilidade social de “homens de cor” no Brasil Imperial, visto que, em alguns casos, dependendo do lugar social ocupado pelo agente, aquilo que era atribuído como sua “cor” poderia constar na documentação, ou ser silenciado. Embora esses casos ainda não sejam muito abordados pela historiografia, eles ocorreram, e se apresentam como um fator importante a ser explorado, por sinalizarem traços de uma configuração social que aos poucos se construía.

Vale ainda ressaltar que, ao mesmo tempo em que afirmamos que um indivíduo, em alguns casos, teria como transitar entre termos como *negro*, *mulato*, *pardo*, ou *branco*, seria um equívoco acreditar que esta seria uma mudança completa. Ela poderia servir para determinados grupos em que estes agentes circulavam, para alguns documentos que incorporariam essa alteração, e, principalmente, para possibilitar o acesso a novos lugares de atuação. Mas esta não seria uma informação que seria acatada por todos. Enfatizando novamente a presença da subjetividade existente nesta classificação, é plausí-

vel que, para alguns, o “passado” não fosse um “detalhe” a ser esquecido por definitivo. Sendo assim, embora um indivíduo que antes fosse considerado como *pardo* tivesse o seu status mudado e passasse a ser visto como *branco*, haveria sempre um olhar diferente, de quem não aceitaria esta transição, e que, muitas vezes, poderia recorrer à antiga terminologia, como forma de depreciação, se assim fosse conveniente.

Referências

ALADRÉN, Gabriel. Pretos e pardos no sul da América Portuguesa: categorias de cor e hierarquias sociais no Rio Grande de São Pedro nas últimas décadas do período colonial. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva; RIBAS, Rogério de Oliveira (Org.). **Hierarquias, raça e mobilidade social: Portugal, Brasil e império colonial português** (séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Contra Capa/Companhia das Índias, 2010. p. 125-139.

BOHRER, Felipe Rodrigues. **A música na cadência da história: Raça, Classe e Cultura em Porto Alegre no pós- Abolição**. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da Liberdade: Experiências Escravas de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850**. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FONTOURA, Antônio Vicente da. Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: A título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: | Editora FGV, 2004.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativoiro: trabalho, família aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 – c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense: 1835-1845**. Porto Alegre: Sulina, 1983.

_____. O negro no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero Americanos**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 119-160, 1995.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCAS, Maria Elizabeth. Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização. In: GONZAGA, Sergius; DACANAL, José Hildebrando (Orgs.). **Rio Grande do Sul: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MARQUES, Letícia Rosa. **Entre soldados e ministros: a participação de negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

_____. **José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

_____. **O maestro Joaquim José de Mendanha: música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, Jeferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados**

de liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MONTEIRO, Antenor O. de. Apontamentos sobre Mendanha e o Hino de 35. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, 1935.

SILVA, Camila. **Arquivo, História e Memória**: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRS, 1858/1936). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Vol. 1, 2 e 3. Porto Alegre: Oficinas Graficas da Livraria do Globo, 1933.

VIANA, Larissa. **O Idioma da mestiçagem**: as irmandades na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Camila Silva – Doutora em História pela UNISINOS (2019). Pós-doutoranda no PPGH/UNISINOS. Atualmente leciona no IFRS (Campus Osório) e na EMEF Saint Hilaire (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). Pesquisa os usos do passado farroupilha na conformação da identidade regional sul-rio-grandense. Autora da dissertação “Do passado ao futuro: a escrita comemorativa do centenário farroupilha na imprensa porto-alegrense” e da tese “Arquivo, história e memória: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (A Coleção Varela – AHRs, 1858/1936)”.

Fabício Antônio Antunes Soares - Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2008), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2016) com estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim. Professor colaborador do PPGH/Uel. Pós-doutorando da PPGH/UNIFAP. Pesquisador associado da Rede Latino-Americana SARS-CoV2, Poder e Sociedade, do Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais, FLACSO/Brasil. Membro pesquisador do IHGRGS. Pesquisa em história dos conceitos e intelectual, teoria e história da historiografia e história e literatura. Líder de Grupo no CNPq História Intelectual e História dos conceitos e coordenador do GT Anpuh-RS História Intelectual e História dos Conceitos. E-mail: fabicioantunessoares@gmail.com

Glauce Stumpf - Professora dos anos iniciais, formada em História (graduação, especialização e mestrado acadêmico) pela Unisinos e doutoranda em Educação pela UniLasalle. Sua pesquisa insere-se na grande área da educação, compreendendo as temáticas de representação, de ensino, de inclusão e de gênero. Tem habilitação em Magistério, cursando

Pedagogia pela UFSM/UAB e é especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Jefferson Teles Martins - Doutor em História (PUCRS). Membro efetivo e Diretor Operacional do IHGRGS. Áreas de atuação: historiografia sul-rio-grandense; história intelectual e história das elites.

Letícia Rosa Marques - Possui Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS - 2017) - com período sanduíche na Universidad de Sevilla, através de bolsa Capes - PDSE. Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS - 2013). Graduação em História - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é docente do Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Sorriso. Áreas de interesse e atuação: História da América, História do Brasil Imperial, trajetórias, mestiçagens, mobilidade e ascensão social. E-mail: leticiamarqueslm@yahoo.com.br

Luciana da Costa de Oliveira - Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2003), onde concluiu o curso com pesquisa na área de pintura, literatura e História Medieval. É especialista em História do Rio Grande do Sul pela UNISINOS (2007), onde realizou pesquisas centradas na pintura e na história regional. É mestre em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011), voltando a pesquisa à pintura no Rio Grande do Sul, especialmente à obra de Aldo Locatelli. É doutora em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017) onde desenvolveu pesquisa voltada à construção da imagem do gaúcho na pintura argentina, uru-

guaia e brasileira. Atualmente é pós-doutoranda em História pela UNISINOS, onde desenvolve pesquisa centrada na análise da imagem do gaúcho nas produções artísticas contemporâneas da Argentina Uruguai e Brasil. Além disso, faz parte da coordenação do GT Acervos: História, Memória e Patrimônio da ANPUH/RS e membro da COMINTER/TJRS. (Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais Aptos a Descarte). Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Arte e Educação para o Patrimônio, atuando nos seguintes temas: História da Arte na Região Platina, Pintura argentina, uruguaia e brasileira, Acervos de arte, Documentação imagética, Acervos escolares, Educação e ações patrimoniais. Membro pesquisadora do IHGRGS.

Luciano Braga Ramos - Graduado em História pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA); Pós-Graduado em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor nomeado em História do Ensino Médio do Magistério do Estado do Rio Grande do Sul; Professor nomeado em História do Ensino Fundamental da Secretária Municipal de Educação de Cachoeirinha-RS.

Pâmela Cristina de Lima - Graduanda em História pela Universidade de Passo Fundo. Professora de História no Colégio Universos. Membro do GT História Intelectual e História dos Conceitos. Autora da obra Farrapos, bandeirantes e beduínos: uma interpretação da historiografia sul-rio-grandense do século XX. Atua em pesquisas na área de história e historiografia sul-rio-grandense. E-mail: 174267@upf.br.